DO20

Acções da Rede MOVA-Brasil realizadas no Período de 2003 a 2004

MOVA

44 folhas em Folheto

2003/2004

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 2
1. MOVA em São Paulo 5
2. O MOVA sob diferentes olhares 6
2.1 - Conceito de parceria e relações com a Sociedade Civil 6
2.2 - Estrutura e funcionamento do MOVA 7
2.3 - Formação político –pedagógica 8
2.4 - Avaliação 10
3. MOVA BRASIL, herdeiro da Educação Popular 11
3.1 - Compromissos nacionais e internacionais no campo da Alfabetização de Jovens e Adultos 11
3.2 - De Angicos a Ausentes: quarenta anos de Educação Popular 13
3.3 - Concepção político-pedagógica dos MOVAs 16
3.4 - MOVA – parcerias e participação popular na visão do Estado 18
3.5 - MOVA-SP: parcerias e participação popular na visão dos grupos populares 20
3.6 - MOVA/SP- 1989 a 1992: a experiência da parceria Estado/Movimento Social 22
3.7 - Respeitando a diversidade 24
3.7.1 - MOVA-BRAILLE 24
3.7.2 - MOVA - sensibilização para as diferenças 24
4. Os MOVAS enquanto política pública de Educação de Jovens e Adultos 25
4.1- Parceria entre Estado e Sociedade Civil: uma perspectiva democrática 25
4. 2 - O papel do Poder Público e da Sociedade Civil 27
5. MOVA-BRASIL na Política Pública de Educação de Jovens e Adultos 31
5.1. A Educação de Jovens e Adultos e o Mova-Brasil: um desafio nacional 31
5.1.1 - Metas quantitativas ou metas sociais e políticas? 31
5.1.2. MOVA-Brasil frente às políticas públicas de educação jovens e adultos 35
5.2 - Mova-Brasil: financiamento e parcerias 39
5.2.1 - Relação entre a EJA e o MOVA: uma tensão virtuosa 39
5.2.2 - Desafios do Programa Brasil-Alfabetizado 46
5.2.3 - A experiência da integração do Mova-Brasil e Brasil Alfabetizado no Mato Grosso Do Sul 49
5.2.4 - Desafios na construção da parceria: a experiência do Fórum Municipal de Alfabetização de São Paulo 52
5.3 - MOVA-BRASIL: concepções de alfabetização e formação de educadores 54
5.3.1 - A experiência do AJA-Expansão – Goiânia/GO 54
5.3.2 - A experiência do MOVA Porto Alegre/RS 57
5.3.3 - A experiência do Mova Paulo Freire – Belém/Pa 59
6 - Considerações Finais 60
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA 61
ANEXOS 64

APRESENTAÇÃO

Este documento tem como objetivo registrar as ações da Rede MOVA-Brasil realizadas no período de 2001 a 2004.

A Rede dos Movimentos de Alfabetização do Brasil — Rede MOVA-Brasil — foi criada por deliberação do 3º Encontro dos MOVAs realizado em 2003, em Goiânia, GO, com o objetivo de fortalecer estruturalmente o movimento em nível nacional e de ser um espaço de diálogo entre as diferentes experiências dos MOVAs, realizadas pelos estados e municípios cujas administrações têm propostas populares e participativas, e, ainda, contribuir para a ampliação e fortalecimento de políticas públicas para educação de jovens e adultos (EJA).

O primeiro passo para a constituição da Rede foi dado com a realização do 1º Encontro dos MOVAs, em 2001, em Porto Alegre, RS, que teve como um dos seus objetivos fortalecer estruturalmente o movimento em nível nacional. Esse processo foi planejado durante o I Fórum Social Mundial, mais precisamente, em uma reunião em que estiveram presentes a Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul, por meio da coordenação de Política Pública de Educação de Jovens e Adultos – EJA/RS e as Organizações Não Governamentais, Ação Educativa e Instituto Paulo Freire, de São Paulo.

Este encontro contou com a participação dos seguintes Estados e municípios:

1. Estados nos quais o programa chama-se MOVA:
MOVA-ACRE
MOVA-RJ
MOVA-RS
MOVA-MS

2. Municípios nos quais programa chama-se MOVA
MOVA-IPATINGA-MG
MOVA-POÁ-RS
MOVA PAULO FREIRE-BELÉM-PA
MOVA-DIADEMA-SP
MOVA-RIBEIRÃO PIRES-SP
MOVA-SANTO ANDRÉ-SP
MOVA-SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP

3. Municípios que têm programa da EJA em parceria com a sociedade civil, mas não se denominam MOVA
AJA – GOIÂNIA (GO)
DOURADOS-MS

GRAVATAÍ-RS - MAIS (Movimento de Alfabetização e Integração Social)
ESCOLA SEM FRONTEIRAS – BLUMENAU – SC –MAC (Movimento de Alfabetização e Cidadania).

Atualmente alguns estados e municípios conseguiram manter a sua participação na Rede, outros foram incorporados e alguns deixaram de participar. O cenário para 2005 indica que a tendência é que a maior parte dos Estados esteja inserida na Rede.

A seguir será apresentada uma breve resenha dos quatro encontros que compõem este caderno e que serão detalhados ao longo do material.

O 1º Encontro Nacional dos MOVAs, realizado nos dias 26 a 28 de outubro de 2001, em Porto Alegre, teve como temática "MOVA-Brasil, herdeiro da Educação Popular" e seus objetivos foram: retomar os compromissos internacionais e nacionais com a Educação e a Alfabetização de Jovens e Adultos, avaliando os seus impactos nas políticas públicas de EJA das administrações populares; resgatar a história da Educação Popular latino-americana, situando o MOVA como ação educativa comprometida com a continuidade e com a recriação das idéias freireanas; intercambiar experiências entre os movimentos de alfabetização com o objetivo de sistematizar e contribuir com a reafirmação e construção de novos MOVAs; registrar o 1º Encontro Nacional de MOVAs e, finalmente, criar um Fórum eletrônico dos MOVAs.

O 2º Encontro Nacional de MOVAs, realizado em julho de 2002, sediado pelo MOVA-Regional do ABCD Paulista, teve como temática "Reafirmando a Educação Libertadora: Concepção de Alfabetização e Cultura", com os sub-temas: Concepção de Alfabetização; Etnia; Gênero; Parcerias e Cultura. Este encontro teve uma Comissão de Organização composta pela mesma equipe que organizou o 1º Encontro e por representantes das regiões: Sul: Blumenau; Sudeste: MOVA Regional ABCD; Centro-Oeste: Goiânia; Norte: Belém; Nordeste: Aracaju.

Foi deliberado que os próximos encontros, além de serem espaço para trocas de experiências, apresentação de comunicações, devem prever um tempo e espaço para que os gestores de MOVAs discutam e reflitam sobre o trabalho que vêm realizando.

O 3º Encontro Nacional dos Movas, realizado em Goiânia, Goiás, de 10 a 12 de agosto de 2002, teve como tema, "Os MOVAs enquanto Política Pública de Educação de Jovens e Adultos" e foram estabelecidos como objetivos específicos debater: o papel do Estado, da Sociedade Civil e dos sujeitos participantes do MOVA; promover troca de experiências em Educação Popular, fortalecendo as práticas pedagógicas nele empreendidas; refletir o papel dos MOVAs na formação político-pedagógica dos educadores populares; reafirmar os MOVAs como fortalecimento e defesa da Educação Popular e fortalecer os MOVAs como política pública.

Neste Encontro a coordenação nacional dos MOVAs foi composta pelos representantes das cinco regiões brasileiras, um representante do Instituto Paulo Freire (IPF) e um representante da Ação Educativa. Os nomes indicados pelas regiões permaneceram até o próximo encontro nacional; bem como o representante da coordenação local que sediou o próximo encontro.

O 4º Encontro Nacional do MOVA Brasil e I Encontro Estadual do Fórum da EJA/MS, realizado em Campo Grande, MS, no período de 9 a 11 de junho de 2004, teve como temática "MOVA-Brasil na política pública da Educação de Jovens de Adultos". Os objetivos foram: debater o papel do poder público no financiamento do MOVA-Brasil; promover troca de experiências entre os educadores dos MOVAs; resgatar os princípios norteadores para a formação político-pedagógica dos educadores populares dos MOVAs e EJA, pautados em Paulo Freire; discutir a relação entre a prática pedagógica realizada nos MOVAs e na EJA para indicar possíveis mudanças destas práticas; fortalecer o MOVA-Brasil como política pública da EJA.

Para atingir estes objetivos a discussão foi organizada em dois grandes eixos: MOVA-Brasil: financiamento e parcerias e MOVA-Brasil: concepções de alfabetização e formação de educadores. Esse encontro, além das palestras proferidas pelos convidados sobre Políticas Públicas da EJA, Financiamento, Formação de Educadores e Concepção de Alfabetização, contou com o subsídio deste documento que busca retratar, com as limitações de espaço, o acúmulo construído ao longo desses anos sobre o projeto político-pedagógico dos MOVAs.

O documento está dividido em 5 blocos e mais anexos: O MOVA em São Paulo; O MOVA sob diferentes olhares; MOVA-Brasil, herdeiro da Educação Popular; Os MOVAs enquanto política pública de Educação de Jovens e Adultos e MOVA-Brasil na política pública de Educação de Jovens e Adultos.

1. MOVA em São Paulo

Educação Popular e alfabetização são realizadas no Brasil, desde 1950, por diversos grupos sociais, dentre eles, a Igreja católica, mais precisamente a CNBB, intelectuais, estudantes, grupos políticos. O MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos - é herdeiro deste trabalho, representado na figura de Paulo Freire, e um dos seus objetivos é dar continuidade às idéias deste educador, mas contextualizando-a.

Este movimento foi criado há quatorze anos, na cidade de São Paulo, durante a gestão de Luiza Erundina, como Prefeita, e de Paulo Freire, como Secretário de Educação, no período de 1989 a 1992. Foi uma parceria entre governo municipal e os grupos sociais. Para que essa parceria se concretizasse, alguns critérios foram seguidos: os grupos se constituíram em entidades com personalidade jurídica, sem fins lucrativos; participaram do Fórum Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos e do processo de formação permanente junto ao coletivo dos educadores do projeto MOVA-SP.

O nome escolhido, "movimento", dá o sentido de mobilização e engajamento dos setores organizados da sociedade, de apoio aos grupos que já desenvolviam trabalho de educação de jovens e adultos.

Os objetivos do MOVA eram:

• Desenvolver um processo de alfabetização que possibilitasse aos educandos uma leitura crítica da realidade.

• Contribuir para o desenvolvimento da consciência política dos (as) educandos (as) e dos(as) educadores(as) envolvidos(as).

• Reforçar o incentivo à participação popular e à luta pelos direitos sociais do cidadão, ressaltando o direito básico à educação pública e popular.

• Reforçar e ampliar o trabalho dos grupos populares que já trabalhavam com alfabetização de jovens e adultos na periferia da cidade.

Em 1993, e anos subseqüentes, com as administrações de Paulo Maluf e Celso Pita, em São Paulo, o MOVA deixou de ter apoio institucional, entretanto, alguns grupos populares conseguiram manter o trabalho de alfabetização de jovens e adultos. E em 2002, com o retorno da administração popular, foi possível retomar o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos. Este processo compreendeu o resgate da história do MOVA de 89 a 92, a construção da Carta de Princípios, do Regimento e do Projeto Político-Pedagógico do MOVA-SP/2001.

A experiência do MOVA-SP serviu de inspiração para muitos outros que foram se constituindo ao longo destes anos. Cada programa se apropriou da proposta político-pedagógica, da estrutura e funcionamento do MOVA de 1989-

1992 e construiu a sua própria identidade, mas sem abandonar os seus princípios norteadores, ou seja, a educação popular libertadora.

2. O MOVA sob diferentes olhares

Uma das deliberações do primeiro encontro foi organizar um documento que sistematizasse as diferentes experiências e, para isso, foi solicitado às administrações que participaram do evento e que desenvolvem o programa MOVA ou programas similares, que enviassem informações, a partir de um roteiro semi-estruturado. As informações solicitadas compreenderam conceito de parceria e relações com a sociedade civil; a estrutura e funcionamento do programa; a concepção político-pedagógica; o conceito de alfabetização e o conceito de avaliação.

A seguir será apresentada uma síntese desses conceitos a partir da contribuição dos programas dos Estados: MOVA-ACRE, MOVA-Rio de Janeiro, MOVA-Rio Grande do Sul e MOVA-Mato Grosso do Sul; e dos programas dos municípios: MOVA-Porto Alegre (RS), MOVA Paulo Freire – Belém (PA), MOVA-Diadema (SP), MOVA-Ribeirão Pires (SP), MOVA-Santo André (SP), MOVA-São Bernardo do Campo (SP), MOVA-Guarulhos (SP), Projeto AJA – A educação fazendo a sua parte – Goiânia (Goiás), Educação de Jovens e Adultos – Dourados (MS), MAIS – Movimento de Alfabetização e Integração Social – Gravataí (RS), EJA-MOVA-Ipatinga (MG), Escola sem fronteiras – Blumenau (SC).

2.1 - Conceito de parceria e relações com a Sociedade Civil

O MOVA, em sua concepção original, constituiu-se num movimento que emergiu das comunidades por meio das entidades da sociedade civil organizada. Os diferentes programas existentes buscaram os referenciais do MOVA-SP (1989-1992) para organizar a estrutura e funcionamento destes. Por exemplo, nos locais em que não existem ações coletivas organizadas que reivindiquem o apoio da administração para a alfabetização, o movimento de alfabetização parte da administração, esta oferece o programa e faz as parcerias e procura, em alguns casos, fomentar a organização dos grupos populares. Apesar dos programas serem diferenciados, a parceria entre o poder público e as entidades procura garantir a concretização de políticas mais amplas de educação de jovens e adultos.

O sentido do trabalho em parcerias é efetivado por meio de ações que possibilitam um processo educativo na constituição das políticas públicas da EJA que incida na compreensão de educação pública, pois ao possibilitar o estabelecimento de alianças entre instituições e a sociedade civil organizada, alimenta interlocuções que qualificam a participação dos cidadãos nas políticas da EJA, forjando redes que incluem além da voz dos professores e funcionários do Estado, outros atores como protagonistas destas políticas. Por isso, ações por meio de parcerias aproximam-se de uma rede de espaços em que a escolarização para jovens e adultos está em interação com a vida, consolidando o processo da educação em permanência, articulando ações que envolvam questões culturais, qualificação para o trabalho, pesquisa e grupos de estudos.

As parcerias estão constituídas de maneira bastante diversificada, ou seja, em diferentes níveis e com objetivos diversificados. Alguns parceiros são responsáveis pelos recursos financeiros; outros parceiros realizam a alfabetização dos jovens e adultos e, além disso, oferecem contrapartida, como cadastramento dos alunos, espaços para as salas de aula e indicação de monitores; outra forma de parceria é estabelecida com as Universidades e Organizações Não Governamentais que prestam assessoria pedagógica.

Entretanto esta relação não é tranqüila, existem dificuldades com as prefeituras que não têm governos populares; problemas com o Tribunal de Contas; dificuldades em relação à continuidade dos estudos para os alunos do MOVA; dificuldades com a documentação das entidades para assinatura dos convênios; a contribuição do governo na organização das entidades e a identidade com a Educação Popular.

2.2 - Estrutura e funcionamento do MOVA

O MOVA é aberto a todas as pessoas com idade superior a 14 anos, que nunca estiveram na escola ou que não completaram a 4ª série do ensino fundamental. Os núcleos são constituídos a partir da inscrição de 15 pessoas e os materiais básicos para o funcionamento da sala de aula (quadro negro, cadeiras, material pedagógico) são fornecidos pelos agentes envolvidos no programa. As salas funcionam em residências, escolas estaduais e municipais, empresas, igrejas, creches, sedes de centros comunitários e até bares.

As aulas têm duração diária de 3 horas durante 4 dias por semana. Um dia é para o acompanhamento e formação pedagógica dos monitores.

Os educadores não precisam ser necessariamente professores formados. Basta terem, no mínimo, o ensino médio. É de sua responsabilidade arregimentar os alunos e conseguir um local para a implantação do núcleo. O

educador recebe uma bolsa-auxílio paga com recursos de um convênio firmado entre Prefeitura e sociedade civil e mais vale-transporte para a reunião pedagógica (não são todos os programas que oferecem este subsídio).

O MOVA por sua concepção de educação popular, pautada nas reais condições sócio-cultural e econômica do educando, flexibiliza o atendimento para propiciar ao aluno, que trabalha ou não, e que está a muitos anos fora da escola, de voltar a estudar. Por isso os núcleos de alfabetização são organizados nos diversos bairros do município próximo à demanda, para que os educandos não tenham a necessidade de se deslocarem.

2.3 - Formação político –pedagógica

Um dos objetivos do MOVA é proporcionar a todos os educadores envolvidos no programa de alfabetização de jovens e adultos, formação permanente que sirva como suporte teórico e prático, que conduza paulatinamente à construção coletiva e comprometida de um projeto político-pedagógico centrado na formação global do ser humano.

O trabalho do educador popular exige que ele seja um permanente pesquisador, tenha espírito aberto, compromisso social com o grupo com o qual atua e construa sua prática de modo crítico, autônomo e reflexivo. Isso demanda encontros de planejamento, discussão, estudo e aprofundamento teórico constante, pois educar exige contínua renovação.

Para desenvolver este trabalho é necessária uma proposta pedagógica que assegure tanto o acesso à leitura e à escrita como aos elementos que possibilitem aos educandos fazer uma leitura crítica da sociedade.

A formação continuada geralmente ocorre por meio de encontros semanais em que acontecem trocas de experiências e reflexões teóricas sobre a prática. Nestas reflexões, são utilizados entre outros materiais os relatórios dos professores, pois são produções bastante ricas de informações.

Os jovens e adultos têm muitos conhecimentos os quais devem ser reconhecidos pelo professor, pois, "A leitura do mundo precede a leitura da palavra", segundo Paulo Freire.

Assim, alfabetizar jovens e adultos é um processo construtivo que tem como ponto de partida os conhecimentos e as vivências adquiridas pelos educandos em sua trajetória de vida em sociedade, tanto em relação aos aspectos sócio-culturais como referente aos conhecimentos sobre a língua escrita, a oral e a leitura, na perspectiva de interrelacioná-los, criticamente, aos conhecimentos construídos socialmente pela humanidade, a fim de ampliá-los e transformá-los.

É, portanto, utilizada uma metodologia que busca garantir a mediação entre o indivíduo e o conhecimento, desenvolvendo um processo de ensino-aprendizagem pautado em conteúdos significativos e contextualizados.

Busca-se trabalhar a alfabetização como processo de aprendizagem da leitura e da escrita, com ênfase para a conscientização dos papéis dos indivíduos como sujeitos históricos e participantes. Para isso, amplia o campo do conhecimento, fornecendo elementos necessários à educação que possibilitem promover a integração social.

Para além da decifração do código lingüístico e da lógica matemática, o MOVA objetiva despertar o sentimento de consciência de grupo, através das relações sociais que se pode estabelecer a partir deste novo horizonte, defendendo interesses comuns e questionando as desigualdades sociais.

A proposta pedagógica procura desenvolver uma metodologia que tenha um caráter transformador, popular, democrático, processual, sistemático e interdisciplinar, rompendo a forma tradicional de ensino. Desse modo, os educandos são sujeitos do processo de aprendizagem, e o educador deve respeitar o ritmo de cada um. Neste contexto, o papel do educador é o de problematizador, trabalhando com o conhecimento científico e com o conhecimento popular, aprendendo com os educandos na mesma medida em que os ensina.

A concepção de aprendizagem e de currículo passa pela compreensão de que se aprende de forma interdisciplinar, pois se constrói conhecimento a partir da relação com o outro e com o objeto a ser conhecido, mediatizados pelo mundo. O processo de ensino aprendizagem parte do conhecimento dos alunos, das "experiências feitas", e problematiza o conhecimento acumulado pela humanidade, não assimilando, mas recriando-o e reelaborando-o. O currículo deve ser crítico, democrático e transformador e representante da consciência reflexiva sobre o desvelamento da realidade. Os dois grandes aportes teóricos que sustentam a ação dos MOVAs são Educação Popular e o sócio-construtivismo interacionista.

Uma das estratégias pedagógicas escolhida é a do trabalho com projetos, a partir da Leitura do Mundo e, de forma interdisciplinar, que procura favorecer a construção da autonomia crítica e da autodisciplina, tornando o sujeito ativo, na medida em que ele tem necessidade de pesquisar as mais diversas fontes de informações, analisar, formular hipóteses, calcular, concluir e agir. Também interfere nas relações sociais, fazendo o aluno lidar com as diferenças culturais, étnicas, de gênero e classe, através da convivência e do diálogo e, ao mesmo tempo, recuperando manifestações socioculturais e afetivas.

A dialética teoria e prática, conhecimento e ação são sempre discutidos com os alfabetizadores, é dessa reflexão que o fazer pedagógico se amplia e se atualiza.

A sistematização dos trabalhos em grupo do 1º encontro apontou como consenso entre os programas que os princípios político-pedagógicos são freireanos e existe concordância sobre a concepção de formação, principalmente sobre ela ser continuada e em conjunto com a rede. Um ponto importante é o comprometimento do educador com a comunidade.

As diferenças apontadas são em relação ao vínculo do educador com a instituição (contratação), nível da escolaridade do educador, a constituição das turmas, a concepção de alfabetização, o referencial teórico, a duração, o espaço e a avaliação.

Os desafios estão em conseguir verba para Educação de Jovens e Adultos, romper com a concepção de suplência, atualizar o conceito de Educação Popular e levar em conta a dimensão total do ser humano.

2.4 - Avaliação

A concepção de avaliação encontrada nos documentos dos programas indica uma preocupação com o percurso do aluno na construção do conhecimento, criando e recriando hipóteses sobre a leitura e a escrita. É entendido que o processo de aprendizagem não obedece a um calendário preestabelecido, pois, cada alfabetizando tem um tempo, e este tempo deve ser respeitado. Sendo assim, o processo avaliado não se resume a testes que mensurem e classifiquem o conhecimento.

Este mesmo processo deverá possibilitar a criação de uma "biografia" sobre a aprendizagem do aluno. Tem que ser um processo contínuo, dinâmico e muitas vezes informal. Avaliar é muito mais que um estabelecimento de conclusões definitivas. Avaliar por sua natureza cíclica, segue um processo de observação e constante reformulação de juízos sobre a compreensão dos alunos.

O processo de avaliação é pautado pelos princípios políticos que caracterizam os trabalhos na construção plena da cidadania; na transformação da realidade e na construção da autonomia moral. Sendo assim, situamos a avaliação no contexto da educação popular, do sócio-construtivismo interacionista e na interdisciplinaridade das áreas de conhecimento.

A avaliação tem três funções no processo educativo: função diagnóstica, prognóstica e investigativa. Funções estas que devem propiciar o rendimento da ação pedagógica e educativa, reorganizando as próximas ações do educando,

da turma, dos educadores e mesmo da escola, no sentido de avançar, no entendimento e desenvolvimento do processo aprendizagem.

3. MOVA BRASIL, herdeiro da Educação Popular

O 1º Encontro dos MOVAs procurou discutir as grandes questões da Educação de Jovens e Adultos, como os compromissos nacionais e internacionais no campo da EJA, Educação Popular, Concepção político-pedagógica e relação de parceria entre o grupos sociais e o Estado.

3.1 - Compromissos nacionais e internacionais no campo da Alfabetização de Jovens e Adultos

Resumo da palestra proferida por Maria Clara Di Pierro,
assessora da ONG Ação Educativa.

A história da luta pelo direito à educação é marcada pelo embate entre uma força social que visava ao adestramento de corpos e mentes para certo projeto de desenvolvimento, e, do outro lado, uma força que lutou para ampliar sua participação social, política e cultural, saindo da margem da exclusão.

A discussão sobre o direito à educação foi se constituindo em meio a este embate, ora na vitória ora na derrota de uma das forças.

Um marco deste processo foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 10 de dezembro de 1948, que assegura a todos, em seu artigo 26, o direito à educação, e que esta tem que ser obrigatória. O segundo tópico deste artigo diz que esta educação tem que visar à expansão da personalidade e da liberdade individuais. E, finalmente, o terceiro tópico fixa a esfera privada da família com certa autonomia quanto à escolha da educação de seus filhos.

Compromissos internacionais

No pós-guerra, organizações como a ONU e a UNESCO convocam uma série de conferências sobre educação de jovens e adultos, como as de Elsinore, Dinamarca (1949), Montreal, Canadá (1960), Tóquio, Japão (1972), Paris, França (1985) e Hamburgo, Alemanha (1997). Estas conferências foram matizando conceitos e estratégias, como "educação de base" e "alfabetização funcional". Em 1990, ano internacional da educação, um número muito grande de países, reunidos em Jontiem, na Tailândia, assumiu o compromisso de diminuír pela

metade o analfabetismo. Pela primeira vez não estavam reunidos apenas órgãos da ONU e de governo, mas também o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Outra conferência que destacamos, em Hamburgo, relaciona-se com o MOVA, pois declara que a educação para a vida toda não é apenas um direito, mas uma necessidade social no século XXI, frente às incertezas e à velocidade das transformações; os enfoques valorizam os conhecimentos prévios de educadores e educandos; não se opõe oralidade ao letramento; e chega à idéia de que a educação é um direito básico que cataliza a participação das pessoas. Quando o MOVA se propõe como processo de alfabetização que engaja as pessoas, está justamente exercitando o conceito que foi formulado na conferência de Hamburgo. O Brasil está entre os países que assinaram este compromisso.

Três anos depois, em Dakar, no ano 2000, uma conferência fez o balanço da declaração de Jontiem, e concluiu que as metas não haviam sido alcançadas, menos por sua natureza, que pela agenda neoliberal assumida pelos países, que aumentou o fosso entre os que tiveram ou não acesso à educação. Em Dakar, as metas são postergadas para 2015. Dentre os pontos firmados, consta que a educação de jovens e adultos deve ocorrer mediante acesso eqüitativo, a aprendizagem deve ser apropriada, e os programas de capacitação devem ser para a vida.

Compromissos nacionais

O primeiro marco é a constituição federal, que assegura, em seu artigo 208, a oferta a todos que não tiveram acesso em idade própria (expressão que não gosto, pois, para aprender, toda idade é própria), e cabe ao poder público inclusive recensear e assegurar os recursos.

Apesar deste direito assegurado, apenas oito anos depois foi aprovada a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que trata do tema da Educação de Jovens e Adultos. O título III repete a constituição, assegurando o direito, ficando a responsabilidade para o Estado. No capítulo II, título IV, há uma seção, porém breve, que assegura a educação de Jovens e Adultos mediante oportunidades apropriadas, considerando-se seu interesse, condições de vida e trabalho, por meio de cursos e exames.

Essa lei, embora pouco inovadora, é muito flexível, possibilitando instrumentos para uma educação de jovens e adultos diferenciada.

Somente em 2001, o Conselho Nacional de Educação aprova, finalmente, o Plano Nacional de Educação (PNE), no qual há 26 pontos sobre educação de adultos, mas é pouco inovador, pois enquanto os compromissos

nacionais tentam incorporar a educação formal e não formal, o PNE trata a educação de adultos como educação escolar.

Constituição, LDB e PNE possuem metas ousadas. Em cinco anos, comprometeu-se em alfabetizar dez milhões de pessoas. A educação básica e escolar de jovens e adultos no Brasil não soma hoje três milhões e oitocentos mil alunos, o que quer dizer que estamos longe dessa meta, o que faz do MOVA algo necessário. Outra meta ousada, em relação ao analfabetismo funcional, propõe a inserção de nada menos que vinte milhões de pessoas no processo escolar nos próximos cinco anos.

O PNE faz ainda uma série de ponderações quanto a portadores de deficiências, presidiários etc; e recomenda articular formação profissional com educação de adultos. Em relação a políticas culturais, incentiva as experiências comunitárias, a utilização de espaços disponíveis e o incentivo a entidades da sociedade civil. Ou seja, o PNE apóia e incentiva projetos como o MOVA.

O Brasil está comprometido com este conjunto de compromissos. Argumentos jurídicos não faltam, seja em nível nacional ou internacional. O que falta é vontade política que se traduza em financiamento para estas iniciativas. Mas, citando o governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, "Se fosse fácil, não era para nós".

3.2 - De Angicos a Ausentes: quarenta anos de Educação Popular

Este texto é o resumo da palestra proferida
por Carlos Rodrigues Brandão,
livre-docente em Antropologia do Simbolismo
pela Universidade Estadual de Campinas.

Na década de 60, não que isto tenha começado exatamente aí, educadores como Paulo Freire e seus companheiros do Nordeste Aurenice Cardoso, talvez a grande metodóloga do método Paulo Freire, Jomar Brito, Jarbas Maciel, e Elza, primeira esposa de Paulo Freire, com imensa modéstia, publicaram uma revista, em 1964, em que se fazia uma crítica à educação de adultos, não apenas de métodos e técnicas de trabalho, nem tampouco em relação ao fato de serem campanhas nacionais ou estaduais, mas o sentido do porquê se alfabetizava.

Do ponto de vista do governo, muitas vezes este não era o interesse e, o pior, continua não sendo. Basta ver os documentos enviados pelo MEC ao Banco Mundial e o FMI. Há um interesse apenas com dados estatísticos. A qualidade, a maneira processual de como se faz, pouco se leva em conta. No relatório "A educação é um tesouro a descobrir", tradução do trabalho feito pela UNESCO, já

se fala em educação para a vida toda. A crítica era justamente esta. A quem interessa alfabetizar? Às pessoas, às famílias, às comunidades? Ou simplesmente qualificar mão de obra letrada segundo os interesses do mercado? Pois o destinatário de muitos projetos de alfabetização parecia ser o Banco Mundial ou a Volkswagen e a Ford. A intenção era muito boa, mas a destinação, em grande parte, era essa.

Se a intenção não é o desenvolvimento interno, humano, profundo da pessoa, mas o desenvolvimento econômico, do capital, e não do país, da comunidade que somos todos nós, então basta uma "tintura" de saber. Basta um supletivo ou uma campanha. O professor João Francisco de Souza também mostrou como a educação demarca quem deve ser bacharel, doutor, professor, e quem deve ser apenas "é, estudei uns três anos, deu para aprender umas palavrinhas".

A partir daí começaram os movimentos de educação e cultura popular nos anos de 1960. Eu mesmo participei de um deles, o Movimento de Educação de Base. Em 1962, Recife sedia o Primeiro Encontro Nacional de Movimentos Populares, que contou com a presença, inclusive, de Paulo Freire. Começava a nascer em nossa mente e coração a idéia de que, aqueles que eram excluídos da educação, também eram de outras esferas da vida social, e nós estávamos dispostos a trabalhar com estes setores com uma proposta completamente diferente.

Queríamos quebrar aquilo que Paulo Freire chamou de "estrutura de educação bancária", em que as pessoas são reduzidas a números. Você tem quantos alunos? Quarenta e dois. Põe isso no relatório, manda para o ministério e acabou. Queríamos fazer da sala um "Círculo de Cultura", em que as pessoas pudessem falar de tudo o que fazem e o que vivem, experiências por meio das quais a gente aprende a ler e a escrever muito mais.

As pessoas com as quais trabalhamos em alfabetização são analfabetas, não têm acesso à "cultura letrada" ou "erudita", mas estão longe de serem ignorantes. Ao contrário, elas têm cultura, muitas vezes são pessoas sábias, profundas conhecedoras da grande escola da vida. A comida que nos mantém vivos, durante séculos, vem da mão dessas pessoas, que dominam a leitura e a escrita da natureza, da terra, das lavouras, que possibilitam fazer esse milagre que às vezes parece uma coisa espontânea, mas que passa por todo esse saber, por todo esse trabalho.

Estabelecer o diálogo, não apenas entre professor e aluno, mas entre culturas, é um dos fundamentos da educação popular. Tudo que estas pessoas vivenciam quaisquer que sejam as origens étnicas: branco, negro, índio, não é bom apenas para conversar, é o fundamento material para o trabalho que vamos fazer. Daí a idéia de pesquisa do universo vocabular. Em vez de uma cartilha, faremos o levantamento das palavras geradoras, dos temas geradores, do que

se vive na comunidade, e, com isso, aprender a ler e escrever em código escrito as palavras de nosso mundo.

Todo mundo fala de educação cidadã, mas qual é a qualidade dessa idéia de cidadania? Não é a de um sujeito bem comportado, que apenas diz sim, mas de um sujeito que questiona, e pensa que um outro mundo é possível. Então, a idéia que, de repente, colocava-se para nós, educadores populares, continua sendo a mesma, ou seja, acreditar que é uma ilusão que o mundo não se move, ou se move por acontecimentos passados na economia, ou lá nas altas esferas.

Do lado de cá, nós pensamos que um outro mundo é possível, e uma pessoa pode andar de cabeça erguida, e ver que vale tanto quanto qualquer outra, justamente porque de repente se encontra acolhida e querida num lugar em que ela vai aprender muito mais do que ler e escrever. Está aprendendo a se ler e a se escrever com novos sentidos.

Na década de 80, o Grupo de Trabalho da Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT pediu a um grupo de educadores: Moacir Gadotti, Dermeval Saviani, Paulo Freire e eu, para escrever um documento que tomou o nome de "Subsídios para Elaboração de um Plano Nacional de Educação". Gostaria de citar uma passagem desse documento que sintetiza o que eu falava. "A luta é por uma outra escola", pois o ensino pelo qual as classes populares lutam é outro. Não é o que aí está, elitista no seu conteúdo, na sua forma e na sua gestão. Não significa 'estendermos o ensino que aí está para todos', nem "melhorá-lo", com reformas sobre reformas, mas mobilizar as classes populares para uma outra educação, pois se a escola que aí está foi implantada contra elas, e sem elas, a nova escola só pode ser feita por elas e para elas. Esse livro, que é o tema desta palestra, é um pouco a história disso.

O livro, que é o tema dessa palestra, foi feito por uma equipe e contou com a participação de muitas pessoas, de vários lugares, de pessoas do MOVA, principalmente dos alfabetizandos. Todos os depoimentos, tantas confissões, tantas coisas lindas. Nós podemos sonhar por aí com livros que serão escritos em muitos lugares, por muita gente. Chega de viver no mundo e num país em que poucos escrevem e muitos lêem, quando lêem. Que ele seja um passo na vida para a gente aprender que tudo que é bom na vida nós podemos fazer juntos.

Tem uma frase de uma ativista norte-americana, Marilyn Fergunson, de quem eu gosto muito, que disse uma coisa que poderia ser o lema desse livro. Diz assim: "Nenhum de nós é melhor nem mais inteligente do que todos nós"

3.3 - Concepção político-pedagógica dos MOVAs

Este texto é resumo da palestra proferida por João Francisco de Sousa, professor da Universidade Federal de Pernambuco.

Quando nos referimos a uma "concepção" estamos na verdade colocando os porquês e os "paraquês" da nossa ação e, no nosso caso específico, de nossa ação alfabetizadora. Por que nós achamos importante alfabetizar. Ao final, significa as razões de proporcionar os mecanismos da leitura e da escrita alfabética à população que não as domina.

Esses mecanismos seriam, portanto, um esforço para que a população pudesse ter acesso à cultura escrita. Ou seja, o que estamos propondo é iniciar as pessoas no domínio da cultura escrita alfabeticamente, pois, certamente, estas pessoas já dominam algum tipo de leitura e escrita, de compreensão do mundo, às vezes bastante complexa. Mas falta algo que é o domínio do código alfabético, por meio do qual estas pessoas podem acessar uma outra cultura, compreender os outros que também dominam esses mecanismos, ampliar seus horizontes.

Acreditamos que o domínio da cultura escrita amplia as possibilidades de intervenção. A cultura tecnológica, por exemplo, que de alguma forma nos domina, está codificada em linguagem alfabética, por meio da qual é armazenada, estudada, e passa de uma geração para a outra.

Isso nos levaria a um diálogo entre a cultura oral e a cultura da escrita alfabética. Qual a vantagem de obter acesso a esta cultura escrita? Trata-se, portanto, não apenas da aquisição mecânica da leitura, mas do acesso a uma outra lógica na qual é expressa a compreensão de vida, o sentido da vida, as relações entre as pessoas, a organização econômica. O exercício do poder é a própria elaboração do saber e, conseqüentemente, a constituição das individualidades.

Por que nós queremos que a população tenha acesso à escrita e à leitura alfabética? Porque achamos que a cultura oral é importante, é uma totalidade em si mesma, mas não achamos justo que as pessoas não tenham acesso a outros instrumentos sociais.

Não podemos ficar tranqüilos, sabendo que no Brasil 80% da população não domina a escrita. Os sensos não dizem isso, pois eles apenas perguntam a uma pessoa "você sabe escrever" a pessoa diz "sei", mas se formos além desta concepção estreita de alfabetização, veremos que 80% da população com mais de 15 anos possui um, dois ou três anos de escolarização. Se a idéia de escolarização fosse séria, essa questão não seria tratada assim.

De fato, a escola não foi organizada para os trabalhadores. Estruturada com um único professor no primeiro segmento e um por área no segundo

segmento. É de responsabilidade do governo e inventada pelos setores médios urbanos alemães.

Para os setores médios, e para alguns de nós, a escola foi muito importante, pois entramos analfabetos, e saímos doutores, garantindo a sobrevivência. Mas, para os setores populares, a escolarização ainda não provou a que veio. Para que serve escolarizar? Não temos a resposta.

A população é muito sábia quando questiona a instalação de um grupo de alfabetização em um sítio ou periferia. Para quê? Nós, muitas vezes, ficamos sem saber responder. Discutir uma concepção político-pedagógica para o movimento de alfabetização é discutir a importância desse instrumento na construção da sociedade, na organização das relações sociais e na própria construção da identidade individual e coletiva.

A cidadania é apenas uma das dimensões do crescimento humano. Amar e ser amado, garantir nossa subjetividade, garantir que a população possa atuar politicamente como protagonista, tudo isto é exigido no processo de humanização, em nosso crescimento como indivíduo e como pessoa.

Quando a escola migrou dos setores médios urbanos, onde era muito exitosa, para os setores operários e para o campo, não sofreu as transformações necessárias. Nós simplesmente transplantamos a mesma escola, só que empobrecida, em condições degradantes de prédio, de relações de trabalho e salariais, sem falar na questão muito séria da relação entre o mundo da escrita e da oralidade. Pois a escola pode conscientizar, mas se também não possibilita o domínio da escrita, não cumpre sua tarefa.

Nesse quadro, qual seria a concepção político-pedagógica dos movimentos sociais de alfabetização? Não será bom que todos os digam a mesma coisa, pois cada um tem sua especificidade, mas alguns elementos são importantes. Nós queremos uma compreensão mais consistente e mais ampla das relações humanas, entretanto para compreender o que é uma economia solidária, condições materiais de dignidade humana, condições democráticas, é importante o domínio da escrita alfabética. É um processo permanente de construção que nós temos que levar adiante.

Segundo Paulo Freire, a questão fundamental é a inconclusão do ser humano. Isso é todo o fundamento da educação. Nós podemos aprender a educar os outros e a educar a nós mesmos, porque nós somos inconclusos. É o nosso inacabamento que nós dá direito e dever de educar no sentido mais amplo.

Então, porque se transformou a educação em escola, que é uma invenção mais recente? A escola é apenas um das agências educativas, e toda atividade que contribui positivamente no processo de construção da humanidade poderia ser considerada educativa.

Portanto, se cabe à escola o processo de alfabetização, cabe como um instrumento, e não como uma centralidade. É importante que a educação formal e não-formal estejam integradas. A responsabilidade com a escolarização deve ser do conjunto da sociedade, pois o governo, sozinho, não pode ser o responsável. As finalidades do processo educativo têm que ser construídas socialmente.

O conteúdo da educação não é adjetivo, substantivo, pronome, verbo, algoritmo. Isso é instrumento da educação, para que eu possa melhor compreender os projetos que estão sendo gestados e implementados na sociedade.

3.4 - MOVA – parcerias e participação popular na visão do Estado

Este texto é o resumo da palestra proferida por Moacir Gadotti, professor da FE-USP e diretor da ONG Instituto Paulo Freire.

Eu fico muito emocionado quando de uma pequena reunião no Fórum, a gente senta, trabalha e imagina alguma coisa, que hoje está acontecendo. A gente tem um horizonte comum e uma utopia comum, mas a prática é cheia de contradições. Foi na casa do Paulo, num bate-papo, que também surgiu a idéia, não era a do MOVA ainda.

A Luíza Erundina trabalhava como funcionária, da Secretaria de Bem Estar Social, tinha trabalhado no MOBRAL, inclusive ativamente, quando ela veio para São Paulo. Existia toda uma tradição de luta, desta forma não podia ser uma prefeitura que não tivesse respeito pelo adulto. Então, ver a Erundina assumir também foi um momento bonito.

Por que o MOVA chama Movimento? Nós tínhamos até iniciado um outro movimento pequeno, onde eu e o Paulo fomos supervisores, em Diadema, de 1982 a 1986, na primeira prefeitura do PT de Diadema, com o prefeito Gilson. O Paulo disse: "Não tem sentido falar em campanha. Campanha é coisa provisória, o movimento é mais permanente, mais estruturado, e vamos ver se com isso a gente começa a resgatar a dívida social que a gente tem com as pessoas não alfabetizadas". O Paulo deixou um recadinho, pequeno, e esse recado para mim é tudo:

Sabemos os educadores e educadoras que fazem o MOVA-SP da seriedade que um programa como esse exige, de quem dele participa, não importa o nível de sua responsabilidade.

Sabemos da competência a ser posta a serviço do programa.

Sabemos também que um programa assim demanda clareza política de todos que nele estão engajados e vontade política de quem se acha no nível da decisão.

Então, a primeira condição para que exista o MOVA, é vontade política da administração. "Nós garantiremos o nosso empenho para fazer as coisas certas, respeitando os movimentos sociais".

Tem uma outra coisa, a autonomia dos movimentos. O Pedro Pontual fez a sua tese sobre o MOVA e a conclusão que ele tirou foi que os movimentos populares se constituíram num grande ator social, em São Paulo, a partir do MOVA. Quer dizer, uma outra qualidade de movimento, o MOVA fortaleceu 97 entidades que fizeram essa parceria. E eu realço isso porque nós não podemos ter uma visão puramente escolar do MOVA, só de conteúdo escolares, há um ganho mais importante, a parceria no sentido freireano. No caso do Paulo Freire, o parceiro tinha que estar junto o tempo todo, discutindo e se afinando com o projeto político, através do diálogo. É interessante porque havia dentro do próprio partido do Governo quem dissesse que o movimento social não devia participar, devia só reivindicar. A discussão era quanto mais o movimento popular participar da gestão da coisa pública, mais vai aprender e reivindicar.

O maior problema que nós tínhamos era explicar para a população, por exemplo, os limites da gestão pública. Nós estávamos no Governo, conjunturalmente, mas tínhamos que explicar para a população que há limites na gestão, até limites não só orçamentários, mas legais, porque tem que passar pela Câmara dos Vereadores, pela Assembléia Legislativa, etc.

Essa educação cidadã, essa formação que não é escolar, foi um ganho muito importante. Deve ser medido o seu resultado, a qualidade do movimento pela capacidade do povo se organizar, reivindicar e participar na gestão da coisa pública, para criar aquilo que mais tarde se chamou de espaço de gestão não estatal. Esse é o caminho do futuro. Por isso que o MOVA se multiplicou, porque ele tem esse caráter, mais amplo que o movimento puramente escolar.

E finalmente a terceira característica: "com o apoio de conhecimento crítico dos alfabetizandos, sem o qual fracassaremos". É pelo desejo de aprender que está em todos os alfabetizandos, é que há um aprendizado fantástico, o aprendizado do acolhimento, do acolher as pessoas. Antes de saber ler e escrever, nós temos que acolher o ser humano, e há testemunhos dessa coisa bonita, que é acolher. A vovó que vinha sendo puxada pela netinha, a netinha dizia: "Vó, vamos lá, vamos lá para o MOVA". E ia. A netinha já estava na escola, e a avó quando começa a falar, respeitando a metodologia que a gente usava chamada biografia, isto é, a partir da biografia, a partir da vida da pessoa, pela primeira vez havia gente que dizia, eu... que via que havia vontade política por parte da Secretaria de ouvir o que eles tinham a dizer. Da história daquele trabalhador, que saiu lá de Garanhuns, que veio num caminhão, chegou a São

Paulo e foi maltratado. Vocês lembram do cartaz do dia 16 e 17 de novembro de 1990, do primeiro Congresso de Alfabetizandos, o único que existiu no mundo, com 5.300 participantes. A frase que foi escolhida, entre muitas frases, dizia o seguinte: "Nós viemos para São Paulo e São Paulo humilhou a gente".

É uma frase fortíssima, chocante. Quer dizer, vieram trabalhar em São Paulo, porque eram trabalhadores, a maioria do Norte e Nordeste "e nós fomos humilhados por São Paulo". Essa coisa me arrepia até agora, de ver o que o MOVA fez. Foi só ensinar "ba, be, bi, bo, bu"? Não. Ele ensinou dignidade, ele respeitou as pessoas. E a força da obra de Paulo Freire está em que ele deu dignidade, que ele construiu dignidade e respeito, o povo precisa ser tratado com respeito.

Eu tenho a impressão que o êxito ou o fracasso daqui para frente depende de termos ou não tido a capacidade de aprender aquilo que o Paulo Freire nos ensinou em termos de diálogo. A educação se faz através do diálogo. O diálogo é a essência da educação, não há educação sem diálogo, não há MOVA sem diálogo. Portanto, esse espírito que deve unir as experiências muito variadas. Ninguém tem que repetir ninguém, Paulo Freire detestava discípulos, não queria gente que repetisse que nem papagaio, as suas idéias.

Por que Paulo Freire é importante? Porque escreveu um livro, porque escreveu uma pedagogia? Não. Ele é importante porque despertou nas pessoas a crença de que era possível mudar o mundo. Por isso que ele é importante. E o MOVA é importante na medida em que realmente possa continuar esse legado reinventado o Paulo Freire em cada lugar, reinventando o MOVA em cada lugar, despertando a esperança, numa era de tanto pessimismo, de cultura da guerra, de cultura da desesperança, a essência mais importante do MOVA é levar esperança para que amanhã tenhamos um mundo melhor do aquele que nós encontramos.

3.5 - MOVA-SP: parcerias e participação popular na visão dos grupos populares

Este texto é o resumo da palestra proferida por Antonio José Araújo, coordenador do Movimento Nacional pelo Teto e Moradia.

Quero dividir a apresentação da experiência do MOVA em três partes. Vou falar da questão organizativa, da questão da parceria, que é o tema propriamente dito, a relação Movimento-Estado. E quero falar também da grandeza do MOVA e da continuidade do MOVA.

A estrutura do MOVA em São Paulo era realmente interessante. Começava com as entidades interessadas que de certa forma já tinham algum

trabalho nas comunidades. A seguir, constituíram-se os fóruns regionais, que eram os fóruns de discussão, rumo a uma metodologia, que continua a ser a do Paulo Freire.

O Fórum Municipal tinha duas instâncias: a do Movimento e a Coordenação Municipal. Era o espaço onde se discutia politicamente os rumos do programa.

Inicialmente, os convênios foram realizados com apenas oito entidades. Nós chegamos ao final da gestão do Partido dos Trabalhadores, em 92, com 50% do que pensávamos criar inicialmente, que eram dois mil núcleos, e acabamos a gestão com mil núcleos e mais de vinte mil educandos.

Tivemos alguns problemas. Quais seriam? O primeiro, o Moacir mesmo disse, as entidades, por sua história de luta, de reivindicar, não se preocupavam com algumas coisas, que são importantes, mas às vezes atrapalha, que é a burocracia. Essa dificuldade era muito grande, e hoje já está superada.

Hoje continuam alguns problemas, e eu gostaria de deixar bem claro que só é possível trabalhar em um MOVA em uma relação de parceria. Se o poder público não entende que o Movimento não tem que ser só reivindicativo, mas também propositivo e estratégico, não resolve o problema. Isso não é parceria.

Na gestão do PT, nós tínhamos a honra de ter o Paulo Freire, que defendeu e nós continuamos defendendo isso. Mas, é bom dizer, um partido além de não governar sozinho, também tem suas correntes, suas tendências. O Secretário da Educação mesmo querendo de uma forma, existe uma movimentação para que seja diferente.

Então, quando a Martha Carvalho disse no início que a gente procurava não trabalhar esta questão do "meu" e sim do MOVA, realmente a gente tinha esse problema, porque muitos companheiros que compunham o Fórum, uns concordavam, outros não, porque tinha uma outra direção, que não era do MOVA, era discutida em outras instâncias. Então esse é realmente um nó.

Agora o MOVA, mesmo saindo o PT, não fazendo a sucessão como a gente queria, sobreviveu há oito anos, ainda uma boa parte. Em São Paulo, ficamos com uma média de trezentos núcleos. O MOVA era um decreto, mas nós queremos que vire lei.

A gente não quer assumir o papel do Estado, a gente quer contribuir. A educação tem várias formas, a educação não é só "ba be bi bo bu", e não está só dentro de quatro paredes de concreto. Que consigamos desenvolver esse trabalho, com a sociedade que queremos, essa é a essência que a gente tem que trabalhar, e é isso que a gente quer de um poder público, de um educador de renome que possa contribuir, como no caso Paulo Freire, e tantos outros, Moacir, Brandão, o João que aqui esteve, todo mundo, todos nós.

Eu queria terminar dizendo o seguinte: nós precisamos continuar trabalhando, lutando para que o MOVA realmente seja uma das maiores

alternativas existentes neste país, que faça este movimento não só para servir ao interesse de pequenos grupos, independente da essência do projeto. Nós vamos ser mais uma vez massa de manobra, e é isso que temos que ficar de olho. Nós somos propositivos, não só reivindicativos.

Na gestão passada, foi muito interessante, e acredito que todos vocês têm uma história dessas para contar. Um núcleo nosso alfabetizou uma senhora, já na "melhor idade". Ela tinha um filho engenheiro e uma filha médica, mas não sabia um "a". Isso foi muito emocionante, muito interessante, quando ela ficou alfabetizada. Mas ela não foi lá só ler e escrever, foi lá conhecer nossa metodologia, nossa concepção de mundo, porque é isso que interessa de verdade. Construir um mundo que a gente acha que deve existir, e não obedecer a um mundo que um ou cinco impõem.

3.6 - MOVA/SP- 1989 a 1992: a experiência da parceria Estado/Movimento Social

Este texto é o resumo da palestra proferida por Martha Carvalho, socióloga e doutoranda da PUC-SP.

O MOVA/SP havia nascido como a concretização de um vínculo celebrado entre a Prefeitura e movimentos sociais, no qual cabia a primeira o apoio financeiro e material, a orientação político-pedagógica e a formação permanente de professores. Aos parceiros do MOVA, cabia a seleção dos educadores conforme a proposta libertadora e pela disposição para a capacitação pedagógica coletiva.

O MOVA representou um dos aspectos importantes, mas não o único, da implantação de uma educação popular em São Paulo. O Partido dos Trabalhadores encaminhou projetos de reformulação global para o setor e a democratização dos mecanismos de gestão de tais políticas.

Relação com os movimentos sociais

As entidades conveniadas ao MOVA deveriam se organizar como associação civil sem fins lucrativos. O financiamento e formação eram cobertos pela Secretaria, ficando a cargo dos movimentos a indicação de educadores e formação de turmas com, no mínimo, 15 alunos.

A Secretaria fornecia orientação pedagógica, ficando a cargo dos movimentos manter em dia a contabilidade.

O programa iniciou com 49 entidades, alcançando 79 no final do programa. A constituição do Fórum Geral propiciou uma autonomia dos

movimentos em relação à Secretaria. Para a gestão do projeto, foi constituído um segundo fórum, chamado Fórum Mova, com representantes das entidades e da equipe central do programa.

MOVA: inovação na política pública

A transição da ditadura militar para a democracia civil e o surgimento de fortes movimentos de base tem resgatado o debate sobre a incorporação de mecanismos de participação nas políticas públicas.

No caso do MOVA, o padrão de relacionamento indica uma relação aberta entre Estado e movimentos sociais. Os fóruns, constituídos durante a experiência, foram uma importante inovação no desenvolvimento destas formas de gestão, evidenciando tanto as potencialidades, quanto as dificuldades de tal forma de organização.

Dentre os fatores condicionantes, mencionamos o estágio diferenciado dos movimentos e sua distribuição geográfica nas regiões Leste e Sul, onde se concentram os movimentos de base "históricos". Dada as prioridades do programa atribuída pela Secretaria, com meta de implantação de 2000 núcleos, frente aos dados globais, que indicam a implantação de 916 núcleos, podem estar aí as limitações da perspectiva de ampliação do atendimento à demanda.

As estatísticas do MOVA indicam um percentual elevado de aprovação, assim como de evasão (37%). Uma das possíveis causas seria um descompasso entre os objetivos atribuídos pelos educadores e o dos alfabetizandos, muito mais imediatistas e pragmáticos. Segundo Souza (1995), esta taxa pode estar relacionada ao confronto entre o saber socialmente legitimado, a escrita, e o saber popular, a oralidade.

Um programa educacional com as características do MOVA levou desafios importantes para a estrutura da Secretaria, testando profundamente suas funções sociais. A articulação do MOVA com a esfera pública foi uma experiência singular, de relevância histórica em uma cidade em que os excluídos da "periferia" ou "do bairro" reivindicam seu direito à cidade, à leitura da palavra e do mundo.

Considerando como um dos objetivos do projeto o impulsionamento de uma ação articulada entre Estado e sociedade civil, o MOVA evidenciou amplas possibilidades, alargando o campo de experiência para gestores e lideranças públicas.

3.7 - Respeitando a diversidade

Dois projetos realizados pelo MOVA-POA: Projeto MOVA-Braille e Sensibilização para as diferenças merecem destaque neste documento por ser uma experiência exitosa e busca efetivamente a inclusão de todos.

3.7.1 - MOVA-BRAILLE

É um convênio da Associação de Cegos do Estado do Rio Grande do Sul (ACERGS) com o MOVA/SMED e parceria com o Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores (CMET).

O projeto Mova-Braile atende as pessoas portadoras de deficiência visual bem como pessoas de visão normal que tenham o desejo de aprender o sistema Braille, de adquirir noções de como auxiliar na locomoção de pessoas cegas e noções das causas e prevenção da cegueira.

O aluno permanece nas aulas o tempo necessário para a sua aprendizagem, respeitando o ritmo individual de cada aluno.

As aulas são dadas por educadores populares cegos, que fazem o Seminário de Formação Inicial do MOVA e participam das reuniões de formação semanal dos educadores populares que acontecem na SMED com a assessoria pedagógica da EJA.

Para a assessoria específica, contamos com uma professora do CMET, que participa semanalmente das reuniões do nível em conjunto com a assessoria pedagógica de EJA, que faz o acompanhamento às turmas do Mova Braille.

3.7.2 - MOVA - sensibilização para as diferenças

É um convênio da Associação dos Cegos do Rio Grande do Sul (ACERGS) com o MOVA e o Núcleo de Políticas para as diferenças da Secretaria Municipal de Educação (SMED) em parceria, inicialmente com o DMLU com o objetivo de sensibilizar e orientar os funcionários que trabalham na varrição do centro e os que atendem os sanitários públicos quanto às especificidades das pessoas portadoras de deficiência que transitam e utilizam os espaços públicos.

Os temas desenvolvidos tratam dos aspectos gerais que envolvem as pessoas portadoras de deficiência visual, auditiva física e mental e discussão sobre a questão dos Direitos Humanos.

O problema discutido é a falta de acesso e inclusão adequada das pessoas portadoras de deficiência nos espaços urbanos e carência de informações em relação a estes aspectos, dos funcionários que exercem suas funções na zona central da cidade.

Os objetivos específicos do programa são: divulgar o Sistema Braille e Libras; informar as políticas, os programas, os projetos e os serviços públicos e privados existentes para o atendimento das pessoas portadoras de deficiência; orientar sobre a melhor maneira de auxiliar as pessoas portadoras de deficiência visual, auditiva, física e mental; orientar quanto à prevenção das deficiências e os cuidados para evitá-las; participar do gerenciamento do cadastro das pessoas portadoras de deficiência; discutir sobre a adequação e uso dos instrumentos de trabalho destes servidores.

4. Os MOVAS enquanto política pública de Educação de Jovens e Adultos

As questões que reaparecem em todos os encontros realizados, duas delas merecem destaque, são elas: a responsabilidade do Estado como realizador de políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos e o papel da sociedade civil. Por isso foi retomado durante o 3º Encontro em 2003.

4.1- Parceria entre Estado e Sociedade Civil: uma perspectiva democrática

Resumo da palestra proferida por Pedro Pontual,
representante do Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL)
e membro da ONG Ação Educativa

Depois de haver sonhado e implementado junto com Paulo Freire e tantos outros educadores e lideranças de movimentos sociais o MOVA-SP, tenho o privilégio de ver aquela experiência mais do que multiplicada, sendo recriada em tantos municípios, em diversas regiões e Estados do Brasil e agora desafiada a expressar este acúmulo na realização de um grande mutirão nacional pela alfabetização de jovens e adultos que, por fim, torna-se uma prioridade nacional a partir dos compromissos estabelecidos pelo governo do Presidente Lula.

O esforço de todos, ao longo destes anos, em construir e manter este espaço de intercâmbio e articulação dos MOVAs, com certeza contribui para o maior enraizamento da sua prática, para o aprimoramento de suas formulações e realizações e, certamente, para a legitimidade dos seus acúmulos neste momento em que se concretiza a possibilidade de tomar a questão do desafio da alfabetização como prioridade na construção de um novo modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentado.

Neste contexto, é de fundamental importância a reflexão sobre o papel do Estado e da sociedade civil, pois a prática de parceria entre Estado e

sociedade civil, numa perspectiva substantivamente democrática, requer a união de ambas, vontades políticas e ao mesmo tempo um profundo respeito pela autonomia dos atores e uma clara definição de responsabilidades.

Um dos primeiros aspectos a resgatar e sublinhar é a dimensão de movimento presente na proposta do MOVA e que tem nos atores da sociedade civil os principais responsáveis pela sua vitalização. É preciso recuperar a idéia de que o MOVA é um movimento social que em parceria com o Estado toma a questão da alfabetização e da pós-alfabetização como uma tarefa inicial na luta pelo direito à educação ao longo de toda a vida dos jovens e adultos. Esta dimensão coloca o desafio para os atores da sociedade civil que ingressam no MOVA a partir da prática da sala de aula e para além da mesma organizarem-se como movimento social que luta pelo direito à educação, que sabemos indissociável do conjunto dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Esta compreensão do papel do MOVA vincula-o ao campo das práticas de construção de uma cidadania ativa e, ao mesmo tempo, coloca o referencial da Educação Popular como aquele mais coerente para a consecução de seus objetivos. Como nos disse Paulo Freire (1992): "A educação de adultos é melhor percebida quando a situamos hoje como educação popular".

É importante lembrar que:

Organizar-se como movimento requer, entre outras ações, a criação de fóruns próprios dos atores da sociedade civil aonde se podem consolidar capacidades e proposições que possibilitem uma autonomia efetiva destes atores na construção de uma relação de parceria com o Estado. A prática tem demonstrado que quando isto não acontece prevalece uma relação de dependência e dificilmente se asseguram condições de continuidade do programa diante da alternância de governos e das mudanças de orientação que estas provocam nas prioridades de ação do Estado.

Como movimento que luta por direitos, o desafio seguinte à sua organização autônoma é a participação ativa nos espaços de co-gestão das políticas educativas (dos conselhos de escola aos conselhos municipais de educação) e das políticas públicas de modo mais geral como, por exemplo, dos conselhos e fóruns de juventude, de cultura, das comissões municipais de emprego e em especial das práticas de orçamentos participativos e planejamentos participativos de cidade.

Como movimento social cabe aos sujeitos partícipes do MOVA demandar e propor ao Estado, ações que efetivem o reconhecimento das diversidades de gênero, étnicas, geracionais e de portadores de deficiência como forma de assegurar a dimensão inclusiva e a qualidade social e pedagógica das ações do MOVA e dos demais programas educativos e sociais.

Como movimento social cabe aos sujeitos partícipes do MOVA demandar e propor alternativas concretas capazes de articular as ações de educação de

jovens e adultos a programas de qualificação e geração de emprego e renda (particularmente no que se refere às formas de economia solidária) como condição necessária para se alcançar metas inclusivas para nossas ações no terreno da educação.

Como movimento social cabe ampliar a compreensão das exigências cada vez mais complexas de criação de um ambiente alfabetizador e que entre outras ações sugere a imperiosa necessidade de articularmos nossos programas de educação de jovens e adultos aos programas de inclusão digital e a gama mais diversa possível de ações culturais.

Como movimento social cabe assim aos sujeitos partícipes do MOVA (educadores, educandos, coordenadores, gestores) combinarem a necessária competência político-pedagógica da sala de aula com a ação igualmente competente como militantes na luta pelo direito à educação ao longo de toda a vida dos jovens e adultos. Por isso Paulo Freire, no mesmo artigo acima referido afirma que a educação de adultos virando educação popular se tornou mais "abrangente:" educadores e grupos populares descobriram que educação popular é, sobretudo, o processo permanente de refletir a militância; refletir, portanto, a sua capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios. A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização.

Acredito que a luta pelo direito à educação é parte da luta pela universalização do conjunto dos direitos econômicos, sociais culturais e ambientais capazes de assegurar um Brasil alfabetizado, mas também capaz de assegurar justiça, equidade, substantividade democrática para todos seus cidadãos e cidadãs. E, lembrando os dizeres do nosso querido Paulo Freire, "Se é verdade que a educação sozinha não é capaz de construir cidadania é também verdade que sem ela a cidadania ativa não se realiza".

4. 2 - O papel do Poder Público e da Sociedade Civil

Palestra proferida por Liana Borges da ONG Espaço, Porto Alegre.

Para dar início a esta reflexão, julgo necessário recuperar a historicidade dos MOVAs, cujo o marco inicial é o MOVA-São Paulo, na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989/1992) e do Secretário de Educação Paulo Freire (1989/991).

De forma particular, o MOVA-SP se distingue dos demais MOVAS, pois aqui se encontravam centenas de núcleos de alfabetização de jovens e adultos,

cada um com sua trajetória, que estavam sedentos de uma ação por parte do governo. Nesse contexto, Pedro Pontual tomou a iniciativa de propor a Paulo Freire, à frente da Secretaria, a criação desta política pública.

Diferentemente, os demais MOVAs têm outro ponto de partida, pois é o poder público que impulsiona, chamando a sociedade civil para compartilhar da realização do Movimento de Alfabetização.

Independentemente do ponto de partida, identifico três fases de implantação de Movimentos de Alfabetização Populares.

A primeira tem início em 1989 com a criação do MOVA SP. Os anos posteriores são marcados pela expressão "Movimento" que, ganhando expressividade própria, passa a integrar os Programas de Governo nas administrações populares, como em Diadema e Angra.

Mesmo permeada por esta primeira fase, uma segunda pode ser localizada ao longo de toda a década de noventa até seu final. O MOVA é parte da política educacional de inúmeros governos, sua ação política e cultural se afirma, tomando corpo o conceito de parceria e diálogo entre poder público e sociedade civil. A alfabetização de jovens e adultos passa a ser uma estratégia não só educativa, mas também de desenvolvimento econômico e popular.

Além da implementação de MOVAs municipais, o final da década é marcado pela implementação de MOVAs estaduais (Rio Grande do Sul, Acre, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul).

O novo século chegou com boas novas e Luís Inácio Lula da Silva venceu as eleições e, além de tantas outras esperanças vislumbradas ao longo de décadas, se vislumbrou uma terceira fase dos MOVAs, que se caracterizaria pela organização da Rede MOVA-Brasil, visto que estava citado no programa de educação do PT. Embora não detalhado, supúnhamos que se nortearia pelos dois fundamentos políticos dos MOVAs.

Cabe lembrar que o começo de um governo popular é extremamente difícil, as instituições que compõem o Estado não estão voltadas às necessidades do povo excluído e, para complicar, o aparato legal emperra as iniciativas de mudança.

Mesmo assim a campanha de alfabetização do Governo Lula, o Brasil Alfabetizado, está tomando corpo em diversos pontos do território brasileiro e essa ação é fundamental para demarcar as prioridades do atual governo. Entretanto, os MOVAs vêem esse começo com preocupações, conforme nos manifestamos ainda em novembro do ano passado .

Como estamos em espaço geográfico e político próprio, faço alguns destaques que me parecem cruciais na defesa da concepção dos MOVAs, sobretudo porque creio que não podemos abrir mão de dar prosseguimento ao legado de Paulo Freire.

Primeiro fundamento: o MOVA como Política Pública

O primeiro papel do Estado em relação ao MOVA é o de se colocar como impulsionador da criação e da implementação do Movimento, considerando os aspectos que seguem:

a) Que o MOVA se realize sempre através do diálogo e da parceria entre poder público e sociedade civil. Como exemplo, no MOVA-RS coube:

- ao Estado: financiamento e gerenciamento, formação e proposição dos fundamentos políticos e pedagógicos.

- à sociedade civil: articulação junto às comunidades, o mais próximo possível da demanda localizada.

- para ambos: reflexão sistemática e construção de alternativas para garantia de continuidade do MOVA, especialmente em caso de alternância de governo. Articulação com outras experiências co-irmãs.

b) Que o MOVA faça parte das políticas sociais do governo, conjuntamente às políticas de trabalho e renda, de acesso a terra, saúde, etc.

c) Que o MOVA faça parte da política educacional da Secretaria de Educação, evitando o isolamento, e tendo como base a construção da Cultura de Alfabetização como interface com a Cultura de Participação.

d) Que o MOVA faça parte da política pública de Educação de Jovens e Adultos, articulando financiamento, gestão e oferta de vagas, garantindo a continuidade da escolarização.

Segundo fundamento: a Educação Popular como paradigma

Se fossemos listar todas as decisões que tomamos quando estamos desenhando um Movimento de Alfabetização, descobriríamos que é uma tarefa infinita, então, sugiro que façamos mais uma pergunta, essa sim, chave para resolver nossos desafios. Acreditamos que a educação pode ser neutra e que a alfabetização pode se apresentar destituída de intencionalidade?

Os MOVAs encontraram a resposta fazendo opção pela construção da língua escrita enquanto uma ação política e cultural, em que o diálogo entre educandos e educadores é elemento central para resgatar, pensar e transformar a realidade.

Considerando estes objetivos, o desejado não se limita à aquisição da escrita e, portanto, o tempo não pode ser definido como regra geral. No entanto, caso esta definição se imponha como parte do processo político e orçamentário, é desejável que não seja inferior a oito ou dez meses. A experiência nos ensina, também, que não devemos interromper o processo daqueles que apresentam dificuldades, como portadores de deficiência, situação muitas vezes majoritária nos MOVAs.

Em síntese, a alfabetização que buscamos nos MOVAs se propõe a:

1) Contribuir, significativamente, para a retomada, recriação e expansão do legado de Paulo Freire.

2) Participar, intensamente, de espaços de luta por um novo mundo possível (Fórum Mundial de Educação, Fórum Social Mundial, Congresso de Leitura do Brasil, Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil, Fóruns de EJA, Conselhos de Direito).

3) Estabelecer interface com as demais políticas sociais governamentais.

4) Dialogar com Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais que partilham das mesmas bases filosóficas e epistemológicas, bem como com Universidades e outros governos.

5) Fazer com que a alfabetização de jovens e adultos, nos Governos Populares, em tese, assuma centralidade na política educacional.

6) Influenciar, sobremaneira, a educação escolar (currículo, avaliação, planejamento) das crianças e dos jovens e adultos.

7) Despertar a demanda por EJA, provocando ações concretas dos poderes públicos, com vistas à ampliação do atendimento para a garantia da continuidade da escolarização.

8) Instigar as universidades e centros de pesquisa a refletir sobre as suas práxis, já que a Pedagogia dos MOVAs têm despertado interesse no país e também no exterior.

Para concluir esse diálogo com Pedro e com vocês, penso que devemos avaliar nossas trajetórias, diferentes e singulares. Podemos sair daqui articulados em uma REDE NACIONAL DE MOVAs, denominada de MOVA-BRASIL?

- Construímos uma Pedagogia própria, alicerçada em Paulo Freire e no paradigma da Educação Popular?

- Somos um coletivo que partilha dos mesmos sonhos e compromissos e estamos desejosos de contribuir com o governo federal de alguma maneira?

As respostas para estas questões não são conclusivas, mas se iniciaram em Porto Alegre (2001), tiveram continuidade em 2002 (Santo André) e podem culminar aqui, mesmo que alguns MOVAs não tenham vingado, que outros não tenham tido seu nascimento sequer anunciado ou que outros tenham, quem sabe, se "distanciado" do paradigma da Educação Popular.

Os MOVAs têm na sua gênese, como busca constante, a utopia, a esperança, a transformação e a alegria de Freire. Desejamos, sim, ensinar a ler e a escrever a língua-mãe a todos os brasileiros e as brasileiras, mas isso é apenas o começo. Queremos que o povo tenha pão, casa, trabalho, poesia e Alfabetização como Ação Política e Cultural.

5. MOVA-BRASIL na Política Pública de Educação de Jovens e Adultos

No 4º Encontro, realizado em 2004, em Campo Grande, MS a discussão sobre política pública e EJA continuou, buscando aprofundamento destas questões. Novas questões foram incorporadas como financiamento e as dificuldades enfrentadas na parceria com o programa Brasil Alfabetizado do MEC.

5.1. A Educação de Jovens e Adultos e o Mova-Brasil: um desafio nacional

5.1.1 - Metas quantitativas ou metas sociais e políticas?

Percival Leme de Brito professor da Universidade de Sorocaba.

Falar do lado do governo — é uma situação nova — não significará, necessariamente, que eu tenha que concordar sempre com todos os companheiros, isso é a marca do PT, é a marca que eu espero que este governo venha a ter e que possamos debater.

Então eu vou falar frases, frases que vamos tomar como ponto de reflexão e que são muito importante.

Primeira frase que eu quero dizer: **Eu não quero erradicar o analfabetismo, eu quero erradicar a pobreza.**

Analfabetismo não é doença, não é vergonha, é condição social. Eu quero erradicar a pobreza, é isso que a gente tem que fazer e essa é a razão pela qual o governo Lula foi eleito, e para qual nós cuidamos.

Em segundo lugar **eu gostaria de que nós construíssemos, enquanto nação, um projeto socialista**. É impossível a democracia dentro de um capitalismo voraz e destruidor como o atual que tem derrubado e destruído o Iraque, que tem destruído a Venezuela, que destruiu a Argentina, que quer destruir o Brasil e que quer destruir o mundo.

Este modelo de globalização, este conceito de capitalismo, este conceito de mercado é incompatível com qualquer discurso que fale em eliminação de pobreza. Por isso todo o nosso projeto tem que ser um projeto de participação popular socialista, de construção do socialismo.

Nós não sabemos o que é exatamente o socialismo, sabemos o que não é, mas isso não quer dizer que nós deixamos de ficar socialistas e viramos todos admiradores e vamos render homenagens a pessoas que ajudaram a ditadura, nem vou render nenhum tipo de homenagem a Ronald Reagan, como grande

presidente que tenha sido dos Estados Unidos, foi antes um grande ditador do mundo.

Uma política pensada exclusivamente em metas é uma política que só pode interessar ao capital. Terminar com analfabetismo como meta, para tal tempo, neste mesmo tempo eu crio uma nova diferença em que o zero de analfabetismo continuará sendo uma quantidade enorme de população, de pessoas, fora da sociedade, fora do poder, fora da participação.

Nos últimos vinte anos no Brasil, todos os índices educacionais evoluíram, apesar disso, os índices e indicadores de vida, todos os índices econômico-sociais pioraram nos mesmos vinte anos. Houve inversão: melhora o quadro educacional e piora o quadro social e a qualidade de vida das pessoas, então não podemos trabalhar com metas numéricas e quantitativas e sim trabalhar com metas políticas.

A palavra alfabetização tem hoje um problema bastante significativo em função da entrada da palavra letramento no Brasil. A alfabetização já é em Paulo Freire e tem que continuar sendo um processo contínuo de incorporação social, de incorporação de capital cultural, de força cultural e não de aprender apenas a assinar nome. Portanto nós temos que pensar em um programa contínuo de participação das pessoas que seja político, que não se limite a dar aulas, localizadas aqui e ali.

Vejam, há um evidente paradoxo no capitalismo contemporâneo: aumenta-se o nível de escolaridade, de educação das pessoas para aumentar a capacidade produtiva dos trabalhadores e aumentar o consumo de certos itens da população sem que, efetivamente, isso implique em melhoria de vida para esses mesmos trabalhadores.

Nós temos que trabalhar dentro desse paradoxo, por isso que o Mova se constituiu. O Mova pretende organizar politicamente e associar-se com atividades políticas das pessoas. Tem que juntar com intervenção social, com participação social, com comunidade, com grupos de saúde, com grupos de mãe, atividades de aprender a ler e a escrever, não se faz sem que a pessoa viva em sociedade, não é uma coisa isolada, a educação ela se faz no processo social.

Por isso a pessoa tem que estar participando da atividade social, tem que constituir núcleos de associação, núcleos de intervenção, núcleos de mobilização popular, uma tarefa deste governo é mobilizar a população brasileira e não desmobilizar a população brasileira.

É fundamental que os movimentos populares estejam organizados, o melhor exemplo de movimento acaba sendo o MST porque é o único que sobrevive enquanto movimento organizado e que dá exemplos em educação para todo o mundo e para quem quiser porque lá a educação está ligada ao trabalho, lá a educação está ligada à transformação, educação não pode ser desvinculada do trabalho.

Temos que entender que essa é uma sociedade em que a escrita impera, é a chamada sociedade de cultura escrita, evidentemente, que o domínio da cultura escrita é um instrumento de participação, mas é na medida em que nós construamos um modo de organização social em que faça sentido ter a escrita como um instrumento de participação.

Quero lembrar que a implantação do MOVA-Brasil está no programa de eleição do Governo Lula, portanto eu venho pedir em público que, dentro dos limites e das necessidades das forças organizadas necessárias, com as contradições inevitáveis de governo, terminem o Programa Brasil Alfabetizado e se institua o programa Mova-Brasil neste país.

Infelizmente é evidente que o MEC não vai fazer isso amanhã, nem poderia, mas ele tem tempo para isso. O nome MOVA-Brasil é um nome que tem inclusive muito mais força política, muito mais dinâmica, muito mais razão de ser, muito mais lógica do que um nome que não passa de um particípio passado em que as pessoas são objetos e não sujeitos. Brasil Alfabetizado é um particípio, é um adjetivo; MOVA é movimento, é ação, portanto o governo deve investir, radicalmente, na transformação da sua política de educação de jovens e adultos de modo a constituir, definitivamente, o Mova Brasil.

Esta é a grande questão, o Mova Brasil tem essas características, ele tem que ser um instrumento não só de financiamento. O Mova, este movimento de educação, é mobilizador, é de cobrança. Nós não teremos um governo popular, nós não teremos um Brasil modificado se não houver mobilização popular, se nós insistirmos na lógica de Estado burguês, se nós insistirmos na lógica de Estado formal sem a participação efetiva da população brasileira.

Duas questões que quero insistir e que são fundamentais sobre este tema. Primeira coisa: adulto não é criança, essa palavra poder ser óbvia, mas se não tivermos claro nunca iremos compreender o que significa um movimento de educação popular.

O adulto tem família, o adulto tem responsabilidade, dorme pensando, busca emprego, às vezes tem emprego, faz sexo, pensa com o outro, é um igual.

O aluno adulto é um igual enquanto pessoa plena, a diferença eventual entre um educador do Mova ou de outro movimento popular e este aluno não está na sua condição humana, na sua condição de pessoa ou de alguém que participa da sociedade, está nas funções que cada um assume e cada educador é uma liderança política e é uma liderança educacional e tem que se assumir enquanto tal, mas ele tem que tratar o outro como igual e não como uma criança e não pensar em educação infantil, não existem métodos infantis que possam ser utilizados na educação de adultos.

Temos outros problemas para pensar e vamos ter que avançar nessa questão. Um desses, inclusive, é lembrar que criança de quatorze anos, vamos usar essa expressão mesmo, criança de quatorze anos, tem que estar na escola,

de quatorze, quinze, dezessete, tem que estar na escola, o lugar dela é na escola, não é no MOVA, é na escola.

A ampliação do número de jovens na EJA fez com que agrupássemos duas categorias muito diferentes que são pessoas de quatorze, quinze, dezesseis, dezessete, dezoito anos, com homens e mulheres adultas num único bloco porque o critério foi a escola, o que junta o menino de dezessete anos com o operário de trinta anos ou camponês de trinta anos ou trinta e cinto ou a camponesa ou a mãe de Capão Pecado? (não foi um ato falho, foi o nome de um livro que quem não leu, eu recomendo que leia, é de um escritor paulistano chamado Férrer sobre Capão Redondo, bairro da periferia da cidade de São Paulo).1 Este de fato é o desafio que eu acho teórico, que teremos de pensar.

Outro ponto central é pensar a educação de adultos além da alfabetização ou tomar a alfabetização como processo contínuo o que significa um projeto político em que o MOVA, na instância dos municípios, deve estar ligado aos movimentos sociais, não é escola isolada, criança sim, lugar de identidade de uma criança é a escola, o lugar de identidade de um adulto não é a escola, é a participação social, é o lugar onde ele vai, é o clube, é a fábrica, é a família, não é a escola.

Sabemos como é complicada a relação entre o Mova e os programas outros de educação de adultos de ensino fundamental e de ensino médio. A escola pode ser aquilo que nós constituímos por escola, pode ser um elemento aglutinador capaz de contribuir na organização dessas pessoas. Pretendia argumentar mais longamente algumas coisas, mas fica então a minha solicitação para meu governo, para que a gente construa este nosso movimento, com força política ao lado dos trabalhadores.

---

1 Ferréz, nome literário de Reginaldo Ferreira da Silva, é um híbrido de Virgulino Ferreira (Ferre) e Zumbi dos Palmares (Z) e uma homenagem a heróis populares brasileiros. Ferréz começou a escrever aos sete anos de idade, acumulando contos, versos, poesias e letras de música. Antes de se dedicar exclusivamente à escrita, trabalhou como balconista, vendedor de vassouras, auxiliar-geral e arquivista. Seu primeiro livro, *Fortaleza da Desilusão*, foi lançado em 1997, com patrocínio da empresa onde trabalhava. A notoriedade veio com o lançamento de *Capão Pecado*, lançado em 2000, romance sobre o cotidiano violento do bairro do Capão Redondo, na periferia de São Paulo, onde vive o escritor. Ligado ao movimento hip hop e fundador da 1DASUL, movimento que promove eventos culturais em bairros da periferia, Ferréz atua como cronista na revista *Caros Amigos*. Em sua prosa ágil e seca, composta com doses igualmente fortes de revolta, perplexidade e esperança, Ferréz reivindica voz própria e dignidade para os habitantes das periferias das grandes cidades brasileiras.

Eu disse isso no ENEJA e eu repito aqui: **governo tem lado, governo não é de todos.**

5.1.2. MOVA-Brasil frente às políticas públicas de educação jovens e adultos

Celso de Rui Beisiegel, Professor doutor da Faculdade
de Educação da Universidade de São Paulo.

MOVA-Brasil frente às políticas públicas de educação jovens e adultos. No que diz respeito aos trabalhos do Mova, na situação da EJA atual, eu tenho muito mais a aprender aqui com vocês do que transmitir para vocês.

O que eu posso, em relação ao Mova e à Educação de Jovens e Adultos é de alguma forma contribuir para ajudá-los a refletirem sobre a prática notável que vocês estão desenvolvendo na história desse movimento no país.

Eu gostaria de trazer um conjunto de informações bastante amplo a respeito dessa história da luta pela educação de jovens e adultos no país. É muito antiga, ela começa com os jesuítas.

A primeira ação coletiva no sentido da educação popular no país, data da epopéia jesuítica dos primeiros tempos. Não tão longe assim, na década de 1940, na segunda metade da década de 1940 temos a campanha nacional de educação de adultos de Lourenço Filho, que começou em 1947, foi a primeira campanha da união voltada para a alfabetização de todos no país.

A campanha nacional de educação de adultos deu origem, um pouco depois, à campanha nacional de educação rural. Em 1958 nós tivemos uma campanha nacional de erradicação do analfabetismo, que já começa de alguma forma a criticar a mera alfabetização que era realizada nos movimentos anteriores e depois, finalmente, na década de 1960, nós começamos a desenvolver os movimentos dos quais os senhores são herdeiros.

Os bispos, a CNBB, no nordeste, já vinham desenvolvendo uma ação mais progressista na área da igreja, de tal forma que em 1961, em convênio com o governo da união, do Jânio Quadros, a CNBB pôde iniciar um movimento de educação de base, o MEB.

Ainda nos anos de 1960, Arraes em seu governo no município de Recife juntamente com um grupo de intelectuais que o rodeava, e Djalma em Natal, no Rio Grande do Norte, iniciaram setenta e cinco movimentos de cultura popular. Foi neste período que começamos a campanha *de pé no chão também se aprende a ler* e esses movimentos tinham na sua fundamentação, na sua essência, isto que foi dito com muita ênfase, com muita clareza, que o problema não é alfabetizar.

Paulo Freire, no primeiro artigo que escreveu sobre conscientização e alfabetização, publicado em 1963, na revista Estudos Universitários da Universidade do Recife, dizia que o homem, primeiramente, se conscientiza para depois se alfabetizar, quer dizer, o problema da alfabetização é importante, mas ela é uma variável dependente, o essencial é conscientizar o homem, aquilo que os meninos da JUC, logo depois, em Angicos, numa experiência coordenada pelo próprio Paulo Freire, viriam a chamar de politização, quer dizer, primeiro, é envolver o homem oprimido, o homem massacrado pelas determinações da sua vida, num processo de conscientização, de tomada de consciência que lhe possibilite se organizar e lutar pela transformação de uma sociedade que o oprime, quer dizer, os movimentos de educação de jovens e adultos da década de sessenta eram movimentos de transformação da sociedade.

A educação era importante, a alfabetização era muito importante, mas era importante no âmbito de um processo muito mais importante de emancipação do homem. Nós somos herdeiros destes movimentos, vocês são herdeiros destes movimentos, eu, pela idade, tive o privilégio de participar de alguns deles.

Bom, isso de certa forma foi perdido, durante muito tempo. A revolução, o golpe, como queiram, acabou com todos aqueles movimentos.

Eu e alguns amigos conseguimos desenvolver uma experiência de alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire, lá no litoral norte do Estado de São Paulo, já depois desta revolução de 1964, mas aquela alegria durou pouco, realmente as coisas foram extintas, proibidas, e nós tivemos o Mobral.

O Mobral tem alguns conteúdos formais até semelhantes àquilo que se fazia antes, mas o compromisso do Mobral era com a construção da chamada "grande sociedade" do regime militar e aquilo era uma sociedade voltada, essencialmente, para a defesa de uma ordem, que todos aqueles movimentos anteriores procuravam transformar.

O problema da educação, da qual nós somos herdeiros, era transformar uma ordem iníqua, injusta, absolutamente não igualitária, aí eu começo a ficar em discordância com algumas afirmações do Percival. Para isso, eu preciso gastar alguns minutos para discutir aqueles movimentos da primeira metade da década de sessenta, do século passado.

Nesta primeira metade da década de sessenta, quais eram as suas orientações, e como essas orientações se exprimiam, ou não, nas práticas cotidianas dos procedimentos de educação de jovens e adultos? Se nós formos desenvolver esta análise, eu já a desenvolvi em alguns livros e artigos2, o que nós vamos encontrar é que esses grupos, por exemplo, grupos muito significativos na igreja católica, ou partidos políticos, movimentos políticos, tinham a característica de ter projetos de desenvolvimento da sociedade no

2 Ver referência bibliográfica no final do documento.

futuro, determinados projetos de desenvolvimento da sociedade, mais ou menos claros, mais ou menos articulados, mais ou menos definidos, mas havia uma sociedade determinada a ser conquistada no futuro.

O modelo de sociedade a ser realizado por grupos comunistas ou de orientações marxista, era bastante definida, muito clara, havia modelos a serem trabalhados, em situações históricas já realizadas. No caso dos grupos católicos de esquerda essa perspectiva de sociedade não era tão clara assim, mas era muito claro aquilo que esses grupos não queriam que acontecesse.

Buscava-se a transformação, buscava-se uma sociedade mais justa, mas que não tivesse as características daquela sociedade advogada pelos comunistas, pelos marxistas, enfim, havia projetos de sociedade no futuro e essa educação popular era sempre instrumental, era um instrumento de formação dos agentes de construção daquela sociedade que esses grupos advogavam para o futuro.

A educação aqui realiza, plenamente, aquela sua característica de técnica social, de controle social, é uma educação para formar transformadores, para formar construtores de uma determinada sociedade.

Nós, mais velhos, tivemos uma vantagem, nós vivemos uma época, entre 1955, 1964, até um pouco depois, 1968, eu me lembro, perfeitamente, do José Dirceu quando fazia discursos inflamados no movimento estudantil, lá nas imediações, da minha faculdade. Nós vivíamos períodos em que a utopia era uma coisa mais generosa, era possível sonhar, havia um mundo realizado, nós, pelo menos, acreditávamos que havia um mundo melhor realizado já, o mundo socialista, nós tínhamos o modelo, nós tínhamos a experiência da revolução cubana aqui no quintal dos Estados Unidos, então era possível projetar a imaginação no futuro e achar que daquele nosso trabalho realmente poderia resultar uma sociedade diferente.

Bom, eu vou publicar alguns trabalhos nesse sentido depois eu passo isso para vocês, por enquanto o que foi dito já permite pelo menos colocar uma questão para vocês e para o Percival que é a seguinte: nós não estamos vivendo uma época tão generosa como aquela que eu acabei de descrever.

Hoje em dia, desapareceu o socialismo real, explicitaram-se todos os problemas que a gente sabia que existia, mas não queria reconhecer naquela época que existia, no socialismo real. Cuba está numa situação, que alguns chamam de estertores, diante daquele massacre de uma ordem social que não aceita aquele evento lá nas suas proximidades.

Enfim, o mundo não é um mundo assim tão favorável, mesmo esses comentários todos que nós ouvimos a respeito deste governo que nós construímos são muito discutíveis na medida em que este governo foi eleito, mas para poder governar ele tem, em primeiro lugar, de ser um governo de coalizão, com uma parte significativa do PFL, envolvendo ali ACM, Sarney, Roseana

Sarney e uma porção de outras coisas, o PL, com as figuras que nós conhecemos, o PMDB, o PP, o PP faz parte dessa coalizão também, então há uma parte desse governo que é a minha parte desse governo, mas há uma parte desse governo que é claramente o centrão, da época do Sarney, não é, da época do Fernando Henrique, e há uma parte desse governo que não é o nosso governo, mais ainda, esse governo foi eleito numa situação, já não é moda mais falar em imperialismo, fala-se hoje em globalização, em globalismo, mundialismo, mas a realidade é que as riquezas produzidas no país são sugadas para fora. O Percival usou até aquela figura de linguagem muito forte, que as nossas riquezas são usadas até para financiar a construção das bombas que são jogadas no Afeganistão, no Iraque.

O Fundef, eu tenho dúvidas se ele será viabilizado nesse governo. Fundef significa o seguinte, além do financiamento do ensino fundamental, é preciso arrancar os recursos que são utilizados para pagar a dívida interna e a dívida externa, dinheiro suficiente ainda para financiar a educação infantil, educação de jovens adultos e o ensino médio.

Nesta situação, a única coisa com a qual eu posso concordar, assim, claramente, com o Percival é a seguinte: nós temos que continuar o nosso trabalho, temos que continuar na nossa, é preciso continuar aprofundando a crítica das condições de opressão, de vida, da população esfomeada do país, nós precisamos continuar trabalhando na educação dessa população, sempre considerando essa educação como educação mesmo, para a emancipação do homem, e não como mera alfabetização.

Porque aumentando a nossa união, o nosso esforço, o consenso de que é preciso, realmente, trabalhar para mudar a sociedade que nós podemos reforçar, pela pressão, essa parte saudável que existe no governo. Eu traduzi em um dos meus livros, eu coloquei integralmente, só para terminar, um depoimento do Betinho, do Herbert José de Souza, um homem que dizia, Celso, eu acredito que naquela época, ele está falando de 1963, 1964, algum tipo de socialismo era possível, nós estávamos no processo de alfabetizar pelo método Paulo Freire cerca de quatro milhões ou cinco milhões de novos eleitores.

Um contingente desse tamanho, na época era um contingente muito grande de eleitores, educados pelo método Paulo Freire, seguramente, vai mudar a correlação de forças, o processo político, nós podemos conquistar o governo, com isso nós conseguimos, e nós estamos vendo que, conquistar o governo ainda não é uma garantia de que seja possível chegar a alguma mudança.

A única coisa que parece possível numa situação como essa é continuar realmente fazendo a crítica da sociedade e a crítica da situação de desigualdade brutal em que vive a grande maioria da população e, a partir dessa crítica, a partir do trabalho junto com essa população, procurar aumentar a força de

pressão sobre o governo no sentido de autenticá-lo, apoiá-lo naquilo que ele tem de mais significativo.

5.2 - Mova-Brasil: financiamento e parcerias

5.2.1 - Relação entre a EJA e o MOVA: uma tensão virtuosa

Ricardo Henriques, Secretário da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC).

Neste evento foi definido um eixo chave da agenda de trabalho destes dois dias: colocar a questão da Educação de Jovens e Adultos, a questão da alfabetização, em um campo de interlocução com a sociedade como um todo, onde seja possível gerar uma tensão virtuosa entre o sistema de ensino e o movimento social.

Acho que isto não foi dito desta forma na mesa de ontem, mas eu interpreto assim como a principal síntese do eixo orientador da nossa reflexão, a síntese que permita entender o caminho que nós temos a traçar diante do registro de um governo democrático, um governo popular, um governo do Presidente Lula, para uma agenda que, efetivamente, esteja preocupada em aumentar de forma significativa a escolarização de jovens e adultos deste país.

Enfrentar a vergonha histórica que nós temos de exclusão estrutural que faz com que um contingente gigantesco de 65 milhões de pessoas com mais de 30 anos de idade não tenham ensino fundamental.

Para viabilizar este processo, é fundamental que o Governo Federal assuma sua capacidade de coordenador, formulador e articulador de um projeto, de um processo, em escala nacional, mas que, não só neste campo, em outros também, mas em particular neste campo, de alfabetização, de educação de jovens e adultos, reconheça, que a agenda virtuosa que possa ser estabelecida depende deste tensionamento, que tem que ser produtivo, entre vários sistemas de ensino que estão sendo feitos, estão em movimento, e na agenda do governo social.

Esta reflexão está por trás da mudança estrutural que o ministro Tarso Genro promoveu desde que assumiu o Ministério. Eu não sei se todos acompanharam isso, mas é importante simplesmente recuperar esta agenda. Quando o ministro assume o Ministério ele identifica, entre outras coisas, por um lado, uma rotina, dentro da estrutura ministerial, que rebate na estrutura das secretarias estaduais, que rebate nas secretarias municipais, de múltiplas e isoladas burocracias, fechadas entre si e que não se conversavam.

Uma enorme Torre de Babel, onde além de se falarem várias línguas, muitos dos atores desta Torre de Babel são surdos e, outros, falantes. Então isso inviabilizava, ou, no mínimo, dificultava, a agenda forte para aquilo que não estivesse dentro do ciclo regular.

Qual foi o movimento do Ministro nessa direção? A necessidade de criar-se uma estrutura que enfrente com a ousadia que for possível, e, certamente, orientada com uma utopia forte que enfrente a desigualdade em termos educacionais que se estabelece no Brasil.

Quer dizer que, o maior desafio que nós temos do ponto de vista da política social, não é só reduzir e erradicar a pobreza. Esta visão, em última instância, economicista do processo que acha que a pobreza é o principal fator social do país, reduz a intensidade possível de uma agenda transformadora do ponto de vista do Governo Federal.

Evidentemente, a pobreza é vergonhosa, ela é grave, ela nos coloca em uma situação limite do ponto de vista do arranjo social no Brasil, com mais sessenta milhões de pessoas na condição de pobreza, mas essa pobreza expressa níveis ainda mais absurdos de desigualdade. E o ponto fundamental da agenda social onde a educação está incluída é o enfrentamento da desigualdade e, portanto, o enfrentamento da desigualdade educacional.

Só para recuperar um indicador entre as centenas de indicadores que nós temos. É o indicador que quando nós escolhemos o problema educacional, fazendo a distinção, que é muito fundamental quando estamos no campo popular de alfabetização, entre a população branca e a população negra deste país. Então, só para trazer um indicador, que é considerar a distância, a distância de escolaridade entre brancos e negros neste país.

Entre brancos e negros, desculpem que esta é a única informação que nós temos, que é a reportação que se faz ao IBGE, que é a auto-reportação a partir do critério confuso do IBGE, que confunde cor com etnia, mas é o critério que nós temos, que tem brancos, pretos, pardos, índios e amarelos, é uma coisa confusa, mas todos, só para sintetizar, todos os nossos indicadores sociais nos permitem dizer que a população afro-descendente é aquela que se declara, se auto-declara preta e parda, portanto essa é a população negra.

Então, só para recuperar esse dado, como nós vemos hoje, um jovem de 25 anos de idade, no auge de seu ciclo educacional, geracionalmente, as pessoas de 25 anos de idade são mais escolarizadas que as de 30, que as de 35, em qualquer sociedade.

Um jovem branco, de 25 anos de idade, tem, em média, 8,4 anos de estudo, o que não é grande coisa, devia ter mais de 11, mas, só tem isso. Agora, quando a gente olha a escolaridade média de um jovem negro, com a mesma idade, com 25 anos de idade, essa escolaridade é de 6,1 anos de estudo. Primeiro, é absurdo que é a metade do que seria esperado, a do jovem negro,

mas, mais grave do que isso é a distância de 2,3 anos de estudo, é uma distância extremamente alta, 2,3 em relação a 8,4, é muita coisa. Agora, este número, é tão incômodo, como vários outros.

Por exemplo, os números da pobreza, que absurdo de sociedade é essa que é capaz de fazer com que, simplesmente, a característica descrita da cor da pele seja representativa desta distância educacional. Que coisa é essa? Agora, este não é o problema, o problema, só para dar uma direção, é quando a gente olha a diferença de escolaridade entre os pais destes meninos, destas meninas, e a gente vê o seguinte: os pais destes meninos e destas meninas, a distância entre eles, a distância entre o pai branco, e o pai negro, é de 2,3 anos de estudo também, a mesma distância, agora, mais assustador, mais do que isso, quando a gente vai olhando os avós desses jovens, percebam só, os avós nasceram no início do século passado, entre os anos 10, os anos 20 do século XX.

Quando a gente olha a distância de escolaridade entre os avós destes jovens, só porque, há uma variantezinha, a distância de escolaridade entre os avós destes jovens, é de 2,2 anos de estudo.

Então acontece o seguinte, passou-se um século e nós temos duas paralelas, assim, onde a escolaridade de brancos e de negros aumentou, portanto, não piorou para ninguém, isso tem, a sutileza da análise para não fazer maniqueísmos, não há piora, eu vou voltar às paralelas, que eu desenhei duas paralelas no quadro, mas é como se fossem duas paralelas ao longo de um século. Aumenta a escolaridade de brancos, aumenta a escolaridade dos negros, mas a distância entre eles se mantém.

Percebam só o seguinte, isso quer dizer que, se hoje fosse possível pegar esse jovem representativo da família branca, esse jovem representativo da família negra, e nós colocássemos numa mesa de jantar com uma parede no meio, de um lado, o menino, o pai e o avô, ou a menina, a mãe e a avó, se vocês quiserem, sentados à mesa, o branco, e sentados na outra mesa o menino, o pai e o avô negros, e eles começassem a narrar as suas histórias de vida sob a percepção que se estabelece na sala de aula, entre seus pares, a intensidade da percepção narrada por este jovem, que, evidentemente, tem uma condição absoluta de vida muito melhor que seu avô, obviamente, mas, a percepção deles sobre a distância, sobre a desigualdade, seria, se a narrativa fosse intensa, e se fosse uma mesa com um pouquinho de cerveja, se a conversa fluísse mais, a narrativa seria da mesma intensidade que o pai e que o avô.

Então, o ponto que estou discutindo, temos centenas de indicadores desse tipo, é que esta sociedade, em última instância, ao permitir um arranjo social como esse, acaba, não só paralisando, mas naturalizando a relação com a desigualdade. Ela passa a perceber como algo natural, e nós nos contentamos com agendas de redução de pobreza, que a pobreza incomoda. Mas a desigualdade é mais ou menos essa aí, não vamos mexer com isso. Então, o

ponto chave que a gente tem que estar discutindo, e essa questão é fundamental, e essa questão que re-organiza o Ministério da Educação é que temos que ter agendas consistentes para criar instrumentos de redução efetiva de desigualdade.

Obviamente, isto não é uma agenda estrita da educação. Isto é uma agenda da educação, da assistência, da saúde, da cultura, é uma agenda de trazer a política social para frente da cena e ser equivalente à política econômica, É óbvio que é disso que se trata em última instância, é como criar essa relação com a política social como um todo, mas, voltando ao nosso mundo, mais restrito, que é o da educação, a educação tem que ser capaz de mover e, só brincando de novo aqui com estas duas curvas, mover esta curva e fazer esta inflexão.

O que é a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade? Primeiro, porque a questão de Educação Continuada? Para recuperar um ponto que eu tinha tentado falar ontem, que nós não podemos assumir a dimensão dos direitos só como uma intenção etérea.

A educação continuada, entendendo que educação, ao longo de toda a vida, e, portanto, dos sistemas formais e não-formais de ensino, é instrumento-chave para garantir a educação, efetivamente, como um direito para todos ao longo de toda a vida. Independente da sua idade, independente da sua etnia, da sua raça, da sua inserção produtiva, da sua inserção social, portanto, Educação Continuada, como um eixo organizador de todo um processo, uma secretaria que está sendo construída para enfrentar as direções de desigualdade educacional. Segundo ponto: aqui eu não preciso ficar destacando, pelo peso organizador da agenda política que está sendo colocada, evidentemente, alfabetização está dentro de Educação de Jovens e Adultos e está dentro da Educação Continuada, mas a idéia do destaque para a alfabetização, para ter nitidez dessa agenda política.

E, por fim, o terceiro nome, que compõe a marca dessa secretaria: Diversidade. Porque Diversidade, uma coisa que também eu falo muito breve, falei ontem, porque o nome mais simples da secretaria talvez fosse "Alfabetização e Inclusão Educacional", nome com mais apelo, agora, a idéia de "inclusão" reduziria o poder de ação que nós estamos querendo da Secretaria, enfrentar a questão da diversidade, a diversidade em seus múltiplos aspectos, é o caminho de criar uma agenda de redução da desigualdade educacional e, portanto, de inclusão.

A medida que se naturalizou a relação com a desigualdade, quando nós olhamos para os sistemas de ensino, nós temos que *republicanizar* os sistemas de ensino. Tornar republicanos os sistemas de ensino, implica organizá-los a partir desse eixo da diversidade, é fundamental e isso não é uma agenda simples, o quê que se está dizendo, é que só a postulação do que seria universal

na educação, faz o quê? Faz com que estas duas paralelas se mantenham, que a educação só olhada pelo lado supostamente universal, hoje, é reprodutora de *status quo*.

Hoje, só acesso à educação para todos é mantenedor deste padrão de desigualdade. Quando estou dizendo que republicanizar, tornar republicano o sistema de ensino, significa que nós temos que tratar desigualmente os desiguais? O quê que é tratar desigualmente os desiguais? É não tolerar estas duas paralelas e continuar aumentando a qualidade de ensino e, de forma mais radical neste caso que eu estava colocando, para a população afro-descendente.

Para que esse indicador chegue num nível igual demoraremos mais de 60 anos, a velocidade que vai, alguma hora a população branca vai chegar num teto, a população negra vai chegar lá, mas, somente daqui meio século, se continuar nesta velocidade.

Então, o quê que estamos dizendo: só universalizar o acesso não nos garantirá de forma alguma a mudança deste padrão de desigualdade, para isso temos que, em última instância, tratar desigualmente os desiguais, ou seja, ter a agenda de diversidade, como organizadora da agenda de Educação Continuada.

Bem, como é que se traduz operacionalmente? Bem, se traduz hoje em duas diretorias. Uma diretoria sob responsabilidade do Timothy D. Ireland que está aqui, alguns de vocês conhecem, anos de trabalho com Educação de Jovens e Adultos e alfabetização na Paraíba. Criou-se uma Diretoria de Educação de Jovens e Adultos com a coordenação de alfabetização e com a coordenação de educação de jovens e adultos.

Eu não sei se todos sabem, mas essas duas coisas estavam distribuídas em duas secretarias. Só para dar uma informação, no segundo dia que eu fui discutir com a equipe que já estava lá, pedi: dá-me um cadastro de jovens e adultos, dá-me o cadastro dos que passaram pelo programa de alfabetização, só para eu saber o seguinte, quantos passaram pela alfabetização e foram para educação de jovens e adultos? Pergunta quase ingênua.

E eu descobri o seguinte, esses dois cadastros nunca, na história do MEC, conversaram entre si. Pessoas responsáveis por um, não sabiam o que acontecia com o outro, responsáveis pelo outro não sabia o que acontecia com o um. Bem, estamos rompendo com isso, pela primeira vez existe uma diretoria de jovens e adultos na história do MEC, eu não sei se todos sabem disso, aliás, pela primeira e única vez, a palavra *diversidade* nunca participou de uma coordenação, nunca participou de uma diretoria, e jamais foi sonhada no âmbito da secretaria.

Nós tiramos do limbo a idéia da diversidade, e colocamos direto no nome da secretaria, e nós enfrentamos pela primeira vez a idéia de ter uma diretoria de jovens e adultos. Hoje nós estamos fazendo uma coisa que é um pouco e que não pode deixar de ser registrada. Contra a corrente do que está acontecendo

aqui hoje, como por exemplo, a reunião do MOVA e a reunião da EJA ocorrem em paralelo, como se houvesse uma oposição, uma contradição, entre o movimento popular e a rede formal do sistema de ensino.

Percebam que esta oposição, ela não só é falsa, como ela contradiz uma agenda que tenta enfrentar o problema da desigualdade. Ela, em última instância, resolve no processo, mas se não criarmos sistemas para convergir este processo, nós estaremos talvez de um modo ingênuo, ou olhando para o próprio umbigo, inviabilizando parte da agenda real de transformação deste processo, e parte da agenda real passa por aquilo que eu havia falado no início.

Há que haver um processo de tensionamento entre o movimento social e o sistema de ensino, mas com uma resultante cooperada. Por isso que o tensionamento não é estabelecer o contraditório para definir uma ruptura, mas estabelecer o contraditório para resolver o processo, portanto é uma síntese, é uma saída comum. É muito curioso acontecer o que está acontecendo aqui hoje, mas expressa este tensionamento que existe, que não está conseguindo ainda, mas a gente quer, enquanto Governo Federal, contribuir para que isto aconteça, não está conseguindo ainda interagir o sistema de ensino, as redes, com o movimento popular.

Nós temos uma diretoria de jovens e adultos, entender, obviamente, que este é um processo contínuo, que a questão da escolarização, tanto formal como não-formal passa como um processo e a alfabetização é entendida como um movimento em início deste processo, é um valor que não existe nenhuma possibilidade de pensar, existe do ponto de vista de algum embate político, mas não deveria haver a possibilidade de pensar o movimento de alfabetização segmentado, apartado do movimento de aumento da escolarização de jovens e adultos.

A diretoria de jovens e adultos é pensada neste contínuo e de forma alguma é visto o analfabeto como um problema, de forma alguma o analfabeto é visto como uma pessoa que é menos pessoa. Eu tentei falar isso sobre a idéia de duas cidadanias, é um pouco isso, temos duas cidadanias, mas as pessoas são absolutamente equivalentes, as duas cidadanias derivam deste arranjo social tão excludentes, nós temos que romper na direção da cidadania plena e tratar, positivamente, esta agenda de alfabetização, de reivindicação.

A outra diretoria tem que ser pensada de forma importante, só para vocês terem uma idéia, realmente estamos discutindo a agenda do MOVA, mas a outra diretoria que é uma diretoria de educação para a diversidade e cidadania, tem nela: a coordenação de educação no campo, uma coordenação de educação indígena, uma coordenação de educação ambiental, uma coordenação de educação na diversidade, uma coordenação de ações complementares.

Estamos enfrentando a agenda dos temas-tabu tradicionalmente ocultos no MEC. Isso tem até nome, mas sempre secundários, sempre escondidos.

Então, estamos trazendo para uma relação de equivalência, hoje, a relação entre jovens e adultos e os temas indígenas, o campo, os povos do campo, a complexidade dos povos do campo, da população ribeirinha, do trabalhador rural, passando pelo assentamento, passando pelos pescadores, passando por esta multiplicidade que compõe os povos do campo, a heterogeneidade das cento e vinte línguas de povos indígenas que nós temos, a heterogeneidade da população afro-descendente, a questão da escolarização da população do sistema penitenciário, a questão das meninas com gravidez precoce, toda a discussão de DST-AIDS, toda a agenda nossa de exclusão que rebate no plano educacional, passa a ser responsabilidade dessa secretaria.

Nossa agenda de transição dentro de uma estratégia do MEC como um todo, sob a orientação do ministro Tarso Genro, é criar um sistema de financiamento que seja capaz de enfrentar todo o círculo do infantil ao médio, evidentemente, passando por jovens e adultos.

A discussão que aparece hoje na mídia um pouco dispersa, a transformação do Fundef em Fundeb, um fundo de educação básica, tem esta estratégia que é uma estratégia de convergência, evidentemente, de médio prazo. Não é possível transformar o Fundef em Fundeb no ano que vem. Isso é um processo de construção gradativa, que, só para vocês terem a idéia, o ministro está coordenando isso, além de ter um fundo para educação básica e um fundo para educação superior.

A idéia, quando se fala em um fundo, é que seja um fundo com garantia constitucional, dentro da lei dos vinte e cinco por cento para educação, mas não contingenciável, ou seja, que não seja possível que a agenda da fazenda contingencie os recursos da educação, tal qual não seja possível que a fazenda contingencie os recursos da saúde.

Especificamente, sobre alfabetização, estamos mudando a sua agenda em relação ao ano passado para esse. Ao todo, tem cinco elementos que vão aumentar a qualidade deste processo, sabendo as limitações. Sobre o MOVA-Brasil eu entendo a idéia da marca, com toda razão, mas não há qualquer possibilidade sob o nosso comando, em última instância, de estabelecer uma oposição entre o nome Brasil Alfabetizado e o nome MOVA, ou seja, uma discussão ou outra, nesta, no caso, eu estava aqui pensando, seria, no campo do simbólico, evidentemente, o movimento, do MOVA-Brasil, com a constituição de Paulo Freire e toda a tradição do Movimento Popular, esta marca tem o campo simbólico muito forte que podemos até discutir sobre isso, mas para além disso, para além do campo simbólico, não há qualquer possibilidade de pensar uma oposição entre a alfabetização, a agenda de alfabetização que nós temos no MEC, a questão é como estabelecer esta parceria e como avançar.

Especificamente tentou-se, nesta virada dos últimos dois meses, mudar a agenda para aumentar a chance de que a qualidade do processo seja maior e,

portanto, que se consiga aumentar a capacidade de "em movimento" de nossa alfabetização.

Só para concluir, queria dizer para vocês que é um enorme prazer estar aqui, quando discutimos isso a um mês atrás eu fiz questão, enquanto secretário, de estar na Conferência Nacional dos MOVAs. Voltando para o campo simbólico, o fato de eu estar aqui e do diretor de Jovens e Adultos estar aqui, denota, de forma absolutamente concreta, para vocês que estão nesta luta, que o MEC não só tem uma relação de absoluto respeito com a trajetória e a história do MOVA, mas tem, além do respeito, reconhecimento da importância política dentro do processo social brasileiro, de estar interagindo de forma consistente com o MOVA.

5.2.2 - Desafios do Programa Brasil-Alfabetizado

Timothy D. Ireland, Diretor da Educação de Jovens e Adultos do Ministério da Educação.

Eu quero me apresentar, não porque eu acho que isso vai me qualificar para falar, mas eu queria mostrar de onde eu estou falando.

Nos últimos 25 anos eu moro em João Pessoa, na Paraíba, eu sou paraibano por adoção. Trabalho na área de pós-graduação, nós temos um curso na UFPB de pós-graduação em educação de jovens e adultos, educação popular, único doutorado, se não me engano, na América Latina na área de educação popular.

Também, tive a honra de coordenar durante 14 anos um projeto de alfabetização para operários da construção civil no projeto de escolas de peão, e também fui membro fundador do Fórum de EJA da Paraíba.

Criamos o Fórum em 1999. Como coordenador, como membro deste projeto de alfabetização para os operários da construção civil e professores da escola de peão, nós fomos, o ano passado, parceiros do Governo Federal, fomos parceiros do programa Brasil Alfabetizado e fomos parceiros bastante críticos do programa, porque achamos que a parceria não é simplesmente uma relação de repasse de recursos, o MEC não é uma agência de repasse de recursos para programas, projetos, municípios e Estados. Trabalhando dentro do programa, queríamos uma participação real, por isso criticamos no sentido de querer melhorar o programa Brasil Alfabetizado...

Porque o MEC, como o Ricardo disse, está aqui e, mais do que fisicamente, também deu um apoio substantivo em termos de recursos financeiros para a realização do Encontro, eu acho que isso é simbólico, mas ao

mesmo tempo um simbolismo forte no sentido de mostrar que a presença não é simplesmente oficial, vai muito além disso.

Uma das coisas que eu sinto que está começando a mudar agora é a forma que a organização está sendo entendida e colocada em prática, eu acho que este ano há primeiro, uma preocupação com ênfase muito forte na qualidade do programa, na qualidade, temos que ter metas simples. Como não pode haver metas? Tem que ter metas, não há como trabalhar pensando-se em políticas se não há uma meta, um horizonte.

Então, temos que ter metas, agora, não podemos ter metas em que o quantitativo sempre se impera, queremos contribuir para alfabetizar o maior número de pessoas possível, mas uma alfabetização com qualidade, com continuidade, eu acho que isso é um ponto fundamental.

A qualidade e a alfabetização no Brasil Alfabetizado, por mais bem feito que seja, todos nós, com a nossa experiência, sabemos que em seis, oito meses não se alfabetiza ninguém, é um processo de sensibilização, de mobilização, para incentivar os nossos alunos jovens e adultos a voltar, a querer se inserir, novamente, no processo escolar. Então, este ano, o que nós estamos querendo incentivar, motivar sempre é a continuidade, a articulação entre a alfabetização e EJA escolar, nesse processo, EJA como modalidade escolar, é fundamental.

Da mesma forma que na estrutura das secretarias não se separa mais alfabetização e EJA, então isso é uma reflexão, um reflexo da realidade, impossível fazer isso, nós temos que ter uma política que vê educação, alfabetização e educação de jovens e adultos como um processo continuado, não uma coisa que tem vários compartimentos. É um processo muito mais amplo e, por isso, o atual conceito de alfabetização também tem que mudar, quando o professor Percival falou ontem em letramento, alfabetismo, os portugueses falam em literacia, é um conceito muito mais amplo de entender este processo, o domínio do mundo escrito, mas muito mais que isso.

Inclusive, as palavras "analfabeto", "analfabetismo", trazem um conceito que eu não gosto, é um conceito por negação, ele diz o que a pessoa não tem, a pessoa analfabeta não tem acesso, não teve acesso às ferramentas da escrita, da leitura, da matemática, mas não diz o que tem, a pessoa pode ter uma cultura riquíssima, mas a etiqueta é "analfabeto", isso reduz a pessoa para uma coisa de segunda categoria.

Então, até a palavra "analfabeto" precisamos, talvez, rediscutir. No Brasil Alfabetizado, este ano, fez-se questão de ampliar o prazo de seis para oito meses para tentar ajudar o aluno, o adulto, o jovem neste processo, há mais possibilidade de continuidade na EJA. Começa em agosto, vai terminar em fevereiro, março, sei muito bem que isso não garante que o aluno vá para a escola continuar, mas amplia suas possibilidades e temos que trabalhar com isso. Não é achar que pode, tem que criar mecanismos que possibilitem essa

passagem do processo inicial para a sua continuidade, é uma responsabilidade de todos nós, não é o Ministério que vai fazer isso, pode, juntamente, estabelecer mecanismos, criar formas, mas vai precisar de uma participação social fortíssima para garantir que isso seja possível.

Então, tem uma questão da qualidade, tem a questão da continuidade, e também recursos, este ano temos mudança, a bolsa do professor-alfabetizador tem um piso, o ano passado não havia piso, eram 15 reais por aluno, até o marco de 25 por turma. Este ano, há um piso, 120 reais, isso foi pensado por vários motivos, mas o motivo mais forte é em relação às áreas de difícil acesso, especialmente, no campo, é muito difícil se conseguir uma turma de 25, ter uma turma de 5 alunos já é uma turma muito boa.

Queremos incentivar os grupos de alfabetização nesses lugares que são de mais difícil acesso e garantir com isso um piso mínimo para o alfabetizador. Tem um piso mínimo e, depois, a pessoa recebe 7 reais por aluno, acima disso, isso vai garantir um pouco mais de estabilidade para o processo. Os mecanismos estão sendo sempre repensados, visando a um programa que ofereça qualidade, que ofereça qualidade para quem participa.

Volto, rapidamente, para esta relação então, entre o Brasil Alfabetizado e MOVA. Eu acho que, o fato de nós estarmos aqui é um exemplo concreto de um espaço de diálogo que existe entre o Ministério e o Brasil Alfabetizado como um programa do Ministério e o MOVA. Precisamos continuar este diálogo conversando sobre como melhorar o programa e não confrontar Brasil Alfabetizado e MOVA. Eu acho que nós temos todos os mesmos motivos, os mesmos incentivos para estarmos aqui.

Precisamos, além do MOVA, obviamente, criar articulações com os fóruns, eu também estranhei, sei que tem motivos mas, ter dois encontros paralelos, o fórum, a criação de um novo fórum, que é um fato muito importante, mas também o MOVA, em ambientes separados. Os fóruns são interlocutores importantes nesse processo, também um time, os municípios, os Estados, os movimentos sociais, os movimentos sindicais, o MST, a CUT, todos esses são interlocutores importantes nesse processo, as universidades, os sistemas, precisamos manter esses espaços de interlocução, de diálogo. Se o Brasil Alfabetizado realmente vai ser o nosso, eu acho que o programa tem que ter essa característica de ser um programa em que nós investimos porque é um programa que reflete os nossos desejos.

E que reflete uma noção muito mais honesta e transparente e verdadeira do conceito de parceria. Só queria terminar lembrando, uma pena que o professor Celso não esteja aqui, porque pode ser que ele me corrija, mas se não me engano, a última vez que havia no Ministério da Educação uma Diretoria de Educação de Jovens e Adultos foi em 1963/64, e o primeiro e último diretor de Educação de Jovens e Adultos foi o professor Paulo Freire.

5.2.3 - A experiência da integração do Mova-Brasil e Brasil Alfabetizado no Mato Grosso Do Sul

Professora Zenaide Monteiro Carneiro (MOVA/SED/MS)

É um prazer muito grande estar participando desta mesa, dividir com vocês a experiência que nós tivemos durante o ano passado com o programa Brasil Alfabetizado. Nós já fazemos MOVA aqui desde 2000, fomos buscar a experiência do Rio Grande do Sul, trabalhamos até 2002 com o MOVA-MS.

No ano passado iniciou-se uma nova parceria. O MOVA-MS com o programa Brasil Alfabetizado, e é este trabalho que nós vamos relatar. O nosso objetivo como educadora é discutir a política de educação de jovens e adultos para que ela possa se fortalecer e que nós possamos garantir às pessoas da EJA não somente alfabetização, mas também a sua continuidade na educação de jovens e adultos.

Abordarei os seguintes pontos: o objetivo do governo popular com esse programa, um breve histórico do MOVA, como foi o atendimento entre 2000 a 2002, como é o quadro de trabalho, como foi a nossa experiência com o Brasil Alfabetizado, como é realizado o trabalho com a diversidade no Estado, quais os pontos positivos, negativos, e quais foram os avanços e quais são as previsões de atendimento para este ano.

Foi durante a primeira gestão democrática do governo do Estado de Mato Grosso do Sul que O MOVA foi organizado e tinha como objetivo inicial atender as famílias dos programas sociais. O recurso utilizado para o programa foi do FIS (Fundo de Investimento Social), conseguimos atender 25 municípios e alfabetizar 3200 jovens e adultos em todo o Estado.

O Estado é composto por 77 municípios e uma população analfabeta acima de 15 anos em torno de 160.000, segundo os dados do IBGE de 2000. Isto significa que neste período conseguimos atender 32% dos municípios e alfabetizar 2% desta população. Em 2003 a parceria com o programa Brasil Alfabetizado possibilitou a ampliação do atendimento. Conseguimos atingir todos os municípios e atendemos 28.623 jovens e adultos. Contando com o atendimento realizado por outras instituições que fizeram convênio diretamente com o Brasil Alfabetizado chegamos a 43.423 jovens e adultos em processo de alfabetização. Uma nova meta foi estabelecida: alfabetizar 40.000 jovens e adultos por ano até 2006.

Conseguimos superar a meta que era de 40.000 e a ultrapassamos em 8%, entretanto nós não queremos pensar apenas em números. O MOVA-MS continua mantendo as suas raízes, é um movimento de alfabetização onde as

pessoas são alfabetizadas a partir da realidade deles, com os conhecimentos que eles trazem, da escola da vida, nós nos pautamos na pedagogia libertadora.

A formação inicial dos alfabetizadores é de 40 horas, trabalhamos em parceria com os municípios e seu objetivo é que as pessoas conheçam o programa, para que as pessoas tenham conhecimento de como trabalhar com essa metodologia.

Logo após essa formação inicial, tentamos atender todos os municípios mensalmente. Logicamente tivemos muita dificuldade para garantir a esses alfabetizadores a formação continuada a partir das dificuldades que cada um sentiu, com base na realidade de seus municípios.

Seguimos a orientação da resolução número quatorze[3] e trabalhamos durante o ano de 2003 com um processo de alfabetização com duração de cinco meses, mas avaliamos, como o Dr. Timothy colocou, que o tempo é insuficiente para alfabetizar.

O Estado é muito rico em diversidade cultural e a forma como está organizado o programa, tivemos algumas dificuldades para atender essa diversidade. Um exemplo é a determinação do número mínimo de 15 alunos para formar turmas.

Na zona urbana, não tivemos dificuldade em trabalhar com as famílias de baixa renda; mas nas aldeias, com os acampados e com os assentados, que se concentram em núcleos familiares, sentimos muita dificuldade, mas não desistimos, recorremos ao MEC e encaminhamos um documento solicitando que fosse feita revisão de metas do nosso convênio, porque nós estávamos com dificuldade de atender esta diversidade.

As dificuldades que enfrentamos foram: dificuldade em compreender os formulários a serem preenchidos, de como executar, de como criar os formulários de cadastro das pessoas não-alfabetizadas, em garantir a formação continuada dos alfabetizadores, e em definir a forma de repasse aos alfabetizadores.

Os locais de difícil acesso nós tínhamos dificuldade em atender a formação continuada dos alfabetizadores. O convênio determina o valor a ser utilizado nas duas ações: formação dos alfabetizadores e a alfabetização dos jovens e adultos. Desta forma não possibilita atender à diversidade local, principalmente as salas de difícil acesso.

Outra dificuldade que tivemos foi conseguir os dados para o cadastro e a sua rigidez, não permitindo a inclusão e exclusão de alunos. O perfil dos alunos

---

3 Resolução 14 da SECAD/MEC de 25 de março de 2003 que estabelece orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar a projetos educacionais no âmbito do programa Brasil Alfabetizado, a ser executado pelo FNDE no exercício de 2004.

do programa é composto, em sua maioria, por pessoas idosas, a partir de 60 anos de idade, e de mulheres.

Nós encaminhamos para o FNDE, um relatório de todas as salas cadastradas, mas na alfabetização de adultos, nós sabemos que há uma grande flutuação. As pessoas têm liberdade de entrar, de sair, e o fator motivação é o mais importante para que a gente possa garantir essas pessoas dentro das salas de aula.

O MEC nos concedeu a revisão da meta solicitada para que pudéssemos continuar a execução do convênio, conseguimos inserir 43.000 jovens e adultos em processo de alfabetização, incluímos os 77 municípios do Estado na parceria e também as entidades religiosas que nos procuravam.

Conseguimos também alfabetizar 85% do total de pessoas que foram inseridas, passamos o período de janeiro a fevereiro (de 2004) analisando a produção de textos dos alunos, visitando as salas. Conseguimos um resultado muito positivo, apesar das dificuldades enfrentadas.

Um ponto muito importante foram as modificações realizadas no convênio para este ano de 2004, por exemplo, ampliar o período do programa para oito meses.

E, com base na experiência que tivemos no ano passado, já estamos encaminhando para o FNDE um novo projeto. Temos a seguinte leitura, este ano estabelecemos a meta de atender 40.000 jovens e adultos anualmente até 2006 e isso não é um trabalho só do Estado, é dos movimentos sociais, das entidades governamentais e não-governamentais.

Para atender esse público precisamos formar 1.250 alfabetizadores. Já estamos cumprindo o trabalho para 2004, a formação está prevista para ser iniciada no dia 21. Como não é possível atender aos 77 municípios concomitantemente, dividimos o Estado em cidades pólos e a equipe se dividirá se deslocando para estes pólos para fazer a formação.

O processo de alfabetização está previsto para se iniciar em 5 de julho, se o convênio for assinado. Hoje estamos em período de cadastramento, já mobilizamos todo o Estado, os nossos supervisores, municipais e estaduais, estamos em processo de celebração de parcerias, com as entidades governamentais e não-governamentais, com as prefeituras, secretarias municipais de educação, com as escolas estaduais. No ano passado o MOVA funcionava em locais alternativos, este ano nós estamos fazendo um trabalho integrado com as escolas que oferecem educação de jovens e adultos.

Estamos iniciando um trabalho integrado com a EJA, encaminhamos para todas as escolas estaduais as informações sobre o programa, como é que vai funcionar este ano, e enviamos um termo de cooperação técnica, um termo em que a escola se compromete a fornecer o espaço. Esta é uma forma de

garantir a essas pessoas que estudam no MOVA a continuidade dos estudos na educação de jovens e adultos no próprio local em que já estão estudando.

Nós trabalhamos com uma coordenação colegiada, somos três coordenadoras, resolvemos as questões pedagógicas, administrativas e políticas conjuntamente, nos reunimos semanalmente para fazer o planejamento para que as ações estejam em sintonia.

A partir deste ano teremos o MOVA indígena no nosso Estado, pois temos a segunda maior população indígena. No ano passado, trabalhamos com duas etnias, este ano ampliamos para as nove etnias do Estado.

5.2.4 - Desafios na construção da parceria: a experiência do Fórum Municipal de Alfabetização de São Paulo

Educador Ionilton Gomes de Aragão,
coordenador do Fórum Municipal do MOVA-SP.

As Comunidades Eclesiais de Base, para quem conhece, vinham desenvolvendo desde os anos de 1960 Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos, nas suas mais diferentes formas. Isto significa dizer que quando Paulo Freire assumiu a Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo e decidiu construir o MOVA, o trabalho não começou do zero. Já existiam grupos que faziam EJA e isto foi respeitado.

O MOVA São Paulo é muito sério, porque as pessoas que fazem parte deste programa têm uma concepção política muito clara, ele não veio simplesmente para acomodar, ele veio para problematizar. Quando pedem para que São Paulo não crie problema, nos desculpem, nós criaremos problemas sempre, sempre, por quê? É no conflito, é na dinâmica, que o movimento é construído, quando está muito certinho, não dá nem para acreditar, dá medo, não dá? Assim, quando o financiamento vem muito rápido, tenham medo, gente, quando ele demora, quando o trâmite disso é demorado, manda uma carta, manda um relatório, manda não sei o quê, está dificultando, porque sabe para onde vai o dinheiro, vai para base; mas quando o dinheiro vai para o FMI vai muito rápido, vai com uma caneta só, zup, depois você manda o que você quiser, relatório. Para a educação de jovens e adultos, é o contrário, primeiro precisa enviar muitos documentos.

A partir desta realidade o que é parceria para nós hoje na cidade de São Paulo? São as 1500 salas e os espaços que as comunidades, igrejas, sindicatos nos cedem. Esta foi a grande parceria do MOVA São Paulo pois, mesmo quando na gestão de Paulo Maluf (1993-1996) nos foi cortado o dinheiro, a esperança

continuou, continuamos fazendo o MOVA na clandestinidade, ou melhor dizendo, sem dinheiro, em garagens, com a ajuda dos padres da Igreja Católica.

Isso é bom, isso é movimento, isso movimenta, principalmente, nas dificuldades. Após oito anos, quando o governo popular ganhou, nos foi perguntado: vamos reconstruir? Vamos, porque na verdade, oito anos sem injeção financeira, sem ajuda, fica difícil trabalhar, você precisa se desdobrar cada dia mais. O que aconteceu? Nós reconstruímos com as entidades que faziam o MOVA, aquelas que mantiveram suas salas comunitárias funcionando durante todo este tempo.

As pessoas que precisam ser incluídas no processo de ler e escrever, no processo de resgate à cidadania de que tanto falamos, são muitas. É necessário ampliar o número de salas.

Hoje, apesar de o governo federal investir na alfabetização, parece que estamos sós. Para nós o MOVA não é apenas uma marca, pois primeiro nasceu a prática para depois legitimar o nome. Durante a campanha para presidência, o PT defendeu a criação do MOVA-Brasil. Nós, de São Paulo, defendemos esta proposta.

Mas quando o nosso governo ganhou, o governo do nosso MOVA, decidiu por outro programa. O MOVA poderia ser, no primeiro momento, apenas para algumas regiões e depois paulatinamente ser levado para todo o Brasil. Nós nos sentimos enganados, ficamos revoltados. Acreditamos neste governo, lutamos por ele, vestimos a camisa e quando ele ganha apenas nos avisa que o programa será outro. Agora acham que estamos brigando? Não, não estamos brigando, respeitamos a iniciativa do Governo Federal em desenvolver o Brasil Alfabetizado, mas queremos que a diversidade regional seja respeitada.

São Paulo pleiteou o convênio com o Brasil Alfabetizado, mas isto significaria aceitar as novas regras, ou seja, uma nova organização do tempo, e isto nós não aceitaríamos. Isso é uma contradição, pois são duas administrações do mesmo partido, como resolver esta questão? Quando falamos em tempo, significa dizer, que nós temos o nosso tempo, não temos? Temos o tempo de viver, de morrer, cada um tem o seu tempo, e não será o MOVA, não será o Brasil Alfabetizado, não serão outras práticas que têm no mundo afora que vão determinar o nosso tempo. É a própria pessoa que vai determinar isso, o seu tempo de aprendizado. Algumas vezes avalia-se que a pessoa ainda não aprendeu a ler e a escrever, mas é preciso tomar cuidado quando você diz que essa senhora não consegue ler o nome, porque na casa dela ela já fez uma revolução, já brigou com o marido, já mudou, já não aceita fazer mais as coisas como antes, ela não está aprendendo?

O MOVA de São Paulo garante o trabalho de formação dos educadores. Esta formação contribui para motivar os educadores a voltarem a estudar e, aproveito o momento, para fazer um apelo ao Governo Federal: nós precisamos

urgentemente de uma universidade pública para os educadores populares, que aborde a Educação de Jovens e Adultos.

5.3 - MOVA-BRASIL: concepções de alfabetização e formação de educadores

5.3.1 - A experiência do AJA-Expansão – Goiânia/GO

Janaína Cristina de Jesus (SME/Goiânia)

Dividimos a nossa exposição em três partes, na primeira parte vamos falar sobre a organização do programa AJA e a sua integração à rede municipal de ensino, a organização do programa AJA-Expansão e a sua articulação com a educação de Jovens e Adultos.

Goiânia tem setenta e um anos de fundação e os dados de 2000 do IBGE identificam 42.000 pessoas não alfabetizadas. É considerada oitava no ranking das capitais pelo índice de desenvolvimento humano. Uma capital nova, mas que muito há por ser feito.

A nossa rede municipal de ensino existe desde 1961 e tem uma característica que é do nosso país, é a marca do autoritarismo, do clientelismo na sua constituição e isto se desdobra em uma dificuldade enorme para o trabalho de educação de jovens e adultos.

Um exemplo da dificuldade em implementar a EJA é que a rede foi criada na década de 1960 mas só em 1993, aproximadamente, é que começa a ter um movimento mais forte para os jovens e adultos de nossa cidade. A rede é composta por 256 estabelecimentos de ensino de educação infantil até oitava série e destes, apenas 97 destes estabelecimentos oferecem o segundo segmento do ensino fundamental.

A década de 1990 é uma referência para nós no campo das políticas públicas, em Goiânia, pois foi desenvolvido um projeto de escolarização de primeira a quarta série em 93, que antecipou aos avanços preconizados pela LDB.

Os princípios político-pedagógicos de base freireana que orientavam naquele momento o Projeto Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA) vão sendo consolidados, ao longo destes anos, na rede como um todo, esse é o nosso desafio.

Um dos eixos do trabalho é identidade. O objetivo é reforçar a idéia de construção e reconstrução de sua identidade. Esse movimento acontece cotidianamente, individualmente e coletivamente.

Os outros princípios são: **cidadania** como sinônimo de luta, **a linguagem** como construção conjunta, **aprendizagem** como processo de interação e o **trabalho coletivo** como um compromisso.

A estrutura administrativo-pedagógica do AJA funcionava durante três horas diárias de aula, com uma formação semanal, totalizando 600 horas. Quando o Tesouro Municipal passa a financiar, este projeto que se insere na Rede como alternativa de trabalho diferente encontra uma barreira, porque a Rede tem carga horária de 800 horas.

A educação de adolescentes, jovens e adultos do segundo segmento também sofre alterações. Para ajudar a pensar essas mudanças nós buscamos referências no trabalho que Porto Alegre desenvolvia. Uma das idéias que adotamos foi o trabalho com a base paritária, ou seja, a carga horária tem base igual para todas as áreas, isso, no segundo segmento. Criou-se a figura do dinamizador, uma pessoa responsável que garanta a saída do professor para os momentos de formação.

O projeto AJA, mesmo como projeto paralelo, vai sendo ampliado e ganhando corpo, e em 2001, a gestão atual, formada por uma coligação em torno do PT, assume o desafio de concretizar a inclusão social. Legitimou tudo que vinha sendo feito na Rede e buscou aprofundar ainda mais o trabalho. É proposta a unificação do ensino fundamental, acabar com a idéia de projeto, que seria paralelo, e criar uma Rede unificada.

Algumas salas de atendimento especial foram mantidas com características de projeto, como por exemplo, atendimento para adolescentes em situação de risco, idosos. Estes projetos se mantêm, dentro da estrutura da Rede, e a implantação do AJA-Expansão que tem características de movimento popular, de educação popular e está articulado com a rede. Nós não temos MOVA, temos o AJA Expansão, ele é o nosso MOVA em Goiânia.

O AJA Expansão é criado a partir de 2001, mantendo os princípios do AJA articulado com o caráter mais criativo da educação popular. Temos como parceiros fundamentais na organização deste trabalho a Universidade Federal de Goiás, a Universidade Católica de Goiás, o MEC, a partir de 2003, mas efetivando agora, em 2004, e a Fundação Banco do Brasil.

Estes parceiros trazem contribuição e, em alguns momentos, também muita tensão, como é o caso do Brasil Alfabetizado e da Fundação Banco do Brasil. A relação não tem sido tranqüila, pois a chegada de um novo parceiro é sempre um momento de tensão, e requer muita tranqüilidade na negociação e muita firmeza também naquilo que se quer garantir.

Os dados atuais do AJA-Expansão são: 181 turmas, 2300 educandos, 130 parceiros, tais como, associações de moradores, igrejas, movimento religioso. Esta parceria é muito importante nesse momento, pois eles abrem as portas, e por isso mesmo é preciso estabelecer diálogo mais refinado, que é um dos nossos desafios.

Dezoito coordenadores populares são responsáveis pelo trabalho. Estes educadores não são funcionários da rede. A referência para sua contratação é o seu compromisso com educação popular ou são indicados pelos professores. O valor que é pago aos educadores é de 230 reais, não importando o número de educandos. Esta é uma questão delicada para nós, mas temos sustentado isso por princípio.

Existe um complemento do Fundo Municipal, de cinqüenta centavos por pessoa por dia para um lanche. Isso tem um caráter pedagógico e também contribui para o andamento do trabalho.

Os princípios político-pedagógicos do AJA-Expansão, que são identidade, cidadania, linguagem, aprendizagem, trabalho coletivo e a concepção de alfabetização foram construídos coletivamente com os coordenadores e os documentos foram escritos em parceria com a assessoria. A concepção de alfabetização tem uma abordagem sócio-interacionista, dialógica, significativa, pautada em estratégias de letramento, da realidade sócio-cultural dos educandos, objetivando a humanização e a formação de sujeitos leitores e escritores, nada diferente do que vem sendo discutido aqui e feito historicamente pelos MOVAs.

A preocupação que se tem constantemente é de ampliar o conceito de alfabetização para fortalecer o desejo dos educandos de dar continuidade ao seu processo de escolarização iniciado no AJA-Expansão. A idéia da formação de sujeitos leitores e escritores que se expande para o trabalho com os educadores, é um processo de crescimento permanente, isso é inegável, e talvez seja o que há mais bonito no AJA-Expansão.

Os processos formativos estão assim organizados: a formação inicial é realizada e ministrada pelas assessoras da Universidade Federal de Goiás, da Universidade Católica e algumas do próprio programa AJA-Expansão. A formação é organizada em sete dias, discute-se cultura como criação humana, relação homem-natureza, mediada pelo trabalho; cidadania e organização. A metodologia de trabalho utilizada parte do saber dos educadores sobre os conceitos que estão sendo estudados para depois aprofundar.

Outros conteúdos são trabalhados, tais como, o histórico da EJA, da educação popular e o histórico da EAJA, que é a educação de adolescentes, jovens e adultos. São dois dias de trabalho para iniciar a desconstrução da prática tradicional e para, no terceiro dia, realizar o planejamento. O perfil dos educadores tem mudado, cada vez mais temos educadores que vêm do ensino

médio, não só do magistério e isso requer um diálogo específico sobre educação e do como planejar para dar mais segurança. O último dia é reservado para um diálogo com os parceiros, e isso é fundamental, e cada vez mais necessário para nós, porque não queremos que o programa termine ao final da gestão.

A formação continuada é constituída por dois momentos articulados. Primeiro, o encontro semanal é composto por dois encontros coletivos: duas sextas-feiras em que a formação acontece durante todo o dia, em três horários diferentes, com todos os participantes do projeto; na terceira semana é realizado o encontro entre o coordenador popular e o seu grupo específico, composto por dez educadores; na quarta semana são realizadas conversas, diálogos, palestras sobre temas diversos, escolhidos normalmente a partir das demandas dos educadores populares. Esse processo foi iniciado a partir de 2004.

Outro momento da formação que destacamos são as visitas às salas de aula realizadas mensalmente pelos coordenadores com o objetivo de dialogar mais sobre a realidade do grupo, quais as suas necessidades para que nos encontros semanais estas questões sejam discutidas.

5.3.2 - A experiência do MOVA Porto Alegre/RS

Paulo Renato Cardozo Soares (SME/Porto Alegre)

Porto Alegre tem, há 16 anos, uma administração popular. O MOVA foi criado em 1997, mas antes disso, já em 1989, implementamos uma política para EJA na rede municipal de ensino, cuja primeira turma foi no mercado público de Porto Alegre.

Foi pensada uma nova organização do ensino, chamada de totalidades iniciais, referente ao primeiro momento de alfabetização, depois, com o passar do tempo, começamos a colocar as outras totalidades, no final do processo, o ensino fundamental completo estava organizado.

Em 1997, quando da implantação do MOVA, o índice de analfabetismo em Porto Alegre era de 5,5%; em 2000, segundo dados do IBGE, passou para 3,3%. Algumas pesquisas afirmam que entre 1 e 1,5% de pessoas não conseguem chegar a ler e escrever, por questões de necessidades especiais, hoje nós estamos nos deparando com esta questão. Podemos dizer, se subtrair esta porcentagem, que teríamos em torno de 2% de pessoas não alfabetizadas, o que significa 26.000 pessoas em uma população de um 1, 3 milhão. Apesar de ser um índice considerado abaixo da média nacional, nós não nos contentamos, queremos conseguir inserir todos no processo de alfabetização.

O processo de formação dos educadores inicia-se com um seminário, que são quinze dias de trabalho à noite, totalizando quarenta horas, para que os

educadores e educadoras comecem o trabalho na sala de aula. Geralmente são realizados de três a quatro seminários de formação inicial.

A formação continuada acontece todas as segundas-feiras à noite e para os educadores que não podem comparecer por uma questão de trabalho ou até mesmo de estudo, a formação é oferecida à tarde ou de manhã para garantir a participação de todos.

Para ser educador do MOVA é exigido que a pessoa tenha formação escolar, no mínimo o ensino fundamental, e trabalho enraizado na comunidade, que possibilite a aglutinação e a mobilização dos educandos e contribuir para que eles permaneçam em sala de aula. Ele deve ter um perfil de militante social, independente de posição partidária, mas uma pessoa que realmente esteja comprometida com o crescimento das pessoas, enfim, com o processo.

Na formação continuada, na terceira segunda-feira do mês é realizada uma palestra temática para contextualizar as questões que hoje estão ocorrendo, não só em Porto Alegre e no Estado, mas no país e no mundo. Tem o objetivo de proporcionar momentos de reflexão para que os educadores possam estabelecer relações entre economia, política e a questão da alfabetização. Um dos temas destes seminários é a discussão da democracia participativa. Trabalhamos com números concretos, trazendo pessoas de outras secretarias para o debate, para discutir que democracia participativa não é apenas um discurso, que as questões não foram decididas apenas pelo prefeito mas com a participação da população.

Os convênios são realizados com a sociedade civil, 71% destes são realizados com associação de moradores, grupos de mãe, sindicatos, os outros 29% são com associação beneficente, ONGs, empresas, igrejas.

Atualmente estamos preparando o encontro de alunos do MOVA e o SEJA (Serviço de Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino) que tem o objetivo de aproximar os professores da EJA com os educadores do MOVA e constituir um Fórum de alunos do MOVA e das escolas municipais. Este processo deve obedecer a realidade das regiões, por exemplo, realizamos em Restinga, um bairro de mais ou menos cem mil pessoas na periferia de Porto Alegre, a discussão sobre a educação popular e a alfabetização, pois este era o tema levantado pela comunidade.

Em Porto Alegre, estamos buscando construir uma proposta de economia popular solidária. Quero contar um exemplo da gestão passada do governo popular do Estado. Nós tínhamos um programa muito interessante da Secretaria de Cidadania e da Assistência Social que visitava os locais para realizar uma pesquisa sócio-antropológica e descobrir quais eram as demandas locais. Em posse destas informações, realizava-se um curso de gestão, no qual as pessoas recebiam uma bolsa de ajuda de custo e orientações para que no final desse processo tivessem condições de construir uma cooperativa, que hoje é a COPAL, que tem frentes de trabalho colocando 40, 45 pessoas. As pessoas

que estão dentro da COPAL são fundamentalmente as pessoas das turmas do MOVA.

Para mostrar que a sala de aula do MOVA foi um momento importante de reflexão na construção desta cooperativa, articulando o mundo do trabalho com a questão da educação, foram trabalhados três pontos que são fundamentais para a questão da economia popular solidária, que são a estratégia de sobrevivência, a estratégia de subsistência e a estratégia de vida.

A estratégia de sobrevivência é a situação-limite[4], a luta das pessoas para conseguir comer, a de subsistência já é um passo a frente, é o inédito viável[5], as pessoas já conseguem enxergar um pouquinho além, e a de vida é quando as pessoas se apropriam do processo de construção de alternativas para a sua vida, é a superação sempre provisória desse processo. Entendemos que este é um processo importante, por isso estamos investindo na formação para trabalhar os conceitos da economia popular solidária e, no final do ano passado, realizamos quatro encontros de feira de economia popular do MOVA nas quatro grandes regiões de Porto Alegre. O objetivo não era apenas de vender, mas proporcionar aos alunos e aos educadores vivenciarem as situações trabalhadas em sala de aula na prática.

5.3.3 - A experiência do Mova Paulo Freire – Belém/Pa

Almino Henrique do Carmo (SEMEC/Belém)

O MOVA Paulo Freire começou como Pró-alfa, era um projeto de alfabetização para os funcionários ainda não alfabetizados da Prefeitura Municipal de Belém. Em 2001 o MOVA foi fundado na cidade de Belém que é dividida geograficamente por distrito e nós, do MOVA, decidimos trabalhar nessa perspectiva.

A concepção de alfabetização do MOVA Paulo Freire, parte da realidade, estudo da realidade para produzir novos conhecimentos coletivos e individuais. Como estudar esta realidade? Através da pesquisa sócio-antropológica. Esta pesquisa é informal, não é um questionário pronto, é do universo do alfabetizando, do universo daquela comunidade, do universo daquelas pessoas que se procura buscar as subjetividades, buscar os sonhos, buscar os desejos, buscar superar aqueles problemas.

Um dos princípios que orientam o processo de alfabetização é o respeito pelos conhecimentos prévios do educando. Concepção de aprendizagem, conhecimento construído, sistematizado, apropriado em situações concretas e

---

4 Termo utilizado por Paulo Freire para discutir temas geradores.

5 É a superação da situação-limite, segundo Paulo Freire.

singulares a partir do conhecimento prévio entre educadora/educador e educando/educanda. O saber popular articulado com o saber sistematizado caminham juntos para poder superar os problemas, para unir o político e o pedagógico.

A ação dialógica é um outro princípio, não deve existir um emissor e um receptor, como Paulo Freire nos ensina, mas comunicação entre educador e educando.

Na formação dos educadores, todo o material recolhido, como por exemplo, as experiências vividas nos espaços educativos, as informações trazidas dos centros comunitários que foram levantadas por meio da pesquisa sócio-antropológica, os temas geradores em redes temáticas eleitos no processo coletivo de discussão, as histórias dos bairros, de vida, são discutidas, refletidas, sistematizadas para serem trabalhadas em sala de aula e devolvidas de forma organizada.

A formação continuada acontece todas as sextas-feiras em estudos coletivos com os educadores do MOVA que tem o objetivo de avaliar o trabalho realizado durante a semana, produzir novos conhecimentos, conhecer os problemas das diferentes comunidades e as dificuldades de aprendizagem para tentar superá-los. Também fazem parte da formação, as participações nos congressos que definem as estratégias econômicas, políticas, sociais e culturais da cidade de Belém.

E, para finalizar, quero contar o depoimento de uma educadora durante um momento de formação que estávamos discutindo discriminação:

"Meu marido me chamava de bruxa todo dia quando ele chegava em casa bêbado, e eu me olhava no espelho e me sentia feia, e foi no MOVA que eu percebi que eu não era feia, quando eu entrei no MOVA, eu percebi que eu era bonita, fui me olhar no espelho e descobri a cor dos meus olhos, eu achava que era preto e não são preto, são castanhos".

Este é um exemplo do trabalho do MOVA Paulo Freire.

6 - Considerações Finais

Este documento será entregue durante a realização do 5º Encontro que acontecerá nos dias 9 a 11 de junho de 2005 em Brasília, DF. O tema deste encontro será "Tecendo a Educação Popular Libertadora: políticas públicas e diversidade" e seus objetivos são: consolidar o MOVA-Brasil como rede de Educação Popular Libertadora na política pública de EJA e diversidade; debater o financiamento do MOVA-BrasilL como política pública de EJA com controle social; promover troca de experiências dos MOVAs, demonstrando as práticas de Educação Popular Libertadora; fortalecer os princípios político-pedagógicos de Paulo Freire na formação dos educadores populares e inclusão digital multimídia;

promover a integração da alfabetização com a Economia Solidária na gestão coletiva do trabalho; aprofundar o conceito de alfabetização e diversidade; formular diretrizes sobre gestão, parcerias, diversidade e continuidade de programas e projetos dos MOVAs/EJA.

Durante este Encontro será realizada uma marcha em prol da alfabetização até o Congresso Nacional e uma comissão da Rede MOVA-Brasil entregará uma carta-manifesto aos deputados e senadores das Comissões de Educação da Câmara e do Senado, na qual os educadores e educadoras da Rede reivindicam, entre outros pontos, o financiamento para EJA e a paridade na distribuição dos recursos entre as modalidades.

O processo de realização deste Encontro foi bastante diferenciado dos demais. As regiões sudeste, nordeste e centro-oeste realizaram encontros regionais com o objetivo de garantir, nas regiões, maior participação dos educadores na discussão sobre o tema do Encontro Nacional e para que os delegados do encontro estejam realmente inseridos no processo de discussão dos MOVAs e da Rede.

No âmbito da Rede não podemos negar os avanços alcançados até hoje. Conseguiu-se garantir um espaço, durante os Encontros, para que os gestores discutam e reflitam sobre o trabalho; o reconhecimento da importância dos princípios freireanos na construção político-pedagógica dos programas; a realização das plenárias preparatórias regionais e o envolvimento da maior parte dos Estados, transformando a Rede em efetivamente MOVA-Brasil!

Acredita-se que ainda tem muitas questões a serem aprofundadas e dificuldades a serem superadas e o próximo encontro é um espaço que proporcionará a troca de experiência, as discussões entre gestores, educadores, alunos e assessores para que possam superar os impasses colocados pela relação entre a sociedade civil e o Estado, que ainda precisa ser mais aprofundada e pela ausência de financiamento para a EJA. Este documento tem o objetivo de contribuir para essa reflexão, pois traz o acúmulo construído durante todos esses anos pelos educadores e educadoras do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BEISIEGEL, Celso. *Política e Educação Popular* (A teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil). 3ª ed. São Paulo : Ática, 1992.

_____. *Estado e educação popular*: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo : Pioneira, 1974.

_____. Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos. Revista Brasileira de Educação, nº 4 Jan/Fev/Mar/Abr, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *De Angicos a ausentes:* 40 anos de educação popular. Porto Alegre : MOVA-RS; CORAG, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Instituto Paulo Freire. Educação de Jovens e Adultos – *A Experiência do MOVA-SP*. Gadotti, Moacir (org.). São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1996.

FREIRE, Paulo. *Política e Educação*: ensaios. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2001 (Coleção Questões da Nossa Época ; v. 23).

GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José E. (orgs.). *Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta*. 2. ed. Ver. – São Paulo : Cortez : Instituto Paulo Freire, 2000 (Guia da escola cidadã; v. 5).

PONTUAL, Pedro de Carvalho. *Desafios pedagógicos na construção de uma relação de parceria entre movimentos populares e o governo municipal da cidade de São Paulo na gestão Luiza Erundina: A experiência do MOVA-SP – 1989-1992*. Dissertação de Mestrado, PUC. São Paulo, 1996.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Escrita e ação educativa*. A visão de um grupo de alfabetizadores do MOVA/SP, São Paulo, Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1995.

SOUZA, João Francisco de Souza. *Atualidade de Paulo Freire:* contribuição ao debate sobre a educação na diversidade cultural. São Paulo : Cortez, 2002. (Biblioteca Freireana; v. 3).

Documentos institucionais enviados pelos municípios e Estados que serviram como fonte de consulta para fazer a sistematização.

1. Estados nos quais o programa chama-se MOVA

MOVA-ACRE
MOVA-RJ
MOVA-RS
MOVA-MS

2. Municípios nos quais programa chama-se MOVA

MOVA-IPATINGA-MG
MOVA-PoA-RS
MOVA PAULO FREIRE-BELÉM-PA
MOVA-DIADEMA-SP
MOVA-RIBEIRÃO PIRES-SP
MOVA-SANTO ANDRÉ-SP
MOVA-SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP
MOVA-GUARULHOS-SP
MOVA-EMBU-SP

3. Municípios que têm programa da EJA em parceria com a sociedade civil, mas não se denominam MOVA

GOIÂNIA (GO) - AJA

DOURADOS-MS

GRAVATAÍ-RS - MAIS (Movimento de Alfabetização e Integração Social)

ESCOLA SEM FRONTEIRAS – BLUMENAU – SC – MAC (Movimento de Alfabetização e Cidadania)

BRASÍLIA-DF – Grupo de trabalho pró-alfabetização do Distrito Federal e entorno (GTPA)

ANEXOS

1. MANIFESTO AO PRESIDENTE ELEITO, LUIS INÁCIO LULA DA SILVA

EDUCADORES(AS) POPULARES DA RAAAB, DOS FÓRUNS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E DA COORDENAÇÃO NACIONAL DOS MOVAS, reunidos em São Paulo nos dias 12 e 13 de novembro de 2002, manifestam ao Governo eleito seu integral apoio e, conscientes de seu papel, tecem as seguintes considerações:

No Brasil existem 15 milhões de pessoas analfabetas absolutas e milhões sem Ensino Fundamental completo, excluídos, portanto, de um direito básico que lhes garante a Constituição Brasileira.

Inspirados pelo grandioso legado de Paulo Freire, diversos grupos e organizações vêm atuando no campo da alfabetização e da educação de jovens e adultos, articulando-se nacionalmente, discutindo e propondo Políticas Públicas para essa Modalidade. Em 16 Estados brasileiros existem Fóruns de EJA, agregando administrações públicas, Sistema S, Universidades, ONGs, educadores, educandos, Conselhos de Educação, que se reúnem anualmente nos Encontros Nacionais de EJA (ENEJAs).

Neste contexto, uma das grandes inovações implementadas pelas Administrações Populares são os Movimentos de Alfabetização de Jovens e Adultos – MOVAs, que partem da experiência de Paulo Freire em São Paulo, promovendo parcerias entre o poder público e a sociedade civil organizada no sentido da garantia da Alfabetização enquanto Ação Cultural.

A Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil – RAAAB, formada por pessoas e organizações atuantes nessa área, vêm apoiando essas articulações nacionais e, no contexto da transição da administração federal, tomou a iniciativa de manifestar sua posição em relação aos rumos da política nacional de educação de jovens e adultos:

- É fundamental garantir o cumprimento do preceito constitucional do Direito de todos à Educação, para tanto, reafirmamos a inclusão da EJA nas formas de financiamento da Educação Básica
- O Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, deve ser o articulador de uma Política Pública que incorpore a EJA definitivamente ao Sistema Nacional de Educação, para o que deve contar com uma estrutura administrativa capaz de responder a esse enorme desafio.
- É urgente retomar a Comissão Nacional de EJA, órgão consultivo e deliberativo composto por representantes de órgãos governamentais e não governamentais, de modo a garantir o princípio da ampla participação social na proposição, controle e avaliação das políticas públicas.

- É fundamental realizar levantamento e diagnóstico sobre as diferentes ações educativas, tais como o Programa de Alfabetização Solidária, PRONERA, MOVAs, PLANFOR, Sistema S, MEB, ONGs, etc., bem como avaliação sistematizadora das mesmas.
- É importante reconhecer e legitimar, na elaboração e na implementação de Políticas Públicas, as ações de redes, dos MOVAs e dos fóruns de EJA.
- Possibilitar a ação local coordenada nos municípios e nos estados, pelas prefeituras e secretarias municipais e estaduais, bem como as parcerias com as iniciativas da sociedade civil.
- É necessário garantir a formação continuada dos educadores de EJA como elemento de reflexão sobre a ação, já que não basta apenas ser professor, sem, no entanto, considerar as especificidades desta Modalidade
- É fundamental evitar que o MOVA Brasil tenha qualquer semelhança com campanhas e ações assistencialistas já realizadas historicamente, descomprometidas com a continuidade da escolarização e com a transformação da sociedade brasileira, ultrapassando, então, a visão equivocada de métodos milagreiros e de curtíssimo prazo.
- É importante reafirmar a concepção de EJA, como processo de educação ao longo da vida, na busca da autonomia e do senso de responsabilidade das pessoas e das comunidades, fortalecendo a capacidade de lidar com as transformações que ocorrem na economia, no trabalho, na cultura e nas relações sociais (Declaração de Hamburgo, 1997), considerando as diferenças geracionais de gênero, etnia, entre campo e cidade, de portadores de necessidades especiais e de outros grupos.
- É necessário conceber a alfabetização como apreensão de conhecimentos básicos de leitura e de escrita da palavra e do mundo, como requisito básico para a educação continuada durante a vida e para a formação de cidadãos críticos e éticos, capazes de expressar suas culturas e experiências, e de intervir na realidade social (Declaração de Hamburgo, 1997).
- É fundamental que o governo federal reafirme os compromissos firmados nos acordos internacionais para a área (Hamburgo e Dakar), com as diretrizes do parecer CNE 11/2000 e com as lutas populares em defesa da educação pública para todas.
- É imprescindível estabelecer articulações intersetoriais e interministerial de modo a promover relações entre as diversas modalidades de ensino e iniciativas educacionais.
- Em conformidade com os princípios acima, destacamos que foi formado um grupo de trabalho com representação da RAAAB, Comissões dos MOVAs e dos Fóruns que apresentará, nos próximos dias, uma proposta para o MOVA Brasil que contemple a concepção de educação popular que permeia este manifesto.

2. PROPOSTA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO MOVA BRASIL

Em novembro de 2002, educadores e educadoras vinculados à Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB), aos Fóruns estaduais e regionais de Educação de Jovens e Adultos e à coordenação nacional dos Movimentos de Alfabetização (MOVAs) elaboraram um Manifesto ao Presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva (em anexo), em que se comprometeram a apresentar uma proposta para o MOVA Brasil coerente com os princípios daquele pronunciamento. A proposta que segue é o resultado preliminar do trabalho realizado pelo grupo designado pelos proponentes daquele Manifesto.

1. Reafirma-se que cabe ao Ministério da Educação coordenar a política de educação de jovens e adultos, de que o MOVA Brasil é parte, integrando, como estratégia de alfabetização, o esforço que deverá ser realizado para cumprir a garantia do direito constitucional ao ensino fundamental gratuito em qualquer idade.

2. O MOVA Brasil deve preocupar-se com a continuidade dos estudos dos alfabetizandos, articulando-se às redes públicas de ensino estaduais e municipais.

3. O MOVA Brasil, conceito incluído no Programa de Governo do Presidente eleito Luis Inácio Lula da Silva, representa a possibilidade da recriação do legado de Paulo Freire, pois, a partir do MOVA-São Paulo (1989/1992), demonstra-se que é possível romper "com as práticas das antigas campanhas com vieses assistencialistas, descomprometidas com a continuidade da escolarização e com a transformação da sociedade brasileira". Nessa perspectiva, diversas Administrações Populares vêm implementando Movimentos de Alfabetização – MOVAs, a partir de parcerias entre a sociedade civil organizada e o poder público, para a garantia da alfabetização enquanto Ação Cultural. Apenas como exemplo, essa experiência foi testada e aprovada em municípios como São Paulo, Diadema, Santo André, Mauá, Região do ABC paulista, Belém do Pará, Chapecó, Blumenau, Porto Alegre e em Estados como o Rio Grande de Sul, Acre, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

4. O Mova Brasil deve constituir-se enquanto uma Rede que articula e estimula a expansão das ações de alfabetização de jovens e adultos já existentes no país, e promove novas iniciativas de alfabetização orientadas por uma perspectiva de democratização da cultura e participação popular.

5. O Mova Brasil deve considerar as aprendizagens realizadas ao longo da história da educação brasileira e internacional, valorizar os agentes e as iniciativas de alfabetização de jovens e adultos em curso, respeitando a autonomia que o pacto federativo concede às instâncias municipal e estadual de governo.

6. Mova Brasil deve articular-se às demais políticas sociais (tais como saúde, renda mínima, reforma agrária, segurança alimentar, geração de trabalho e renda, etc.) e educacionais.

7. O MOVA Brasil deve orientar-se pelas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê alfabetizar 2/3 do contingente de analfabetos absolutos nos cinco primeiros anos de vigência da Lei 10172/2001, o que significa oferecer oportunidades de alfabetização a mais de 10 milhões de pessoas com idade superior a 15 anos no decorrer dos próximos quatro anos.

8. A consecução das metas do PNE exige mudanças legais nos mecanismos de financiamento da educação básica, tais como a derrubada do veto presidencial à contagem dos estudantes jovens e adultos nos cálculos do FUNDEF e/ou a constituição de um FUNDEB.

9. Enquanto isso não ocorre, é urgente revisar o Projeto de Lei do Orçamento da União para 2003, assegurando recursos para a implantação imediata do MOVA Brasil, tais como a Emenda aprovada que elevou a dotação do FNDE e que tem nosso apoio.

10. A história nacional e internacional da educação desconhece experiências em que os conhecimentos básicos da leitura e da escrita tenham sido alcançados por grandes contingentes populacionais em processos de alfabetização com duração inferior a oito ou dez meses, até mesmo porque é necessário respeitar a diversidade de contextos e dos tempos de aprendizagem dos jovens e adultos.

11. Essa mesma experiência demonstra que a vinculação da ajuda de custo do alfabetizador ao número de alunos alfabetizados ao final de um curto período de escolarização induz à fraude e à discriminação dos educandos com dificuldades de aprendizagem ou portadores de necessidades educativas especiais, além de introduzir critérios de mercado em um processo cultural de outra natureza.

12. Considerando a especificidade pedagógica da educação de jovens e adultos, o MOVA Brasil deve empreender esforços sistemáticos para a formação inicial e continuada dos alfabetizadores e para a elevação da escolaridade e a profissionalização de todos os educadores nele envolvidos. Deve mobilizar os recursos humanos mais qualificados disponíveis em cada localidade, admitindo-se como escolaridade mínima para o engajamento de educadores populares o ensino fundamental completo.

Medidas para os 100 primeiros dias do governo Lula

1. Dar início à avaliação dos Programas do Governo Federal em curso – PAS (Programa Alfabetização Solidária), PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), PLANFOR (Plano Nacional de Formação Profissional) e RECOMEÇO, visando à reorganização da política de educação de jovens e adultos em seu conjunto.

2. Ampliar e diversificar as fontes de financiamento para as iniciativas de alfabetização de jovens e adultos.

a) Propor ao CODEFAT (conselho tripartite gestor do Fundo de Amparo ao Trabalhador) a atribuição de recursos ao MOVA Brasil, no âmbito de uma reformulação dos critérios do Plano Nacional de Formação Profissional – PLANFOR.

b) Rever a sistemática de financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a educação de jovens e adultos, de modo a incorporar a Rede do MOVA Brasil.

3. Promover a gestão democrática da política de alfabetização de jovens e adultos.

a) Reconstruir a Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos, consultando-a sobre o desenho e a implementação da Rede do MOVA Brasil.

b) Constituir a Rede do MOVA Brasil a partir do reconhecimento dos Fóruns Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (onde eles existem) e de outras articulações nos demais Estados, com vistas ao mapeamento das ações e iniciativas em alfabetização.

4. Dar início à constituição da Rede do MOVA Brasil.

a) Cartografar as ações e as iniciativas em alfabetização de jovens e adultos em curso;

b) Organizar um cadastro nacional de agências formadoras (ONGs, universidades, especialistas, etc.) e um banco de recursos pedagógicos.

c) Elaborar, em diálogo com as experiências municipais e estaduais de MOVAs, um desenho consensual de programa de alfabetização desenvolvido em parceria entre agentes públicos e organizações sociais (fixando diretrizes político-pedagógicas, parâmetros de organização e duração, valores para ajuda de custo e formação de educadores, etc), incentivando sua implementação em localidades desprovidas de serviços de alfabetização de jovens e adultos.

d) Realize, por meio de rádio e televisão, campanha convocatória chamando os adultos e organizações para se engajarem no movimento de alfabetização, com indicação de como fazê-lo em cada região.

3. CARTA DO 3º ENCONTRO NACIONAL DE MOVAs

Ao Sr. Excelentíssimo Ministro,

Cristóvam Buarque.

Os mais de seiscentos participantes reunidos no 3º Encontro Nacional de MOVAs, em Goiânia, no período de 10 a 12 de agosto de 2003, apresentam as deliberações construídas e aprovadas em plenário.

No Brasil existem mais de 16 milhões de pessoas jovens e adultas analfabetas absolutas e cerca de 65 milhões com escolaridade inferior ao Ensino

Fundamental completo, excluídas, portanto, de um direito básico que lhes garante a Constituição nacional.

Inspirados pelo legado de Paulo Freire, diversos grupos e organizações vêm atuando há longa data no campo da alfabetização e da educação básica de jovens e adultos, articulando-se nacionalmente, discutindo e propondo políticas públicas para essa modalidade.

Nesse contexto nacional, uma das grandes ações implementadas foi a parceria entre os Movimentos Sociais e as Administrações Populares municipais e estaduais na construção dos Movimentos de Alfabetização de Jovens e Adultos – MOVAs. Os MOVAs vêm rompendo com as práticas das antigas campanhas com vieses assistencialistas, descomprometidas com a continuidade da escolarização e com a transformação da sociedade brasileira.

Os MOVAs vêm promovendo uma ação alfabetizadora popular que extrapola a visão da alfabetização apenas como decodificação da escrita, pautando-a nos princípios da formação cidadã, envolvendo toda a sociedade civil em parcerias com os poderes públicos para a garantia da alfabetização enquanto ação política e cultural.

Com vistas ao resgate da historicidade dos MOVAs, relembramos que o MOVA-SP, criado em 1989, é o marco inicial de todos os Movimentos de Alfabetização de Jovens e Adultos implementados em Administrações Populares. Como exemplo, citamos Porto Alegre, Alvorada, Cachoeirinha e Caxias do Sul (RS); São Paulo, Diadema, Embú, Mauá, Guarulhos, São Carlos, Araraquara, Ribeirão Pires e Santo André (SP); Angra dos Reis (RJ), Belém e Cametá (Pará); Chapecó, Rio do Sul e Blumenau (SC); Ipatinga (MG). Podemos citar também outros projetos e movimentos de alfabetização alicerçados nos mesmos princípios da educação popular, tais como GTPA/DF, AJA-Expansão de Goiânia (GO) e Ler-Rio Claro. Ainda, em âmbito estadual, mencionamos os estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Acre.

De forma dispersa participávamos dos encontros de EJA, de seminários de estudo, em atividades organizadas nos governos locais. Participamos de redes como a RAAAB – Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil e compomos as reuniões dos Fóruns Estaduais de EJA. Entretanto, isso não era o suficiente.

No 1º Fórum Social Mundial, o MOVA-RS convocou uma reunião com os MOVAs que estavam presentes, com as ONGs paulistas, Ação Educativa e Instituto Paulo Freire. Dessa reunião nasceu a organização do 1º Encontro Nacional de MOVAs, que foi marcado para outubro de 2001. Casualmente, o Encontro coincidiu com o Fórum Mundial de Educação em Porto Alegre, do qual participamos como atividade simultânea.

Na ocasião reuniram-se centenas de participantes de MOVAs de dezenas de Administrações Populares. Como foi a primeira vez que nos

encontrávamos em espaço exclusivo, a pauta foi preparada para que fosse feita uma revisão dos conceitos e dos princípios que norteavam essas experiências: 1) conceito de alfabetização; 2) conceito e relações de parceria com a sociedade civil; 3) estrutura do MOVA; 4) formação político-pedagógica; 5) avaliação.

O 1º Encontro Nacional de MOVAs encerrou chamando a organização do 2º Encontro para o MOVA-ABC, em especial para Santo André e Diadema, para julho de 2002, com pauta dirigida ao aprofundamento do conceito de parceria, das questões de gênero, etnia e de portadores de deficiências. Da mesma forma, centenas de pessoas dos MOVAs fizeram-se presentes e, ao final, ficou indicado o 3º Encontro Nacional de MOVAs para Goiânia, em meados de agosto deste ano, tendo como tema central o MOVA como Política Pública.

No 3º Encontro Nacional, uma das principais deliberações tomadas foi a constituição da REDE NACIONAL DE MOVAs, denominada de MOVA-BRASIL. Seu objetivo é favorecer a construção de espaços para a reflexão da práxis e troca de experiências, articular e estimular a expansão das ações de alfabetização de jovens e adultos já existentes no país e promover novas iniciativas de alfabetização orientadas por uma perspectiva de democratização da cultura e da participação popular.

O MOVA-BRASIL reafirma que cabe ao Ministério da Educação coordenar a política de Educação de Jovens e Adultos, através de parceria entre as três esferas de poder, bem como com a sociedade civil, para garantir o direito à Educação Básica em qualquer idade, respeitando a autonomia que o pacto federativo concede às instâncias municipal e estadual de governo.

O MOVA-BRASIL considera as aprendizagens realizadas ao longo da história da educação brasileira e internacional e valoriza os agentes e as iniciativas de alfabetização de jovens e adultos em curso.

No MOVA-BRASIL a alfabetização é concebida como apreensão de conhecimentos básicos de leitura e de escrita da palavra e do mundo, parte de um direito mais amplo que não se restringe à alfabetização, mas que deve atingir o ensino fundamental como requisito básico para a educação continuada durante a vida e para a formação de cidadãos leitores e escritores críticos e éticos, capazes de expressar suas culturas e experiências e de intervir na realidade social, conforme indica a Declaração de Hamburgo (V CONFINTEA, Alemanha,1997).

É importante reafirmar a concepção consagrada na V CONFINTEA, que fortalece a capacidade de lidar com as transformações que ocorrem na economia, no trabalho, na cultura e nas relações sociais, considerando as diferenças geracionais, de gênero, etnia, entre campo e cidade, de portadores de necessidades especiais e de outros grupos.

A história nacional e internacional da Educação desconhece experiências em que os conhecimentos básicos da leitura e da escrita tenham sido alcançados

por grandes contingentes populacionais em processos de alfabetização com duração inferior a oito ou dez meses. É essa a concepção assumida pelo MOVA-BRASIL, que não tem qualquer semelhança com campanhas e ações assistencialistas, descomprometidas com a continuidade da escolarização e com a transformação da sociedade brasileira. Tentamos, assim, ultrapassar a visão equivocada de que a universalização da alfabetização de jovens e adultos possa ser alcançada por meio de métodos milagreiros e realizados em curtíssimo prazo.

O MOVA-BRASIL, por sua vez, leva em consideração duas dimensões: a de temporalidade e a de terminalidade. Isso significa dizer que não é possível estabelecer um tempo mínimo como regra geral, uma vez que se respeita a diversidade dos contextos culturais e os tempos de aprendizagem dos educandos(as). Face a isso, a terminalidade está adequada ao que cada indivíduo precisa para alfabetizar-se, portanto o MOVA-BRASIL garante a todos o processo educativo em espaços de tempo diferenciados e de acordo com as especificidades dos sujeitos.

O MOVA-BRASIL, com isso, considera os compromissos relativos à alfabetização e à educação de pessoas jovens e adultas firmados nas conferências internacionais de Jomtien (1990), Hamburgo (1997) e Dakar (2000), orientando-se pelas diretrizes do parecer 11/2000 e pelas lutas populares em defesa da educação pública para todos.

O MOVA-BRASIL articula-se às demais políticas educacionais, sociais e culturais, tais como saúde, renda mínima, reforma agrária, segurança alimentar, geração de trabalho e renda, descentralização da cultura etc.

O MOVA-BRASIL orienta-se pelas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê alfabetizar 2/3 do contingente de analfabetos absolutos nos cinco primeiros anos de vigência da Lei 10172/2001, o que significa oferecer oportunidades de alfabetização a mais de 10 milhões de pessoas com idade superior a 15 anos no decorrer dos próximos quatro anos. A consecução das metas do PNE exige mudanças legais nos mecanismos de financiamento da Educação Básica, incluindo a Educação de Jovens e Adultos, através da constituição do FUNDEB.

Considerando a especificidade da Educação de Jovens e Adultos, o MOVA-BRASIL empreende esforços sistemáticos para a formação inicial e continuada dos alfabetizadores e para a elevação da escolaridade e a profissionalização de todos os educadores nele envolvidos. Deve mobilizar os recursos humanos mais qualificados disponíveis em cada localidade, combinando o critério de escolaridade mínima (Ensino Fundamental completo) com a inserção atuante nas comunidades.

Em virtude do acima exposto, os participantes do 3º Encontro Nacional de MOVAs entendeu encaminhar ao Ministério de Educação as seguintes demandas:

Reconhecer e legitimar, na elaboração e na implementação de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos, as ações do MOVA-BRASIL.

Realizar, o mais breve possível, uma reunião entre a Secretaria Nacional de Erradicação do Analfabetismo e a Coordenação Nacional do MOVA-BRASIL.

Garantir representante da Coordenação do MOVA-BRASIL na Comissão Nacional de Alfabetização do Ministério de Educação.

Apoiar, política e financeiramente, a realização do 4º Encontro Nacional do MOVA-BRASIL, a ser realizado em Campo Grande-MS, no período de 10 a 12 de junho de 2004.

Retomar a Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos, garantindo 5 (cinco) representantes da coordenação nacional do MOVA-BRASIL.

Goiânia, 12 de agosto de 2003.

Participantes do 3º Encontro Nacional de MOVAs

Maria Emilia de Castro Rodrigues

P/ Coordenação do 3º Encontro Nacional de MOVAs

4. CARTA DO 4º ENCONTRO NACIONAL DE MOVAs

Ao Sr. Excelentíssimo Ministro,
Tarso Genro

Os mais de seiscentos participantes reunidos no 4º. Encontro Nacional do MOVA-BRASIL, em Campo Grande/MS, no período de 09 a 11 de junho de 2004, apresentam as deliberações construídas e aprovadas em plenário.

Existem no Brasil 16,3 milhões de pessoas jovens e adultas analfabetas absolutas acima ou igual a quinze anos, segundo o Censo do IBGE/2000, e cerca de 60 milhões com escolaridade inferior ao Ensino Fundamental completo, portanto, excluídas do direito à Educação, garantido pela Constituição de 1988.

Resgatando a fala do Prof. Celso Beiseigel, na conferência de abertura deste encontro, o MOVA é herdeiro da história da educação popular de jovens e adultos dos anos 60. É nessa perspectiva histórica que os MOVAs têm procurado fundamentar sua trajetória e princípios, tendo no legado de Paulo Freire a maior referência e inspiração.

Desse tempo, muitas experiências de Educação Popular frutificaram, oriundas dos mais diversos segmentos da sociedade. Essas experiências tiveram e continuam tendo relevância no processo de transição da ditadura militar para a democracia civil e o surgimento de fortes movimentos de base tem resgatado o

debate sobre a incorporação de mecanismos de participação nas políticas públicas.

No caso do MOVA, uma das formas de garantir a participação da sociedade civil nas decisões das políticas públicas é por meio de parcerias. Em alguns municípios a participação popular é buscada muitas vezes pelo próprio movimento social para a realização dos programas de alfabetização. Em outros municípios, nos quais não existe tradição de movimentos sociais, o Poder Público/Estado é quem faz o papel indutor do processo de participação social. No entanto vale lembrar que os/as parceiros/as precisam ter objetivos comuns, busca-se a não descaracterização dos movimentos sociais e a gestão compartilhada do Movimento.

Estas parcerias são constituídas de maneira bastante diversificada, ou seja, em diferentes níveis e objetivos. Alguns parceiros/as são responsáveis pelos recursos financeiros; outros/as parceiros/as realizam a alfabetização dos jovens e adultos, o cadastramento dos alunos, os espaços para as salas de aula e indicação de monitores; outra forma de parceria é a estabelecida com as Universidades e ONGs que oferecem assessoria pedagógica e formação dos/as educadores/as populares e coordenadores/as. Temos que buscar a continuidade da Formação do/a Educador/a Popular dos MOVAs em nível fundamental, médio e superior através de parcerias que possibilitem esta formação, dentre elas as parcerias entre Prefeitura, Universidade, MEC e Movimento Social.

O desafio conjuntural é muito grande. O governo federal, que é fruto dos movimentos populares, passa por um momento complexo e de grandes contradições necessitando avançar na política econômica, na perspectiva de se garantir mais recursos para investimentos sociais, principalmente na educação e geração de emprego e renda. A parceria com o MEC hoje está na ordem do dia, para o fortalecimento e ampliação da luta pela superação do analfabetismo, através do Programa Brasil Alfabetizado. Muitos MOVAs buscam o financiamento, mas ao mesmo tempo procuram manter a sua particularidade, o que é fundamental.

Os desafios do MOVA não são apenas garantir mecanismos de participação política, mas dentre eles o de também reverter a prática desenvolvida pelo governo federal, ao longo desses anos, que é a ausência de política pública para a EJA. Esta prática tem reflexos bastante concretos na continuidade ou não dos estudos dos/as alunos/as dos MOVAs.

O MOVA-Brasil pauta-se em uma concepção libertadora de educação, em que a alfabetização é compreendida como um ato político de leitura e escrita da palavra/texto articulado com a leitura do mundo de forma crítica, politizada e transformadora da realidade social opressora e excludente das camadas populares. Para tanto é fundamental a inserção social, a participação ativa

dos/as educandos/as e educadores/as de forma consciente e transformadora na sociedade.

Nesse sentido, reafirmamos: não há um tempo delimitado para o processo de alfabetização, ele é o tempo que o/a aluno/a necessita para a aquisição do ato de ler e escrever a palavra e o mundo numa perspectiva crítica e transformadora.

É fundamental a formação dos/as educadores/as populares do MOVA pautada na articulação teoria-prática no início e ao longo do ato educativo (reflexão sobre a prática); com diálogo permanente com os/as educadores/as populares. Trata-se de uma formação que é de responsabilidade institucional e pessoal, contínua, com formação política de base, que promova a análise de conjuntura política-econômica-social e que realize um resgate histórico da trajetória da Educação Popular e da Educação de Jovens e Adultos. A formação com assessoria necessita ser específica e considerar os níveis/tempo de atuação dos educadores (nível inicial, intermediário, avançado), na periodicidade de cada realidade local. E, para que o processo de educação popular se dê a contento, é fundamental o compromisso ético-político-pedagógico do educador popular e demais sujeitos envolvidos no processo (coordenadores(as)/supervisores(as), equipe técnico-pedagógica) com os/as educandos/as, com o Movimento Popular, sendo um/a permanente pesquisador/a, na construção, organização, desenvolvimento e avaliação do currículo, que se volte para a realidade dos/as educandos/as. Além do compromisso ético-político com a classe popular trabalhadora, é de suma importância a garantia de material didático e de apoio pedagógico, de qualidade, para a formação dos/as educadores/as e a realização dos trabalhos no MOVA.

É fundamental a articulação MOVA/EJA sem amarrar o MOVA, sem engessá-lo, pois ele é movimento, é vida, e, enquanto tal, precisa influenciar a EJA como Educação Popular e, por sua vez, cobrar dos Estados e municípios o atendimento da demanda gerada nas salas de MOVA, na rede pública de ensino, para que o/a educando/a tenha assegurado o direito de estudar ao longo da vida.

PROPOSTAS

- Entregar o documento do IV Encontro Nacional MOVA BRASIL e cobrar encaminhamentos dos governos (municipal, estadual e federal).
- Ampliar investimentos para a melhoria da qualidade social da escola pública.
- Melhoria da qualidade do ensino.
- Articular o MOVA BRASIL com o PROGRAMA FOME ZERO.
- Repassar verbas para projetos de MOVA/ EJA (estados, municípios, entidades sociais) respeitando as suas características.
- Garantir financiamento para ampliação do MOVA/ EJA (garantia da continuidade).

- Lutar pela aprovação e implementação do FUNDEB.

- Participar da discussão nacional sobre financiamento (CNTE), articulando inclusive com o legislativo.

- Garantir a formação superior aos educadores do MOVA.

RECOMENDAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS

- Aprofundar o conceito de alfabetização na Educação Popular.

- Solicitar ao MEC e instituições, apoio financeiro para publicação de materiais de apoio pedagógico ao trabalho no MOVA, considerando a diversidade e especificidades locais.

- Solicitar ao MEC a publicação de cinco obras de Paulo Freire – Educação como Prática da Liberdade, Pedagogia do Oprimido, Pedagogia da Esperança, Pedagogia da Autonomia, Educação e Mudança – em papel jornal para subsidiar a formação dos educadores populares.

- Estabelecer parcerias com Universidades Públicas para formação continuada e em nível superior, gratuita e de qualidade, garantindo a formação dos/as educadores/as populares e educandos/as ao longo da vida numa vertente libertadora, definindo critérios e envolvendo os/as educadores/as na elaboração das propostas de formação.

- Refletir acerca do tratamento dado ao/a educando/a (conceito de analfabetismo).

- Investir prioritariamente no trabalho de alfabetização realizado pelos movimentos sociais por meio das entidades.

- Intensificar o diálogo entre SECAD e MOVAs e garantir a participação da Coordenação Nacional do MOVA-BRASIL na Comissão Nacional de Alfabetização.

- Incorporar no censo a mobilidade dos alunos de MOVA e de outros programas.

- Solicitar ao MEC apoio, político e financeiro para a realização do 5º Encontro Nacional do MOVA-BRASIL, a ser realizado em Brasília, no período de 09 a 11 de junho de 2005, com o tema "MOVA-BRASIL, tecendo a Educação Popular Libertadora: política pública e diversidade".

- Criar a logomarca do MOVA-BRASIL.

- Abrigar as informações da Rede MOVA-BRASIL no espaço virtual do "Observatório UNESCO: Inclusão Educacional e Tecnologias Digitais", área temática alfabetização de jovens e adultos.

QUESTÕES E DESAFIOS

- Fortalecer o diálogo com os parceiros para garantir a continuidade dos programas.

- Formação política do educador popular de forma que haja aceitação e entendimento da necessidade de mudança para uma perspectiva libertadora, o

que demanda: compromisso, participação nos encontros, clareza do conceito de alfabetização, formação cidadã, articulação teoria-prática.

- Constituir e fortalecer os Fóruns regionais e municipais de MOVA's.
- Divulgar nos Fóruns Regionais a temática central e sub-temáticas do encontro nacional.Campo Grande, 11 de junho de 2004.

Participantes do 4º Encontro Nacional do MOVA-Brasil

Maria Emilia de Castro Rodrigues
P/ Coordenação Nacional do MOVA-Brasil

5. DADOS DOS PROGRAMAS MOVAs

GOIÂNIA-GO – AJA EXPANSÃO

Número de alunos atendidos pelo programa (alunos matriculados).	Em 2004 = 2.600 educandos(as) Atendimento desde 2001 em torno de 5.000
Existe desde quando este programa?	Desde 2001
Número de alunos alfabetizados (desde o começo do programa).	Em torno de 2.000 educandos(as)
Número de alunos alfabetizados (somente do sexo masculino).	Não dispomos destes dados sistematizados
Número de alunas alfabetizadas.	Não dispomos destes dados sistematizados
Média de idade dos alunos (a maioria dos alunos (as) tem em torno de quantos anos).	Em torno de 40 anos
Como se dá a relação de parceria (quem responde pelo que no projeto)? Secretaria Municipal de Educação – Administrativo, pedagógico e financeiro. Universidade Federal de Goiás/ Universidade Católica – Assessoria pedagógica e formação inicial e continuada dos educadores populares. ARCA – Repasse da ajuda de custo e ajuda custo alimentação/ prestação de contas. Brasil Alfabetizado – Apoio Financeiro para educadores(as) e formação. Fundação Banco Brasil – Formação / Kit dos educadores(as)	
Qual metodologia é utilizada no programa? Utilizamos os Temas Geradores na produção coletiva do conhecimento, tomando-os por base para empreender a leitura e escrita da palavra e do mundo, numa perspectiva de letramento para transformação da realidade social em que os sujeitos se inserem.	

MOVA SANTO ANDRÉ/SP

Número de alunos atendidos pelo programa (alunos matriculados).	1997 a 2003 → Aproximadamente 12.000.
Existe desde quando este programa?	Existe desde → Agosto de 1997.
Número de alunos alfabetizados (desde o começo do programa).	O n.ºde alunos que concluíram a 4ª série desde o começo do programa é → 2977, não temos o n.º somente dos que se alfabetizaram, pois computamos no momento que concluem a 4.ª série.
Número de alunos alfabetizados (somente do sexo masculino).	1157
Número de alunas alfabetizadas.	1820
Média de idade dos alunos (a maioria dos alunos (as) tem em torno de quantos anos).	Acima dos 38 anos
Como se dá a relação de parceria (quem responde pelo que no projeto)? No MOVA Santo André, o poder público é responsável pela formação inicial e continuada dos educadores; O acompanhamento deste trabalho pedagógico é feito através de visitas e plantões pedagógicos e também da organização junto à sociedade Civil do Fórum MOVA. As responsabilidades das entidades são de estruturar o espaço para a sala de aula, levantar a demanda de alunos de sua entidade e indicar o educador que seja da comunidade e preferencialmente que já realize algum trabalho na respectiva entidade.	
Qual metodologia é utilizada no programa? A metodologia que embasa este trabalho é aquela que parte do pressuposto de que todos ao se inserirem no processo educacional trazem consigo conhecimentos construídos através de sua história de vida. Partir deste conhecimento é condição primordial problematizar e refletir as questões centrais da alfabetização de jovens e adultos; O conhecimento é construído a partir de uma relação dialética, através do movimento Ação-Reflexão-Ação. O trabalho coletivo possibilita oportunidades de reflexão, permite troca de experiências, circulação de informações, participação e construção de novos conhecimentos.	

MOVA EMBU/SP

Número de alunos atendidos pelo programa (alunos matriculados).	MOVA 2002 - 35 NÚCLEOS - - - - - - - 800 ALUNOS MOVA 2003 - 44 NÚCLEOS - - - - - - 1080 ALUNOS MOVA 2004 - 62 NÚCLEOS - - - - - - - 1240 ALUNOS
Existe desde quando este programa?	O programa existe no município a 23 anos, sendo que a 3 anos em parceria com a prefeitura.
Número de alunos alfabetizados (desde o começo do programa).	DESISTÊNCIAS - - - - - - - 12% / 77 PERMANÊNCIA - - ----------48% / 571 FORAM PARA A EJA - - - -40% / 432
Número de alunos alfabetizados (somente do sexo masculino).	HOMENS - - - - - - - 40% / 432 (2003) HOMENS- - - - - - -- 35% (2004)
Número de alunas alfabetizadas.	MULHERES - - - - - - 60% / 648 (2003) MULHERES- - - - - - - 65% (2004)
Média de idade dos alunos (a maioria dos alunos (as) tem em torno de quantos anos).	DE 30 A 50 ANOS
Como se dá a relação de parceria (quem responde pelo que no projeto)? A relação de parceria se dá através da prefeitura municipal e sociedade civil.	
Qual metodologia é utilizada no programa? A metodologia utilizada é freireana. Os educadores são orientados para uma prática construtivista, que implica em um processo de ação, reflexão, ação. Quem responde pelo projeto é a profª Lídia Maria Balsi Machado – coordenadora pedagógica Equipe MOVA: Walkíria, Rita, Margarida e Ana Cristina	

MOVA DIADEMA/SP

Número de alunos atendidos pelo programa (alunos matriculados).	Alunos atendidos de 1995 a 2004 (1º semestre) - 27.241
Existe desde quando este programa?	1995
Número de alunos alfabetizados (desde o começo do programa).	1.500 alunos
Número de alunos alfabetizados (somente do sexo masculino).	6.000
Número de alunas alfabetizadas.	9.000
Média de idade dos alunos (a maioria dos alunos (as) tem em torno de quantos anos)	Acima de 35 anos

Como se dá a relação de parceria (quem responde pelo que no projeto)?
As parcerias são realizadas em convênio com entidades devidamente registradas. A Prefeitura Municipal de Diadema faz o repasse da bolsa auxilio para as entidades para que as mesmas possam repassar aos educadores do MOVA. O responsável pelo projeto é A Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer através do Departamento de Educação

Qual metodologia é utilizada no programa?
"A LEITURA DO MUNDO PRECEDE A LEITURA DA PALAVRA"
(Paulo Freire)

Baseados nos estudos e análise do Educador e Sociólogo Paulo Freire, temos uma concepção de alfabetização de Jovens e Adultos que vai além da transcrição e decifração de letras e sons. Na nossa concepção, alfabetizar Jovens e Adultos é um processo construtivo que tem como ponto de partida os conhecimentos e as vivências adquiridas pelos educandos em sua trajetória de vida em sociedade, tanto em relação aos aspectos sócio-culturais como referente aos conhecimentos sobre a língua escrita, a oral e a leitura, na perspectiva de interrelacioná-los, criticamente, aos conhecimentos construídos socialmente pela humanidade, afim de ampliá-los e transformá-los.

A concepção metodológica que embasa o trabalho com Educação de Jovens e Adultos parte do pressuposto de que todo o processo de ensino-aprendizagem deve estar pautado em conteúdos significativos e contextualizados. Nesse sentido, é preciso, portanto, utilizar-se de uma metodologia que garanta a mediação entre o indivíduo e o conhecimento.

Se o educando jovem e adulto tem interação com o mundo letrado e possui conhecimentos sobre a escrita e sua função social, se utiliza de diversos mecanismos para identificar diferentes tipos de textos e suas funções, mesmo não sendo alfabetizados, não se pode conceber um trabalho de alfabetização desse público que parta da letra para as sílabas e, destas para as palavras, frases e textos, reforçando a concepção de decodificação dos códigos escritos, dos conteúdos estanques, desvinculados da realidade dos educandos. Temos a concepção metodológica que valoriza o trabalho com o texto.

MOVA/MS Alfabetizado - 2004

Número de alunos atendidos pelo programa (alunos matriculados).	28.000
Existe desde quando este programa?	2001
Número de alunos alfabetizados (desde o começo do programa).	± 32.000 pessoas
Número de alunos alfabetizados (somente do sexo masculino).	± 7.000 homens
Número de alunas alfabetizadas.	± 21.000 mulheres
Média de idade dos alunos (a maioria dos alunos (as) tem em torno de quantos anos).	Média de 50 à 70 anos
Como se dá a relação de parceria (quem responde pelo que no projeto)? Trabalhamos em uma Coordenação Colegiada. Três Coordenadoras: 1 Pedagógico; 2 Administrativo; 3 Articulação políticas	
Qual metodologia é utilizada no programa? Metodologia embasada nos legados de Paulo Freire. Obs: Estamos iniciando este ano MOVA Indígena.	

MOVA ANGRA DOS REIS – RJ – 2004

Número de alunos atendidos pelo programa (alunos matriculados)	370
Existe desde quando este programa?	Há 13 anos, iniciando-se em 1991
Número de alunos alfabetizados (desde o começo do programa)	Aproximadamente 3500 alunos
Número de alunos alfabetizados (somente do sexo masculino)	Aproximadamente 1400 alunos
Números de alunas alfabetizadas	Aproximadamente 2100
Média de idade dos alunos (a maioria dos alunos (as) tem em torno de quantos anos)	A maioria dos alunos tem idade superior a 41 anos.

Como se dá a relação de parceria (quem responde pelo que no projeto)?

O projeto conta com a parceria do movimento social organizado através do COMAM (Conselho Municipal das Associações de Moradores) com a prefeitura municipal e ainda com a iniciativa privada que mantém uma turma do projeto. Os educadores são contratados pelo COMAM (que recebe repasse da prefeitura) e têm todos os direitos trabalhistas garantidos, recebendo o equivalente a 50% do docente de CA 4ª série da rede municipal de educação.

Qual metodologia é utilizada no programa?

A proposta político-pedagógica do Mova-Angra tem como base os eixos norteadores da Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (política de inclusão, transversalidade e valorização dos profissionais da educação) que se alicerçam nas experiências cotidianas dos alfabetizandos, valorizando a identidade e resgatando seus valores enquanto seres humanos.

De acordo com esta concepção o MOVA-Angra propõe-se a uma tarefa que vai além do aprendizado do código da leitura e da escrita. O processo de alfabetização constitui-se em um instrumento que possibilita ao educando uma maior compreensão da realidade, pois é estimulado a ler o contexto social no qual está inserido, percebendo-se capaz de interferir na escrita da história do mundo ao qual faz parte.

Pretendemos educar um sujeito capaz de construir a participação efetiva na sociedade, a própria história. Daí a importância de se pensar a alfabetização enquanto uma construção, capaz de contribuir para o resgate da cidadania.

MOVA – ARARAQUARA – SP

Número de alunos atendidos pelo programa (alunos matriculados).	2002 - 1100 EVASÃO - 4 00 2003 - 1500 EVASÃO - 500 2004 - -
Existe desde quando este programa?	DECRETO LEI MUNICIPAL Nº 5748 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2001 Inicio do Programa em Março de 2002
Número de alunos alfabetizados (desde o começo do programa).	700
Número de alunos alfabetizados (somente do sexo masculino).	256
Número de alunas alfabetizadas.	444
Média de idade dos alunos (a maioria dos alunos (as) tem em torno de quantos anos).	De 35 À 45 ANOS

Como se dá a relação de parceria (quem responde pelo que no projeto)?

Por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, estão conveniados com o programa 1 (uma) ENTIDADE e 1 (uma) ASSOCIAÇÃO:

O PROEAJA (Projeto educacional para adultos e jovens de Araraquara) e a A.P.E.C. (Associação Pedagógica de Ensino e Complementação). Ambas fazem parcerias com outras entidades, sindicatos e associações de bairro.

A secretaria através de fóruns, seminários e do conselho municipal de educação mantém o programa com uma equipe técnico-pedagógica para a assistência e assessoria aos educadores populares, fornecendo também o material usado pelos educandos, e oferecendo uma bolsa auxilio para o educador popular (para fins de despesas com locomoção, alimentação e despesas eventuais).

As entidades conveniadas somam esforços para indicar os educadores populares, junto aos sindicatos, moradores e associações de bairro e pessoas interessadas no trabalho voluntariado como parceiros dessa , para que assim aconteça a formação de núcleos com locais a serem aprovados pela secretária no próprio bairro do educando.

Qual metodologia é utilizada no programa?

É a metodologia que o MOVAs vem aplicando e se articulando em todo país.

A partir da experiência de Paulo Freire, criando com a comunidade um tema gerador pelo qual se constrói o texto, o estudo da realidade, os conteúdos escolares e sua abordagem interdisciplinar construindo e formando o plano de trabalho.

MOVA-SP

Número de alunos atendidos pelo programa (alunos matriculados).	Aproximadamente 34.000
Existe desde quando este programa?	Foi construído na Gestão Petista de 89/92 e reconstruído em 2001 até hoje.
Número de alunos alfabetizados (desde o começo do programa).	Esses dados não têm como informar

Como se dá a relação de parceria (quem responde pelo que no projeto)?
A relação de parceria se dá através de convênio entre a SME e as entidades sociais sem fins lucrativos. As entidades sociais disponibilizam espaços para funcionamento das salas de alfabetização, e contratam monitores da comunidade local. A SME oferece uma ajuda mensal de R$ 600,00 (seiscentos reais) por sala, para pagamento do monitor, despesas de materiais de limpeza, pedagógicos, água e luz. Também se responsabiliza pela formação inicial e permanente dos educadores.
Qual metodologia é utilizada no programa?
PRINCÍPIOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS:
Educação é direito de todos (as) excluídos (as) da escola pública
Conhecimento é entendido como construção interacionista e multidirecional
Ser humano em constante transformação
Respeito à diversidade cultural e ao processo de aprendizagem
Contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, solidária e democrática.
Os referenciais metodológicos são:
• Partir dos conhecimentos trazidos pelos educandos no tocante ao trabalho, aos valores éticos, às manifestações artísticas e religiosas, às experiências vividas e ao próprio conhecimento, especialmente o da escrita e da matemática;
• Resgatar a auto-estima dos educandos, valorizando suas experiências afetivas e culturais, suas crenças e opiniões, sua modalidade lingüística, criando situações em que sejam estimulados a relatar, com liberdade, essas experiências e opiniões e garantindo um ambiente de respeito às diferenças;
• Respeitar o ritmo e níveis de aprendizagem dos/as educandos/as, enfatizando a solidariedade e a cooperação entre os/as mesmos/as e entre estes/as e os/as educadores/as;
• Abordar o conhecimento como uma totalidade articulada;
• A partir da visão do ser humano como sujeito histórico, resgatar a história de vida dos educandos, relacionando-a as lutas sociais de seu tempo e também propiciando momentos de estudo e reflexão sobre a história do país e das sociedades humanas;
• Estabelecer um processo avaliativo dialógico e continuado com os/as educadores/as, construindo uma práxis pedagógica com base no movimento permanente de ação-reflexão-ação sobre o trabalho realizado;
Os instrumentos metodológicos, consoantes com a prática que se buscará no MOVA, são os seguintes:
• Avaliação e planejamento da prática pedagógica;
• Observação e registro das atividades desenvolvidas durante o processo de alfabetização de jovens e adultos;
• Análise da prática.

MOVIMENTO DE ALFABETIZAÇÃO PROFESSOR PAULO FREIRE – Abril/2004. – BELÉM/PA

Número de alunos atendidos pelo programa (alunos matriculados).	1.236 – PROALFA / 16.184 - MOVA
Existe desde quando este programa?	Junho de 2001 - 1997/2000 - EJA
Média de idade dos alunos (a maioria dos alunos (as) tem em torno de quantos anos).	30 a 60 anos

GTPA/DF - GRUPO DE TRABALHO PRÓ-ALFABETIZAÇÀO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO
FÓRUM DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO -16 anos de luta (1989-2005)

COORDENAÇÃO DO GTPA/DF-FORUM EJA/DF:Gilberto Ribeiro do Nascimento (CEPAFRE-Ceilândia) Maria Creuza Evangelista de Aquino (CEDEP-Paranoá) Francijairo Ananias da silva (CEPACS-Sobradinho) Elisângela Santos Almeida (CEPSS-São Sebastião) Viridiano Custódio de Brito (ACESO-Ceilândia) Juliana Gonçalves Pinto (COC-Cruzeiro) Maria Luiza Pereira Angelim (Universidade de Brasília/Faculdade de Educação-UnB/FE) Nelson Moreira Sobrinho (SINPRO-DF)

ANTECEDENTES HISTÓRICOS (1985/1989)

Em 1985, no Distrito Federal, a direção eleita do Complexo Escolar "A" e da Escola Normal de Ceilândia reuniu a comunidade, inclusive escolar, que propôs a Alfabetização de Jovens e Adultos, definindo para tal o chamado "método" Paulo Freire, entre outras reivindicações. Com a orientação pedagógica de mestrandos da Universidade de Brasília - UnB/Faculdade de Educação - FE e envolvimento de normalistas como estagiários foi possível responder à comunidade, iniciando a alfabetização de jovens e adultos, com apoio da Fundação Educacional do Distrito Federal - FEDF/Núcleo de Tecnologia Educacional - NUTEL e Fundação Pró-Memória do Ministério da Cultura. Os resultados obtidos permitiram influenciar no processo coletivo de formulação da nova Proposta Curricular da FEDF, aprovada pelo Conselho de Educação do DF, identificando como experiência piloto em Ceilândia e indicação de expansão para a periferia urbana no Paranoá e para a área rural na Vargem Bonita.

Em 1986, um conflito político na condução da educação do Distrito Federal resultou na demissão de diretores eleitos mais diretamente comprometidos com a referida "experiência piloto", tendo como conseqüência a retirada do apoio da FEDF à Ceilândia, cuja continuidade foi possível fora do sistema escolar pelo compromisso assumido por estudantes do Grupo de Jovens Em Busca de Algo Mais -GEBAM.

Em 1987, a Universidade de Brasília - UnB/Decanato de Extensão - DEX fortaleceu com mais iniciativas de atividades acadêmicas no Paranoá, quando foi criado o

Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá - CEDEP e, em Ceilândia, apoiou a alfabetização de jovens e adultos, em parceria com a Fundação Rondon.

Em 1988, mantendo a parceria com a Fundação Rondon, a Universidade de Brasília/DEX firmou significativo Convênio com a Fundação Educar, resultando na mobilização de jovens estudantes como alfabetizadores de Ceilândia que ao final alfabetizaram 1.182 pessoas. Neste mesmo ano, a UnB/DEX promoveu um Seminário para Troca de Experiências de Educação de Adultos (15/16-setembro), destacando a Experiência da Baixada Fluminense (prêmio UNESCO-1986), Ceilândia, Paranoá e Novo Gama(Goiás).

Neste ano - 1988, jovens comprometidos com a alfabetização de jovens e adultos e estimulados por professores e assistentes sociais criam o Centro de Educação, Pesquisa, Alfabetização e Cultura de Sobradinho - CEPACS, que como o Centro de Educação e Desenvolvimento do Paranoá – CEDEP, já existente, dedica-se à causa da alfabetização. Por sua vez, jovens do Serviço Nacional de Justiça e Não-Violência – SERPAJ/Brasil – Núcleo Gama em contato com a experiência de Ceilândia desde 1987, iniciaram a alfabetização de jovens e adultos no Gama.

Na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília duas mestrandas concluem suas pesquisas, tendo como base empírica a experiência de alfabetização de jovens e adultos iniciada em 1985, na Escola Normal de Ceilândia.

CONSTITUIÇÃO DO GTPA/DF - 16 anos de luta

Em 1989, com base na Constituição Federal (Art. 60 das Disposições Transitórias) e no anúncio do Ano Internacional de Alfabetização, alguns professores da Faculdade de Educação da UnB propõem à Reitoria a condução/articulação de um "Projeto de Erradicação do Analfabetismo 1989/99", envolvendo a União, Estados, Municípios e a sociedade civil organizada, tendo como referência, também, a experiência de alfabetização de jovens e adultos em Ceilândia. Por dificuldades de obtenção de recursos financeiros, inclusive, para continuidade do convênio FUB/Fundação Educar, os jovens de Ceilândia comprometidos com a experiência de alfabetização de jovens e adultos criaram, em 02 de setembro deste mesmo ano, o Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia – CEPAFRE. Simultaneamente, o Grupo Estadual de Trabalhos em Alfabetização(GETA-SP), de São Paulo, no seu Boletim nº 1 de outubro, divulgava o movimento pró-alfabetização no Estado, em particular, no município de São Paulo, no qual Paulo Freire exercia a função de Secretário de Educação.

Neste mesmo ano-1989, dando continuidade às iniciativas de alfabetização de jovens e adultos e, mobilizados pela declaração da UNESCO do Ano Internacional de Alfabetização, em 1990, os movimentos populares, professores da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e da Fundação Educacional do Governo do Distrito Federal coordenaram a constituição do **Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal e Entorno - GTPA/DF**. registrada em ata de 20 de outubro, com o objetivo de instituir-se como espaço político organizado, em rede, da sociedade civil, de exercício de parcerias com autonomia, democrático e aberto a pessoas, movimentos, grupos, associações representativas, sindicatos, empresas, entidades interessadas na erradicação do analfabetismo no Distrito Federal e Entorno.

Tratando-se de um movimento social, o GTPA/DF tem sido, ao longo dos seus catorze anos (1989/2003) de luta, um espaço político de exercício de parcerias com autonomia que, sem dispor de estruturas formais e mesmo infra-estrutura, se obriga à

prática da cooperação permanente para viabilizar as ações em prol da ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO e reivindicações políticas, muitas conquistadas, junto aos poderes legislativo e executivo, em nível distrital (por exemplo: aprovação de emenda popular na Lei Orgânica do DF - Art. 225 e Art.45 das Disposições transitórias, criação do FUNALFA, gestão participativa - Fórum do Programa Permanente de Alfabetização do DF-1995/98, apoio à iniciativa do GDF de promoção da conferência de Paulo Freire na instalação do Fórum de Ceilândia - 30/08/96, emenda parlamentar no orçamento 1999/2000) e federal (por exemplo: membro observador na Comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania-CPNAC/1990, Projeto Alfabetização e Cidadania das Universidades Públicas/1990, gestão participativa do Programa Alfabetização-2000 da Universidade de Brasília, incluindo a parceria com o Programa Alfabetização Solidária 1997/2002 e Telecom/2002), executando, também, a partir de 2003, o Programa Brasil Alfabetizado.

No X ENCONTRO-2003 (24/maio) no auditório da Câmara Federal, na presença de 450 participantes (alfabetizadores e alfabetizandos), em apoio à luta de 14 anos do GTPA/DF, foi assinado um Termo de Compromisso pela Alfabetização de Jovens e Adultos do DF e Entorno pelas autoridades e representantes da UNESCO, MEC/Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, GDF/Secretaria de Estado de Educação, UnB/Faculdade de Educação, Senador Eurípides Camargo-PT membro da Comissão de Educação, Deputada Distrital Arlete Sampaio Presidente da Comissão de Educação e Saúde, Coordenação do Fórum EJA Jane Paiva, membro da Coordenação de Fóruns EJA.

No XI ENCONTRO-2004 (25/setembro) no auditório do SINDSEP, na presença de 106 participantes, realizou-se o balanço das ações alfabetizadoras no DF, com base no termo de compromisso assinado no Encontro anterior com a presença de representantes do MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, GDF/Secretaria de Estado de Educação, UnB/Faculdade de Educação, Deputada Distrital Arlete Sampaio Presidente da Comissão de Educação e Saúde.

Ao longo destes dezesseis anos, as entidades participantes do GTPA-DF, de forma autônoma ou com a assessoria político-pedagógica da Universidade de Brasília, expandiram sua área de abrangência, atendendo a demandas de 17 municípios, servindo-lhes de referência na gestão político-pedagógica da ação alfabetizadora, são eles:GO: Luziânia, Novo Gama, Valparaizo, Cidade Ocidental, Goiânia, Aparecida do Goiás, Águas Lindas, São João D'Aliança, Água Fria, Cavalcante, Vila Boa; TO:São Miguel de Tocantins, Novo Acordo; MT:Dourados, RR:Boa Vista; MA: Araioses, Paulino Neves; PI:Joaquim Pires.

Por deliberação das plenárias dos Encontros Nacionais anteriores, o GTPA/DF-Fórum EJA/DF sediará, em Brasília, o 5º Encontro Nacional do MOVA-BRASIL de 9 a 11 de junho e o VII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos –ENEJA, de 31 de agosto a 03 de setembro, ambos em 2005.

MOVA GUARULHOS-SP

Número de alunos atendidos pelo programa	Até 2004, aproximadamente 7000.
Existe desde quando este programa?	Março de 2002.
Número de alunos alfabetizados (desde o início do programa)	Não temos este dado.
Média de idade dos alunos	De 30 a 50 anos
Como se dá a parceria (quem responde pelo que no projeto)	A Prefeitura repassa uma verba para ajuda de custo do alfabetizador e do agente popular e para manutenção da sala. Também é responsável pela formação político-pedagógica que ocorre em diversos espaços formativos: -Formação Inicial -Formação Permanente - Encontro de Agentes Populares - Encontro de Planejamento Colaborativo - Encontro de Representante de Entidades - Fórum-MOVA As entidades cedem o espaço físico estruturado para sala de aula, organiza a demanda de educandos e indica os educadores, sendo responsável pela relação contratual entre os voluntários e a Administração.
Qual metodologia é utilizada no Programa?	Partindo de uma visão dialética da realidade, buscamos construir coletivamente planos de trabalho a partir de temas geradores que considerem o sujeito concreto da educação que propomos mediar, pautados na tríade: oralidade/leitura/escrita numa perspectiva freireana que parte da leitura do mundo para a leitura da palavra.